



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

VITOR FONSECA SANTOS

O SILENTE DESPEJO DOS OCUPANTES
POPULARES DO CENTRO: Estudo sobre a relação da política
urbana do Governo Estadual com o Movimento Sem Teto da Bahia entre
2007 e 2014

SALVADOR
2017

Santos, Vitor Fonseca
S237 O silente despejo dos ocupantes populares do centro: estudo sobre a
relação da política urbana do Governo Estadual com o Movimento Sem
Teto da Bahia entre 2007 e 2014 / Vitor Fonseca Santos. – 2017.
180 f.: il.

Orientador: Profº Drº Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade
De Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.

1. Pessoas desabrigadas - Salvador (BA) - Condições sociais.
2. Movimentos sociais – Ocupações - Salvador (BA). 3. Movimento dos
Sem Teto de Salvador. 4. Ação de despejo. 5. Wagner, Jaques, 1951- Política
e governo – 2007 e 2014. I. Almeida, Antônio Jorge Fonseca Sanches de.
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

CDD: 305.5692098142

VITOR FONSECA SANTOS

**O SILENTE DESPEJO DOS OCUPANTES
POPULARES DO CENTRO:** Estudo sobre a relação da política
urbana do Governo Estadual com o Movimento Sem Teto da Bahia entre
2007 e 2014

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da Universidade
Federal da Bahia, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

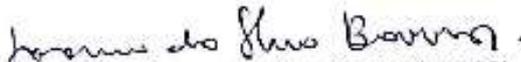
Orientador Prof. Dr. Antônio Jorge Fonseca Sanches
de Almeida

SALVADOR
2017

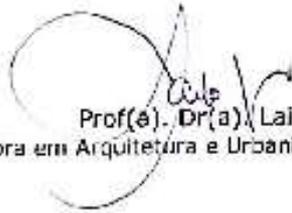
VITOR FONSECA SANTOS

**O SILENTE DESPEJO DOS OCUPANTES POPULARES DO
CENTRO: ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DA POLÍTICA
URBANA DO GOVERNO ESTADUAL COM O MOVIMENTO
SEM TETO DA BAHIA ENTRE 2007 E 2014.**

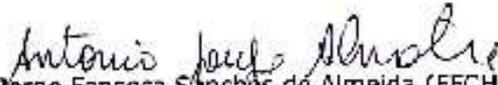
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e, aprovada em vinte e seis de abril de dois mil e dezessete, pela Comissão formada pelos professores:



Prof(a). Dr(a). Joana da Silva Barros (UFRRJ)
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)



Prof(a). Dr(a). Laila Nazem Mourad (UFBA)
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia



Prof(a). Dr(a). Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida (FFCH - UFBA)
Doutor em Comunicação e Cultura pela UFBA

Ofereço esse trabalho a dois militantes sem teto. Para Cristina e Renato, post mortem, por terem me apresentado à luta do MSTB, silenciosa e cotidiana entre tantos e tantos outros.

Venho falar por vossa boca morta.
Na vastidão da terra juntai todos
os silenciosos lábios derramados
e do fundo falai-me comigo por toda esta longa noite,
como se eu estivesse ancorado convosco,
contai-me tudo, cadeia por cadeia,
elo por elo, passo por passo,
afiai as facas que escondestes,
colocai-as no meu peito, em minha mão,
como um rio de raios amarelos,
como um rio de tigres enterrados,
e deixai-me chorar, horas, dias, anos,
idades cegas, séculos estelares.

Dai-me o silêncio, a água, a esperança.
Dai-me a luta, o ferro, os vulcões.
Apegai a mim os corpos como ímãs.
Afluí a minhas veias e minha boca.
Falai por minhas palavras e por meu sangue.

Pablo Neruda, Canto Geral

AGRADECIMENTOS:

Muitas pessoas participaram desta pesquisa. As contribuições foram as mais diversas, em um processo que se fez em mim, não sem percalços e desvios, mas cheio de alterações de curso e revisões. Isso aconteceu porque, antes de sobrepor todos os meus entulhos conceituais e pré-compreensões, assumi o desafio de construir esse trabalho à base do que as experiências concretas exigiam de sínteses e entendimentos necessários aos enfrentamentos na assessoria popular.

Assim, desde então, tenho procurado caminhar, integrando minha vida na militância, advocacia, estudos, família, amizades, em tudo. A fundo, essa pesquisa fez parte de um ciclo de mudanças nos meus rumos pessoais, no qual sigo em um “fazer” mais genuíno diante da vida e da política. Diante disso, devo agradecer:

À Jair Batista e Selma Cristina. Mais do que revisar texto ou oferecer referências, educar envolve comprometimento com o processo do outro. Encontrei esse compromisso verdadeiro entre eles, o que me amparou no impulso a essa pesquisa. O mesmo vale para os colegas do CRH, sobretudo, para Isabela Fadul, importante “desorientadora” e estimada amiga, lá onde participou das primeiras mudanças de curso.

À Graça Druck, pela generosidade e por toda a contribuição no meu processo formativo, na revisão e renovação do pensamento marxista, desde o método à compreensão das experiências nas lutas sociais.

Ao meu orientador nesse percurso, Jorge Almeida. Por bancar ao meu lado essa produção, assumir a responsabilidade de me nortear, de ler e reler, sempre com uma admirável humildade nas suas observações. Mesmo quando me ofereceu importantes lições (e muitas delas carrego comigo), o fez com um profundo respeito as minhas opções, aos meus limites e interesses. Saio desse mestrado reconhecendo nele, além da inteligência, um companheiro de luta.

Aos ocupantes do MSTB no centro, pela disposição em dividir seus pensamentos, medos e sonhos. A maioria temerosa de retaliações pediu para não ser citada nominalmente, mas vale ressaltar as contribuições de Jocélia, poeta e militante da cultura negra não oficial; Sandra Coelho, que é, em minha opinião, uma importante liderança das lutadoras sem teto do Centro Histórico; e Maura, a quem devo muito respeito pela mãe guerreira da luta negra que é.

Às lideranças das comunidades e movimentos da Articulação de Centro, que tanto tem me ensinado. Agradeço a todos os artífices da Ladeira da Conceição da Praia, à Ana Caminha e demais militantes da Gamboa de Baixo, à Ivana, Maya, Viviane, entre outros do Movimento Nosso Bairro é Dois de Julho (MNB2J).

À Manolo, a quem devo as primeiras sugestões de leitura e de possíveis caminhos de pesquisa, quando eu ainda estava confuso quanto aos meus objetivos.

Aos companheiros, que tanto me acolheram, aconselharam, tiveram paciência e auxiliaram nessa travessia, principalmente, segurando as pontas para que, nos momentos mais difíceis, eu tivesse condições de desenvolver essa pesquisa. Embora não caiba aqui tudo o que teria a dizer a cada um desses, tenho muito a agradecer a Wagner Moreira, Iuri Falcão, Leonardo Fiusa, Rebecca, Luamorena, Thais Vinhas, Ana Carla, Gabriela Gaia, Jeovana, entre outros. Confio de que seguiremos dividindo as trincheiras dessas lutas sociais que pretendemos revolucionárias!

À Emanuel, por me auxiliar nesse parto, que é se deixar expor nesse processo de pesquisa; À Lorena, por todo o companheirismo e amor; à tia Ana, por toda incessante disposição em orientar minha trajetória como pesquisador; à Caroline, que fez muito em pouco tempo, com sua revisão e sua solidariedade; e à Mirel, essa amiga que mais uma vez pôde me ajudar na reta final.

À malandragem do coisa mandada, pelas tardes e noites de samba e amizade.

Aos meus pais, irmã e cunhado. Família que entende, respeita e dá sustentação aos meus passos.

Muito Obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa busca conhecer as perspectivas político-estratégicas do governo no contexto da luta de classes pela apropriação do Centro Antigo de Salvador. Para alcançar esse intento, a investigação enfoca o governo do estado na sua relação com o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) no período dos dois mandatos de Jaques Wagner (2007-2014). Por não se tratar de uma pesquisa da estrita regulação do Estado sobre o espaço urbano, foi necessário considerar a formação histórica e social da reprodução do centro antigo de Salvador, bem como a constituição das posições do Estado e da fração da classe trabalhadora negra que marca essa territorialidade com suas práticas socioespaciais. Dando seguimento, as condições de formação do mercado fundiário e imobiliário, bem como as determinações de MSTB e do governo petista foram pesquisadas, de modo a subsidiar a análise tanto estrutural quanto conjuntural da relação particular entre o governo e o movimento social. Nessa direção, a despeito da expectativa progressista e mais igualitária sobre o governo de Jaques Wagner, identifiquei nessa pesquisa uma renovação das práticas espoliatórias e de segregação socioespacial e racial dos ocupantes populares do CAS.

Palavras-chaves: Ocupantes; Governo; Espoliação.

ABSTRACT

This research aims to understand the political and strategic perspectives of the government in the context of class struggle for the appropriation of the Old Center of Salvador. In order to achieve this purpose, the research focuses on the state government in its relationship with the Homeless Movement of Bahia (MSTB) in the period of two mandates of Jaques Wagner (2007-2014). Because it is not a survey of strict state regulation of urban space, it was necessary to consider the historical and social formation of the reproduction of the Old Center of Salvador, as well as the establishment of state positions and this fraction of the black working class, which marks this territoriality with their socio-spatial practices. Continuing, the formation conditions of land and property as well as the determination of MSTB and the PT government were surveyed in order to subsidize both structural and conjuncture analysis of the particular relationship between the government and the social movement. In this direction, despite the progressive and egalitarian expectation on the government of Jaques Wagner, I identified through this research a renewal of exploitative practices and socio-spatial and racial segregations against popular occupants of the CAS.

Keywords: Occupants; Government; Spoliation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO II - A RELAÇÃO ESTADO-CLASSES SUBALTERNAS NA (RE)PRODUÇÃO DO ANTIGO CENTRO DE SALVADOR.....	29
2.1 As raízes sociais da estruturação do centro de Salvador e sua urbanização ao longo da história	32
2.2 O escravismo colonial e o patrimonialismo citadino	35
2.3 A reestruturação urbana da Salvador moderna	41
2.4 Aspectos gerais do capitalismo periférico de Salvador.....	47
2.5 A ocupação negra do centro e a integração à sociedade de classes	53
2.6 Trabalho, cidade e segregação socioespacial	57
2.7 O Estado e classes subalternas na urbanização do centro: o conflito pela apropriação da cidade segregada.....	63
2.8 Expansão da centralidade e valorização do Centro tradicional	71
Capítulo III - CIDADE MERCADORIA: AS CONDIÇÕES DA FORMAÇÃO DO MERCADO FUNDIÁRIO E IMOBILIÁRIO	76
3.1 Afinal, como o espaço urbano de Salvador vira negócio?	76
3.2 Trocando em miúdos: a privatização de Salvador.....	79
3.3 Planejamento Urbano, Estado e governo.....	84
3.4 Como vender o centro de Salvador?	87
3.5 Emoldurar a realidade: a transformação da vida no centro em excursionismo.....	90
3.6 A gestão urbana recente do CHS.....	94

3.7 Linhas gerais sobre as transições na reprodução do capital nas urbes brasileiras contemporâneas	98
Capítulo IV - A RELAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA COM O MSTB (2007-2014): AS CORRELAÇÕES NA APROPRIAÇÃO DO CENTRO.....	102
4.1 Breve debate sobre a natureza da luta de classes.....	103
4.2 A formação da cultura política dos movimentos populares urbanos: origem e caminhos do MSTB.....	108
4.3 As transições políticas do MSTB ao MSTB	114
4.4 As percepções do espaço (ou o discurso sobre).....	122
4.6 Estratégias, ações e resistências em um conflito negociado	131
4.7 Como entrar com o pé direito no movimento social? A política de mediação de conflitos fundiários urbanos	135
4.8 A perspectiva político-estratégica de apropriação do Centro Antigo do governo Jaques Wagner	143
4.9 O rumo do MSTB na luta pelo direito à moradia no centro	148
4.10 Política social de habitação para o capital	157
4.11 O silente despejo: ou o planejamento neoliberal de pilhagem da classe trabalhadora	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	174
FONTES DOCUMENTAIS	179
FONTES ORAIS	180

1 INTRODUÇÃO

A cada momento, indivíduos, grupos sociais e classes divisam formas distintas de ocupação do Centro Antigo de Salvador (CAS), valendo-se de estratégias, articulações e ações para alcançar seus objetivos. Esse espaço é alvo de diversos interesses em disputa na sociedade, que remontam a uma longa história de lutas pela sua apropriação. No exercício do poder sobre os seculares edifícios, praças, monumentos e ruas há processos de valorização da paisagem, formas de assimilação e uso díspares e até mesmo conflitantes, em meio das quais destaco uma determinada faceta das relações entre o Estado e a sociedade civil.

Abordo o processo político recente de urbanização desse sítio arquitetônico (um dos mais visitados e admirados do Brasil), centrando a observação na correlação que os seus ocupantes populares enfrentam diante do Estado. Há, nesse contexto, uma relação conturbada das políticas governamentais para com esses moradores dos velhos casarões do centro. De acordo com as pesquisas do “Atlas sobre o direito de morar em Salvador” (SANTOS, Elisabete, 2012), esses ocupantes representam uma parcela de trabalhadores bastante empobrecida, com renda inferior ao salário mínimo (renda média por domicílio de R\$ 387,90 e renda per capita de R\$ 115,82)¹.

Tais ocupantes não são bem vistos neste espaço, apontados pelos estigmas da marginalização (prostituição, uso de drogas, criminalidade), o que impulsiona a gestão urbana do governo, por força do conjunto dos interesses de investidores, comerciantes, donos de hotéis, às ações repressivas e de ordenação pública. Por si só, a permanência desses ocupantes nos velhos casarões, sem condições de garantir o custeio da conservação patrimonial, evidencia um desacordo frente ao planejamento urbano voltado ao restauro e à preservação desses domínios históricos. Desse modo, toda a rejeição à ocupação popular toma forma em planos e intervenções urbanas do Estado, revelando a face de uma velha política de segregação sócio espacial.

¹ Os percentuais de renda foram retirados dos dados referentes apenas as ocupações do MSTB (Movimento Sem Teto da Bahia) pesquisadas pelo Atlas, que não alcança todas as ocupações existentes no Centro Antigo de Salvador. Vale destacar que “a renda média por domicílio apurada no universo das ocupações investigadas em Salvador era de R\$ 426,20, enquanto que a renda per capita era de apenas R\$ 99,92” (ATLAS, 2012, p. 73).

É possível reconhecer, todavia, que os ocupantes populares e o governo experimentam entre si uma determinada relação, permeada pelas contradições dos interesses em jogo sobre o Centro Antigo de Salvador. Relação de conflito em que os ocupantes tomam parte, agem, contrapõem-se. Ante as suas condições precárias de habitação e a ameaça de expulsões pelos planos de “revitalização” do centro, demandam e confrontam o poder estatal com o objetivo de alcançar resguardo do direito social à moradia. Mais do que isso, defendem a apropriação e o uso popular desse patrimônio histórico. Assim, passam a integrar movimentos sociais e associações, mobilizam-se, adotam posições e métodos de luta a fim de pressionar o Estado. Fazem-no em correlação com os distintos governos, com os respectivos objetivos que expressam e as estratégias que utilizam para alcançá-los.

No âmbito das disputas travadas sobre essa localidade de Salvador, esta pesquisa tem por objeto as práticas utilizadas pelo Governo do Estado na sua relação política singular e ao mesmo tempo multifacetada com o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB). Interessa investigar o governo nessa relação, justamente, por ser determinante para os movimentos populares, que ao dirigirem suas reivindicações à administração pública encontram no âmbito desses confrontos e negociações os próprios limites e possibilidades de sua luta. Todavia, ao pesquisar também o movimento social dentro desta relação aproximamo-nos somente do que é necessário ao entendimento das práticas do governo, ou seja, tão-somente estudo o movimento para melhor entender o governo.

Por toda a importância para a definição dos rumos políticos do movimento social e para vida daqueles que lutam pela moradia no antigo centro de Salvador, a investigação orienta-se pelo seguinte problema: quais perspectivas estratégicas de apropriação espacial do centro o Governo do Estado utilizou na relação com o Movimento Sem Teto da Bahia, nos últimos dois mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2007 e 2014?

O objetivo geral da pesquisa é identificar a estratégia² utilizada pelo Governo do estado na relação com o MSTB, para a consecução de seus fins na política urbana do

² A perspectiva teórico-metodológica desta pesquisa exige uma noção de estratégia distinta daquelas mais convencionadas sob a realidade do comando militar ou da previsão de uma orientação política sobre uma totalidade social, que, neste caso, se diferencia das táticas como orientações para realidades conjunturais. Por sua vez, na presente pesquisa, sobre a base de uma correlação de forças na apropriação do espaço urbano, a estratégia tem o caráter de processo decisório, não necessariamente

antigo centro. Este empenho da pesquisa justifica-se politicamente pela expectativa de subsidiar a luta por moradia, sobretudo, desse movimento social, com uma avaliação da relação com o Governo. Assim, cumpre um esforço de reconhecer planos e manobras implantadas pela gestão petista no diálogo e na confrontação nas quais se veem enredados os integrantes do movimento.

Para tanto, são objetivos específicos: a) investigar a constituição histórica da política urbana sob o prisma da relação conflituosa entre Estado e ocupantes populares na apropriação do Centro Antigo de Salvador; b) analisar as práticas e discursos da gestão estadual entre 2007 e 2014 no que se refere à política urbana do governo destinado ao MSTB no CAS, bem como o modo como o movimento interage nesta relação.

Muitas pesquisas apresentam o MSTB como objeto de estudo, traçando sua história e as relações entre as organizações sociais de sem-teto (CLOUX, 2008; MIRANDA, 2008). Outros enfoques perpassam as estratégias de apropriação do espaço urbano (BOCHICCHIO, 2009), as relações de gênero (MACEDO, 2010) e a condição de classe dos trabalhadores sem moradia (FALCÃO, 2013; BARRETO, 2014).

No que diz respeito à política do Estado sobre o antigo centro de Salvador, distintos governos foram pesquisados sob a perspectiva do urbanismo, focados principalmente nos planos urbanísticos e nas políticas públicas de reabilitação (FERNANDES, 2006; MOURAD, 2011). Sobre a relação dos movimentos populares com o governo, destaca-se a pesquisa sobre a participação popular no projeto de intervenção urbana da 7ª etapa de revitalização do CHS, de José Bittencourt (2011).

Diante da produção acadêmica existente, a presente pesquisa justifica-se por seu distinto enfoque da política urbana do Centro Antigo de Salvador como relação de luta entre classes sociais, da qual os governos tomam parte fundamental na ordenação e controle do espaço. Desse modo, o governo é investigado enquanto esfera das práticas concretas do Estado nas relações sociais de produção dessa territorialidade. Sob essa perspectiva, a investigação persegue as práticas sócio-espaciais do governo na sua relação contraditória com o movimento social, cobrindo o período de uma gestão ainda

assentado em procedimentos formais de planejamento na expectativa de alcançar determinados resultados. Em suma, as estratégias são as deliberações e medidas tomadas pelo governo e pelo movimento social, que expressam ações e reações na contradição entre práticas sócio-espaciais e interesses sociais conflitantes.

recente no contexto das diferentes disputas nos processos de apropriação do espaço urbano do Centro Antigo de Salvador.

A escala espacial da pesquisa é a do Centro Histórico de Salvador (CHS) e do seu entorno imediato (por onde se estabeleceram ocupações, especialmente, do conjunto de famílias expulsas das áreas “recuperadas” a partir da década de 90). Entretanto, em vista do uso consagrado do termo Centro Antigo de Salvador, a partir de 2007, ainda que envolva muitos outros bairros, será este adotado por ser utilizado pelo governo como parte da política destinada não apenas ao CHS, mas também ao seu entorno. De acordo com o Plano de Reabilitação Participativo (BAHIA, 2010):

Chama-se atualmente de Centro Antigo de Salvador a área do CHS, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1984, e amparado legalmente pelo Decreto-Lei nº 25, de novembro de 1937, e o seu entorno, aqui englobando as áreas delimitadas pela Lei Municipal nº 3.289/83 como sendo de Proteção ao Patrimônio Cultural e Paisagístico de Salvador. A poligonal que delimita o CHS compreende os bairros de Santo Antônio Além do Carmo, Pilar, Carmo, Passo, Taboão, Pelourinho, Sodré, trecho da Baixa dos Sapateiros, Terreiro de Jesus e Barroquinha; as Ruas da Conceição da Praia, da Misericórdia, da Ajuda e Chile; o Largo de São Francisco e o Largo de São Bento, além da Praça da Sé. Já no Entorno do Centro Histórico, estão incluídos: Barbalho, Macaúbas, Água de Meninos, Comércio, Aquidabã, Saúde, Nazaré, Palma, Campo da Pólvora, Mouraria, Joana Angélica, Lapa, Tororó, São Pedro, Largo Dois de Julho, Piedade, Barris, Mercês, Aflitos, Gamboa de Cima, Gamboa de Baixo, Politeama de Cima, Politeama de Baixo, Banco dos Ingleses e parte do Campo Grande (trecho até o antigo Hotel da Bahia)”.

A abrangência desse processo de apropriação territorial permite conhecer mais sobre a luta desses ocupantes pelas elementares necessidades por moradia e trabalho, na qual se deparam com as ações do Estado como o outro lado dessa relação. Esses ocupantes são rotineiramente condenados pela própria condição social em que se encontram. São eles definidos como “sem teto”,

Pessoas que moravam de aluguel, em casa de parentes ou de conhecidos, e/ou em condições precárias, em casa condenadas, em áreas de risco de deslizamentos e que têm uma renda insuficiente para pagar aluguel ou adquirir um imóvel. (...). Além destes, em quantidade pouco expressiva, segundo os integrantes do Movimento, há aqueles que moravam nas ruas. (BOCHICCHIO, 2010, p 101).

A luta dos “sem teto” não se restringe a ocupação de imóveis urbanos. É também de disputa política do espaço da cidade, sobre o qual se mobilizam, enfrentam e resistem à negação de suas práticas socioespaciais. Sobre essa conformação, a pesquisa não se restringe a análise da “política pública”, à medida que suscita a observação de um conflito que tem afligido a vida nas cidades brasileiras com remoções forçadas, perseguição a ambulantes, entre outras ações violentas, a propósito de grandes obras, eventos, reformas e requalificações.

No entanto, mesmo ao deter a análise à inter-relação entre Estado e movimento social, existe uma totalidade mais complexa e variável em conta nessa relação política. Ainda que o governo, normalmente, desempenhe um papel de agilizar e coordenar o processo de reordenamento da vida urbana, os interesses e o exercício do poder sobre o espaço advêm de todo um conjunto de forças movimentadas por múltiplos agentes sociais (HARVEY, 2005c).

Vale ressaltar que diversos trabalhos apontam para um processo recente de urbanização dessa região marcado pela expulsão de seus habitantes (FERNANDES, 2006; REBOUÇAS, 2010; NOBRE, 2003; BITTENCOURT, 2011; MOURAD, 2011). Na atualidade, destaca-se o uso do conceito de gentrificação, que de acordo com Mourad (2011) se refere a

[...] um conjunto de processos articulados pelo capital, e o Estado assume o papel de principal facilitador desse fenômeno. A gentrificação se apropria de espaços residenciais, comerciais, equipamentos e de outros usos da cidade, provoca transformações sociais de elitização das áreas centrais e deportação da população pobre. A política de gentrificação não incorpora a justiça social, o direito à moradia para a população pobre ou o direito à cidade para todos” (p. 11)

Amiúde, a suposta independência do governo frente aos interesses em conflito no Centro Antigo parece mascarar intervenções urbanas subordinadas às necessidades de frações do capital, principalmente, imobiliário. Há esse jogo de fundo nos projetos urbanos, do qual pouco se sabe nas práticas governamentais mais recentes da gestão de Jaques Wagner (2007-2014).

Ademais, existe o empenho em investigar a condição relacional do governo com os mais afetados pelo processo de “reabilitação” urbana. Ainda que avulsem as ações governamentais na área central, a população impactada não se reduz apenas a

receptáculos da política pública. Sujeitos reais, de corpo, alma e necessidades reagem de alguma forma às intervenções. A urbanização do centro não transcorre sem resistências, que ao longo desses anos trouxeram para o cenário político de todo o Centro Antigo diversos movimentos sociais, tais como o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH), o Movimento Sem Teto de Salvador (MSTS), o Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho (MDMT), Movimento Nosso Bairro é 2 de julho, a Associação de Moradores e Amigos da Chácara Santo Antônio (AMACHA), entre outros.

No decurso dos anos de conflito pela apropriação dos imóveis, essas organizações da sociedade civil estabeleceram embates com os diferentes governos, quando adotaram formas de pressão, de resistência e negociação próprias. Nesse sentido, os ocupantes daquelas áreas passaram a recorrer às assessorias populares ou parlamentares, ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Desde então realizam protestos, estabelecem negociações com os órgãos de governo, assim como participam de audiências públicas e conselhos com participação popular.

Entre a diversidade de movimentos sociais no centro, a escolha do estudo da relação do governo com o MSTB justifica-se: em primeiro lugar, em razão da longa trajetória de negociações das suas pautas com o governo estadual, inclusive em uma mesa de negociação permanente; em segundo lugar, porque além de ser o maior movimento social de luta por moradia da Bahia, o mesmo obteve maiores ganhos no acesso aos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no estado; por fim, destaca-se a marcada autonomia do movimento em relação à política de governo (BOCHICCHIO, 2008; MIRANDA, 2008).

Este movimento realizou o seu I Congresso em 2005, o II congresso em 2008 e o último, o III Congresso, foi realizado em março de 2014. Conforme levantamento feito pela coordenação, o movimento conta com um total de 47 espaços, entre ocupações, núcleos e conjuntos habitacionais com maior concentração na região metropolitana de Salvador.

Feito este esboço inicial, a seguir esclareço o envolvimento do pesquisador com a realidade de pesquisa e o percurso de construção do “objeto” da investigação, o que pretendo aprofundar no tópico “Esclarecimentos prévios sobre a relação pesquisador-pesquisado e a construção do objeto de pesquisa”. Isto posto, discorro sobre o caminho

metodológico e aspectos do desenvolvimento posterior dos conteúdos centrais deste trabalho.

1.1 Esclarecimentos prévios sobre a relação pesquisador-pesquisado e o "objeto" de pesquisa

As perguntas que as pessoas se fazem ao observar o mundo já carregam em si uma história. Onde se espera uma questão situada no agora, o sujeito-observador descobre-se definido em suas inquietações desde muito antes. Os caminhos atravessados e as experiências vividas, por nos ter percorrido intimamente, explicam um tanto das nossas certezas e dúvidas. Assim, a cada leitura e escrita, esta pesquisa tem revelado a mim mesmo como participante do mundo que observo.

De antemão, assumo uma postura contrária à ciência positivista, que considera o sujeito investigador e o objeto como instâncias distintas e hierarquizadas. O presente “objeto de pesquisa” envolve sujeitos e agentes políticos, de um contexto social conflitante, do qual não posso excluir minhas próprias posições, ações ou omissões. Entre diferentes formas de relacionar-se com o pesquisado (nem sempre esclarecidas), esta é fruto de um processo de acompanhamento das experiências de formação e de luta do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), com algumas vivências iniciadas no período de graduação.

Em outros tantos momentos, estive em ocupações precárias de terrenos e edifícios, junto àqueles que passavam a ser conhecidos em Salvador como os sem teto. Assim, há dez anos iniciava a história do que, mais recentemente, se tornaria convivência, trabalho, pesquisa. Pouco a pouco, pude reconhecer o quanto o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) enredou-se em minha vida, nas dúvidas e inquietações, a ponto de suplantar a condição de militante na luta por moradia para tornar-me também observador universitário.

Muito além de uma limitada relação entre sujeito e objeto de pesquisa, constituíram-se vínculos de confiança e amizade, que se poderia julgar como uma condição viciosa da pesquisa, mas exatamente assim a observação despontou mais completa. Nos últimos anos não realizei apenas visitas ocasionais de pesquisador a excursionar sobre a situação do observado. Ao contrário, comparto das histórias, dos

dramas pessoais, das disputas e da convivência com a crítica desses habitantes do cenário do CAS.

A convivência com esses sujeitos tornou ainda mais evidente como a política urbana no antigo centro de Salvador não se explica somente pelos documentos, planos, tabelas e gráficos de levantamentos socioeconômicos. Existe gente que vive essa cidade, que experimenta a política de produção do espaço. A apropriação do centro promovida pelo poder público tem suas destinações, mas me indago também sobre as pessoas, os sujeitos políticos, sobre o que as práticas do governo significam para os ocupantes de logradouros tidos como históricos, dos sem teto que lutam por moradia.

Nessa postura participante há um respeito pela natureza do pesquisado, justamente, por não reduzir os sujeitos e suas experiências à condição de coisa, em consideração a uma suposta objetividade (assim como são reduzidos a objetos pela política pública). Para entender a realidade humana é preciso sair do pedestal da razão, daquele que com seu olhar crê desvendar o real com seus pressupostos, saberes e esquemas das metodologias científicas. É preciso fazer, como afirma Thompson (1981), uma análise “sempre encarnada, em pessoas e contextos reais” (p.185), alcançar o que há de verdadeiramente humano na realidade estudada.

Mas entre tantas entrelinhas existentes na observação, importa-nos destacar que a ciência como atividade, trabalho humano, não escapa à pessoalidade do pesquisador. Mesmo que não confessos, os interesses e afetos expressam-se desde as perguntas, hipóteses até as respostas. Não seria exagero afirmar que pesquisa alheia ao próprio pesquisador é trabalho alienado (SANVIANI, 2013). Ou seja, a fim de conter as obliterações de sua atividade, o observador não deve desconhecer de si o seu pensamento, mas, pelo contrário, deve reconhecer os condicionamentos sociais, políticos e culturais da sua observação.

É válido suscitar Karl Marx (2008) ao considerar que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”. Essa célebre proposição contribui para despertar o pesquisador para seus condicionamentos como homem no mundo, pertencente a uma classe social, a um gênero, com uma cor de pele, uma orientação sexual e uma história de vida que o constitui. Por isso, o processo de pesquisa exige a franqueza de uma autoanálise dos limites do ponto de vista do observador na interação com o observado.

A história desta pesquisa, que perpassa a minha trajetória de atuação política, resulta de uma participação na assessoria popular³ ao MSTB. O trabalho, que desempenho no Instituto de Desenvolvimento de Ações Sociais⁴, é de estímulo à auto-organização dos movimentos, de participação na formação política das lideranças populares e de acompanhamento jurídico das ocupações. Há todo um esforço em contribuir para luta popular por moradia, respeitando a autonomia política e organizativa dos movimentos.

Todavia, mesmo que o trabalho seja feito lado a lado, assessor e assessorado são marcadamente distintos: a classe ou fração de classe a qual pertencem, o grau de escolaridade, entre outras desigualdades são explicitadas na linguagem, na forma do conhecimento e nas práticas sociais. Sumária a condição reversível do assessor popular de a qualquer momento retornar a sua condição de classe: encontrar casa, comida, trabalho, saúde, tudo que carece a base social do MSTB. E por mais que a participação do assessor o aproxime das pessoas e de seu contexto, não há propriamente uma identidade entre os sujeitos, mas antes uma aproximação resultante da articulação política.

Não obstante a distância entre esses mundos, a luta com que se depara o movimento popular exige o estreitamento da relação pela necessidade das contribuições da assessoria. São feitas as parcerias para fins de contribuição nos conhecimentos jurídico, urbanístico, pedagógico, etc., que aos poucos ganham contornos de consideração, empatia e de confiança. Desse modo, a partir dos afazeres de assessor junto aos trabalhadores sem teto abrem-se as possibilidades de observação deste pesquisador.

A minha atual reaproximação da organização popular e de seus militantes, ainda que não tivesse por escopo constituir uma etapa exploratória de pesquisa, assim acabou acontecendo. Não seria possível de antemão conhecer o movimento e seus efetivos “temas” sem, de certa forma, enredar-se nas teias de suas relações, hierarquias de poder, engajamentos e desafios.

³ A perspectiva da assessoria surgida da ala progressista da igreja no Brasil, em termos gerais, envolve práticas de auxílio e facilitação desempenhadas por intelectuais aos movimentos populares (CEAS, 1983).

⁴ O Instituto de Desenvolvimento de Ações Sociais é uma associação de profissionais de diversas áreas, que assumem atividades de assessoria popular. Sou associado do instituto desde 2012.

Desse modo, o movimento social tomou proporção e complexidade desconhecidas por mim. A direção da organização popular, sua base e a luta política tinham, em verdade, contornos nas práticas, nos sentimentos e sentidos, que moviam as pessoas, nas tensões e nas decisões. Tão somente com esse nível de envolvimento a pesquisa adveio como uma problemática própria à realidade do movimento. Nesse sentido, passo a expor o caminho pelo qual constituí o objeto desta pesquisa. Ponho as claras o mote do pesquisador.

Na assessoria popular ao MSTB participei ao longo de um ano (o de 2014) dos seus espaços de reunião e deliberação no Centro Antigo de Salvador. Nessa região da cidade o movimento cumpre essa função organizativa, que envolve direta e indiretamente cerca de 200 famílias em seis ocupações, antigos moradores expulsos nas intervenções do governo, além dos ativistas solidários à luta por moradia. As atividades seguem uma rotina com notícias, místicas, debates, queixas e, enfim, alguns problemas comuns são expostos e enfrentados, no traçado das possíveis ações e resoluções.

Nos discursos, repetidas vezes, os integrantes do movimento demonstram o receio de novas expulsões. Reclamam das ações e omissões dos órgãos de governo, percebidas como ameaças à conquista de seus espaços de moradia. Sobre o quê uma destacada liderança do MSTB reagiu algumas vezes com o argumento: “Temos de popularizar o Centro Histórico!”. Tal posição ressoa entre eles de um sentido de território como apropriação coletiva, neste caso, marcada pelos usos populares ameaçados e mal reputados na cidade.

Nas palavras de Uriarte (2003), os territórios são “aqueles espaços apropriados coletivamente por um certo grupo. Trata-se de espaços apropriados efetiva e afetivamente, isto é, de uma apropriação física e mental” (p. 52). As ocupações dos sem teto são esse mundo a parte de experiências, sentidos e práticas espaciais populares, que divisa espaço com o centro de entretenimento, turismo e seus usos comerciais estimulados pelo governo. Diante dessas distintas faces do Centro Antigo, pesa entre os integrantes do movimento a demanda pelo direito de viver no centro. Principalmente, por ser um espaço urbano com o qual se identificam os ocupantes, onde vivem há décadas, muitos entre eles descendentes de outras gerações de moradores.

Nas conversas informais, os sem teto contam histórias sobre a vida na região, apontam as casas e recordam seus antigos habitantes, lembram outros momentos como as expulsões promovidas pelo governo do estado nos anos 90. Uma infinidade de ideias,

interpretações e lembranças emergem a todo o momento nos ambientes de encontro do movimento, além das confissões expostas por confiança fora dos espaços comuns.

No decurso da participação nesse contexto, reunindo e sistematizando informações, pude perceber certa exaustão e desesperança nos discursos e semblantes dos sem teto. Ao que eles definiam, de modo recorrente, como “cansaço”. Este era o rastro de um problema efetivo a ser encarado pelos integrantes do MSTB, com os quais me apreendi na responsabilidade de melhor entender as razões e de procurar possíveis caminhos e soluções.

Realmente, é muito difícil manter as esperanças e persistir com ânimo em meio aos problemas enfrentados por ocupantes e por beneficiários do insuficiente aluguel social⁵. Por certo que a vida nas edificações semiarruinadas, sem saneamento adequado, reserva conflitos entre vizinhos, às carências diversas, o medo da ameaça da polícia e das facções do crime organizado na disputa por território. Especialmente, a falta da moradia de “papel passado” é um eterno tormento pelo medo da expulsão por agentes do governo, do crime ou por inquilinos. Toda essa angústia acumulada encontra na reunião o ambiente para externar sentimentos penosos, os recorrentes “desabafos”.

Contudo, mesmo com todos os sacrifícios e aflições, o que os participantes do movimento exibem consiste em uma desesperança na cotidiana e difícil luta pela manutenção da moradia no centro. A esperança resta em sentido perto da fé, uma crença mais emocional, quando a ação intencional parece vã. A despeito do esforço das lideranças em acolher e empoderar seus membros, o MSTB lida com aflitas expectativas, por sua vez, impetuosamente frustradas na relação com o Estado. Desse modo, o MSTB avalia a relação com o governo do estado tal como o descrito no dossiê das ocupações no Centro Histórico em 2012:

A impressão é de que o Governo da Bahia não sabe o que fazer para garantir o direito à moradia digna dos integrantes do MSTB no Centro Histórico. Não só o deles, pois há tantos outros prejudicados. As políticas são desencontradas, órgãos públicos (IPAC, CONDER, SEDUR, etc.) não conseguem dialogar entre si, recursos vêm e vão. Enquanto isto, a vida dos ocupantes só se deteriora. Sem reforma adequada, mantidos apenas pelos esforços dos ocupantes que fazem pequenos reparos aqui e ali, os prédios ocupados vão acumulando infiltrações, mofo, ratos, insetos e insalubridade (MSTB, 2012, p.01).

⁵ Trata-se de um benefício provisório, pago pelas prefeituras ou pelo Governo do Estado, as famílias que não tem condições de arcar com um aluguel e que foram retiradas de suas casas pelo Estado, por exemplo, em razão de ocupação em área de risco.

Para muitos dos integrantes do movimento são dez, vinte anos de exigências ao Governo do Estado da Bahia, em que as vidas persistem em ruínas, continuam ameaçadas. Aos poucos, a insuficiência das respostas do governo em assegurar a moradia popular no centro põe em dúvida a eficácia das reuniões, manifestações e negociações, por fim, desmobiliza e fragiliza a força da organização popular.

O “cansaço” expressa as dificuldades na luta política do movimento. Embora o principal instrumento do MSTB seja a ação direta pela ocupação de imóveis públicos e privados, sem função social, sua luta funda-se na perspectiva reivindicatória, que, de modo prioritário, dirige suas pautas e pressão popular para o âmbito do Estado (CLOUX, 2008; MIRANDA, 2011; BOCHICCHIO, 2009). Desde a primeira ocupação em 20 de junho de 2003, que dá origem à organização precursora do MSTB, as ações se voltam para os entes da Administração Pública⁶ (MIRANDA, 2011). Passados 12 anos de sua fundação, o movimento mantém firmada essa estratégia, que atravessa distintas conjunturas com readequação de táticas, mas sempre, de certa forma, tornando-se refém dos distintos governos na assimilação institucional das pautas.

Essa relação com o governo desponta determinante das possibilidades e perspectivas do movimento social, o que torna evidente a necessidade de conhecê-la mais a fundo. Há nessa correlação a constante tensão entre a autonomia da organização popular e a cooptação pelo Estado. Mesmo que a luta pela institucionalização das pautas possa gerar conquistas, implica, por outro lado, no risco do próprio movimento acabar pautado pela institucionalidade ou pelo clientelismo nas esferas de participação do governo (MARICATO, 2008).

As organizações que conseguem assento à mesa do Estado correm o risco de ater-se a um processo de urbanização circunscrito à técnica e a gestão dos órgãos públicos, assim comumente restringindo a luta política e suas estratégias ao agente mais aparente na (re)produção do espaço urbano. Em um tempo em que as políticas urbanas anunciam a “participação popular”, deve-se reconhecer como os próprios espaços institucionais encontram seus condicionamentos no conjunto de contradições e interesses dos quais participa o governo, junto a outros agentes do capital fundiário, do capital imobiliário, entre outros envolvidos na apropriação do espaço da cidade. A depender do governo eleito, diferentes estratégias são utilizadas na relação com os

⁶ Naquela ocasião, os ocupantes pressionaram a Prefeitura Municipal de Salvador com manifestações, novas ocupações e documentos com suas exigências.

movimentos sociais, assim como distintas alianças e interesses podem expressar-se no planejamento urbano.

De tudo quanto vi, ouvi, anotei das reuniões do MSTB (inclusive com órgãos do Estado), persiste o anseio de descobrir caminhos para a tão sonhada moradia. Os sem teto não querem tão somente esperar pelo incógnito intuito do governo. Estão extenuados pelas dificuldades, pelo medo nas ocupações, mas, sobretudo, por uma relação com o governo, que não lhes atende as exigências. Desse modo, esta pesquisa busca contribuir para que os sujeitos sem teto possam saber onde estão pisando no que se refere às práticas governamentais. Afinal, importa identificar o que está em jogo nas ações e omissões do governo, para, por fim, permitir ao movimento saber como se posicionar diante delas. Entra em cena o pesquisador para subsidiar o trabalho do assessor popular.

A minha atuação junto ao MSTB permitiria uma pesquisa de refinamento descritivo, mas não bastaria uma etnografia sobre a cultura dos sem teto. Ainda que um olhar franco que ultrapasse o estado de negação da dignidade e subjetividade dessas pessoas tenha grande importância, interessa-me realizar a pesquisa que me revelou o convívio com os próprios sem teto. Vale destacar: essas pessoas demandam contribuições para transformar a realidade em que vivem!

Atualmente, a frustração dos sem teto com a luta no Centro Antigo reflete a expectativa produzida pela gestão do Partido dos Trabalhadores no governo estadual. A partir de 2007, a administração de Jacques Wagner prenuncia mudança dos rumos da política urbana, com participação popular e diálogo com os movimentos sociais. Porém, interessa questionar: o que faz o governo das expectativas dos sem teto em conquistar a moradia no centro?

A partir da tentativa de oferecer algumas respostas, talvez possamos contribuir em desanuviar a política urbana na qual se encontram enredados aqueles que lutam pela moradia popular no centro antigo de Salvador. No momento atual, a realidade do conflito ainda ameaça a vida dos ocupantes e nos provoca a decifrá-la como a esfinge mitológica. Enquanto buscamos o conhecimento dessa relação política, feita oráculo sobre a cidade, no cotidiano, a mesma devora sem trégua a humanidade dessa gente. Sobre qualquer hipótese, admitida ou revista, desde então, o caminhar da pesquisa faz-se parcela do agir, teoria e prática, contingente e transformadora.

1.2 Sobre a perspectiva teórico-metodológica

Tendo em vista os aspectos teórico-metodológicos, ao colocar em evidência a atuação do Governo do Estado na relação com o Movimento Sem Teto da Bahia, a pesquisamos na dinâmica política, habitual e contraditória, de apropriação do Centro Antigo de Salvador. A relação singular é componente de um processo de reprodução do espaço urbano, que abrange disputas e distingue territórios em sua paisagem. Mas, afinal, por que compreendo a realidade desse modo? Como pretendo seguir no processo de investigação?

De tudo que já foi exposto sobre o objeto e o percurso da pesquisa pode-se depreender uma orientação teórico-metodológica, a partir da qual é possível construir uma análise dessa realidade. Importa destacar que a partir de referenciais como Karl Marx, Henri Lefebvre e David Harvey, esta abordagem sobre a relação entre governo e movimento social envolve, principalmente, uma fundamental perspectiva sobre a política.

No próprio artifício da pesquisa, indissocio teoria (como exercício de compreensão da realidade) da prática. Isso porque delinco o próprio entendimento do mundo (apreendido no espaço e no tempo) como prática dos homens, modo pelo qual os sujeitos como membros da sociedade realizam-se em movimento ininterrupto de um processo histórico.

Essa perspectiva, além de suscitar o método materialista histórico-dialético, não permite eleger instâncias restritas de exercício político, não o circunscrevendo aos partidos, ao processo de disputa pelo Estado ou ao âmbito de produção material de mercadorias. Política é atividade essencial do ser humano no seu mundo e em suas relações sociais, produção no sentido amplo oferecido por Marx, em cujo desempenho os homens constituem processos de objetivação e subjetivação no intercâmbio com a natureza, com o meio social e, vale destacar, com o espaço.

Habitar, divertir-se ou mesmo gerir a vida privada no antigo centro de Salvador é fazer-se sujeito no mundo, portanto, fazer político. O ato de produzir, atividade essencial que permite a reprodução da vida humana, exige como condição e meio de sua realização a produção do espaço. Nesse sentido, a relação política enfocada é

compreendida como processo social de produção do espaço, ou seja, atos de produção da vida, que se realizam como modos de apropriação. A ação de grupos humanos realiza-se no meio material como apropriação, o que implica na transformação da natureza, do meio físico, biológico, de seu tempo e espaço, em bem humano (LEFEBVRE, 2006).

Segundo, Ana Fani Alessandri Carlos (2013, p.63),

Podemos pressupor que a espacialidade das relações sociais pode ser efetivamente compreendida no plano da vida cotidiana e, a partir desta articulada e redefinida como plano da reprodução das relações sociais, vista na multiplicidade dos processos que envolvem a reprodução do espaço em seus mais variados aspectos e sentidos como prática sócio-espacial. (...) A noção de produção, nesta perspectiva, abre-se para a noção de apropriação, revelando-se em atos e situações.

Por essa razão, as estratégias e ações utilizadas na relação entre o governo do estado da Bahia e o MSTB são vistas como meios de apropriação do centro antigo de Salvador. A correlação expressa práticas sócio-espaciais – interesses, ações e discursos da vida cotidiana, que entre os sujeitos da produção no contexto histórico determinado revela um conflito em torno da reprodução do espaço.

Assim, desde a observação no percurso exploratório, a dimensão concreta desta reprodução social exhibe nas formas de ocupação e uso territorial as contradições no espaço (ora produzido como valor de uso – habitação popular, ora como valor de troca – turismo, comércio, etc). Neste caso, pondo às claras a contradição das estratégias espaciais do governo frente à necessidade de reprodução da vida dos ocupantes populares.

No entanto, com tudo o que aparece de factual às primeiras observações em escala local, no plano do lugar – do centro antigo de Salvador, há um conjunto de condições e características que precisam ser mais bem explicadas acerca da luta pela ocupação e uso desse espaço. A fim de desvendar o cerne da relação política entre o governo do estado da Bahia na gestão petista (2007-2014) e o MSTB anteparam-se algumas questões na dimensão do que já se mostra aparente.

Importante conhecer como essa relação de conflito acontece não apenas no cotidiano local, mas em sua afinidade com escalas nacional e global. É patente a compreensão de que Estado e movimento como agentes sociais estão inseridos na temporalidade e espacialidade de uma específica formação sócio-espacial capitalista. Esses condicionamentos e determinações exigem do pesquisador um conjunto de

procedimentos metodológicos de condução sincrônica e diacrônica entre a dimensão fenomênica particular e a dimensão da totalidade da relação. Para que essa iniciativa fosse possível, um plano teve de ser traçado.

Primeiro, a fim de esclarecer as evidências da realidade, importa ao pesquisador investigar a constituição histórica da política urbana como relação conflituosa entre Estado e ocupantes populares no processo de apropriação espacial. Afinal, sob quais condições a relação entre Estado e classes subalternas efetiva-se na luta política pela apropriação e uso do território do CAS?

Constitui-se assim uma **etapa de investigação estrutural**: a partir das referências sobre a formação socioeconômica e espacial em suas dinâmicas nacional e local, escrutinamos a constituição das estruturas de reprodução social capitalista e o processo que as conduziu à produção do atual Centro Antigo de Salvador, em suas contradições na apropriação territorial. Nesta etapa, as fontes adotadas foram a bibliográfica e documental.

Somente então a investigação retorna ao foco do início, ao **âmbito conjuntural** de sua problemática. Repito a pergunta: quais perspectivas politico-estratégicas de apropriação espacial do centro o Governo do Estado da Bahia utilizou na relação com o Movimento Sem Teto da Bahia, entre 2007 e 2014? E como este reage? Claro que nessa dimensão da análise novas questões surgem ou são retomadas, revistas, à medida que novas determinações vem a tona sobre as práticas sócio-espaciais dos agentes da relação.

Esta etapa é subdividida em um primeiro momento de fonte documental e bibliográfica, na qual averiguamos, no contexto nacional e da cidade, a formação social e política dos agentes particulares da relação em meio às contradições atuais na reprodução urbana. E, por fim, realizo uma pesquisa de campo, na qual busco analisar as ações e discursos na relação singular entre governo e movimento no período determinado.

No amparo à coleta de dados em campo veio a calhar a observação participante, sem o esforço, entretanto, de identificação subjetiva pela interação simbólica com os valores e aspirações dos sem teto ou dos funcionários públicos (HAGUETE, 2001). Não almejo me colocar no lugar daqueles que vivem “na pele” a política urbana, até porque não acredito ser possível tal transmutação quando os condicionamentos do pesquisador antecedem as opções da pesquisa.

Apesar da proximidade, dos afetos desenvolvidos na relação, antes a participação e a pesquisa guiam-se dentro de uma perspectiva condizente com a realidade dos papéis do assessor popular e do pesquisador. Por decorrência do trabalho como assessor popular apenas evito a exterioridade excessiva. Certo que há o engajamento político e envolvimento com o movimento, mas a observação fez-se com o esforço disciplinado de alcançar a objetividade necessária ao processo de investigação.

A perspectiva do pesquisador não implica na pura transmissão das representações e sentidos dos integrantes do movimento e, muito menos, incorre na reprodução do discurso oficial do governo. Sem abdicar da diversidade de fontes, que expressem o papel desempenhado pelo governo na relação com o movimento, a experiência de observação participante ingressa como mais um meio de acesso aos dados da relação pesquisada.

Nesse sentido, são fontes desta pesquisa (adstritas ao período entre 2007 e 2014):

1. Documentos, informativos, relatórios e publicações da DIRCAS/Conder, IPAC, SECULT, SEDUR, entre outros, que se apresentam como principais órgãos de execução e formulação da política.
2. A observação direta das intervenções em andamento, o que implica no acompanhamento e análise da atuação dos órgãos do estado sobre as ocupações do MSTB no CAS e as ações do próprio movimento.
3. As atas das mesas de negociação entre as lideranças do CAS/MSTB e o governo do Estado, correspondente ao período de 2007 a 2014, no que serão analisados os discursos das partes, as divergências e os acordos, assim como seus implementos.
4. Entrevista de representante do governo, que responda pela política urbana no Centro Antigo de Salvador.
5. E a perspectiva daqueles que foram impactados pela política, através da realização de entrevistas com os representantes do movimento, de modo a identificar como reconhecem as práticas do governo e como atuam frente a elas.

Os tópicos do trabalho seguem a ordem e os objetivos delineados nos procedimentos metodológicos, em que construímos os seguintes capítulos: 1) A relação Estado e Classes Subalternas na (re)produção do Antigo Centro de Salvador; 2) Cidade mercadoria: as condições da formação do mercado fundiário e imobiliário; 3) A relação

do Governo do Estado da Bahia com o MSTB (2007-2014): as correlações na apropriação do centro; e, por fim, as considerações finais.

CAPÍTULO II - A RELAÇÃO ESTADO-CLASSES SUBALTERNAS NA (RE)PRODUÇÃO DO ANTIGO CENTRO DE SALVADOR

A cidade de Salvador esteve concentrada por cerca de três séculos nos limites da área hoje conhecida como centro antigo. Somente entre meados do século XVIII e início do século XIX, novos bairros como a Vitória, Rio Vermelho e Itapagipe expandem o tecido urbano, abrindo alas para suplantarem as balizes da cidade secular (VASCONCELOS, 2002). Até então não se podia distinguir centro de periferia. As funções urbanas não detinham nítidas diferenciações no espaço, o que na cidade resultava em certa indefinição pela multiplicidade de usos no “espaço coeso e contínuo” (SANTOS, 2013).

O processo de diferenciação socioespacial inicia com a abertura de novas áreas residenciais na cidade, que vão, aos poucos, materializando uma divisão territorial mais nítida das atividades econômicas (Idem). A partir do final do século XIX e início do século XX, há uma intensificação desse processo com uma expansão urbana, da qual procede uma acentuada descentralização da cidade. Todavia, ainda por um longo período, o acúmulo de funções na urbanização de Salvador deteve-se as áreas centrais, como esclarece Milton Santos (2012: 68-69):

A permanência da localização do porto, a atração que exerceu sobre as atividades comerciais e administrativas; a localização da estação ferroviária na proximidade do centro; a fraqueza da indústria, incapaz de criar grandes bairros; a expansão da cidade sobre as linhas de cumeada, tendo como resultado um plano que não permitiu a formação de centros secundários nos bairros; tudo isto teve por consequência a concentração das funções nos bairros centrais.

Portanto, o antigo centro responde por parte significativa da história da cidade de Salvador, compreendendo uma paisagem que desde o início de sua urbanização expressava a grande atratividade de suas características. A escolha deste sítio pelos invasores portugueses deve-se ao excelente porto sobre o qual se espraia a Baía de Todos os Santos, bem disposta para a navegação, com clima ameno, em cujo terreno uma alongada escarpa confere as terras elevadas sobre o mar o efeito de fortificação natural (GORDILHO, 2008: 59). Sobre esse espaço, dividido entre cidade baixa e cidade alta, fizeram-se as condições favoráveis ao desempenho das funções administrativas, portuárias e comerciais por séculos (Idem).

Por todos seus predicados, *Kiryuré*, como era denominada a área pelos índios tupinambás (cf. RISERIO, 2004), daria lugar a uma história marcada por conflitos

relacionados à assimilação do espaço, seja na constituição da cidade fortificada de Salvador, seja em decorrência das reestruturações urbanas. Distintos agentes, com suas representações e práticas, contrapuseram-se em luta pelo domínio desse espaço. Assim, feita uma síntese das contradições de cada tempo, foram se sobrepondo formas e construções, conformando os bairros, em uma reprodução de diferentes estilos arquitetônicos e épocas: a história silenciada das disputas que se materializaram na produção da cidade.

Ao observar os casarões de arquitetura barroca, palacetes neoclássicos, o elevador Lacerda e os planos inclinados, as torres das igrejas que se discernem no alto, nada disso expressa a atividade humana de séculos. Produtos alheios aos braços que lhes deram a forma, dos quais não se inferem o labor de trabalhadores escravizados e assalariados. Tampouco transparecem os distintos interesses e ações sobre este solo ou seus imóveis, que em alguma medida se chocaram uns contra os outros a cada período.

Todavia, embora as paredes da cidade como obra não expressem o percurso da luta pelo poder, pelo valor que o domínio sobre o espaço confere, apenas detém sentidos e valores enquanto criação dos homens. Tão somente entendido deste modo, o centro antigo faz-se obra e condição das relações sociais de produção da cidade.

Sob a influência das ideias de Lefebvre (2006; 2004), o entendimento da cidade enquanto uma produção da sociedade é o que permite conhecê-la como trabalho materializado ao longo da história. Essa perspectiva permite compreender o centro antigo enquanto resultado das relações entre os homens, permeada de interesses e ações, condizentes com a divisão social e territorial do trabalho. Um processo que envolve sujeitos de diferentes classes sociais, condições étnicas e raciais, bem como a atuação do Estado e de outros agentes e instituições, que na produção coletiva da cidade revela desigualdades na apropriação de grupos, indivíduos e classes sociais.

Justamente, sob essa perspectiva seguiremos no rastro da (re)produção do centro antigo de Salvador, pesquisando no seu processo histórico as contradições entre as formas de ocupação do espaço. Parte-se do entendimento de que antecede a pesquisa da particular relação entre os entes do Estado e da sociedade civil em questão, os condicionamentos supervenientes da longa história da urbanização do Centro de Salvador. Dessa maneira, busca-se encontrar pistas para os atuais conflitos pela apropriação desses territórios, ainda que aparentemente remotas (desde sua longa via colonial), mas que nos distintos períodos de reprodução social da produção constituem,

em meio a continuidades e descontinuidades, a cidade, o Estado e as classes sociais de hoje.

O retalho da realidade de conflito que se mostra crítico na atualidade (entre governo do estado e movimento social) é parte de uma totalidade social. Trata-se nessa pesquisa, portanto, da urbanização como processo histórico complexo, movimento, acúmulo de mudanças no tempo e no espaço, em que a sociedade materializa o fenômeno da cidade (SPOSITO, 2004). Portanto, antes de mergulhar na particular relação política desta pesquisa, interessa questionar: como se constituem historicamente as posições do Estado e dos setores populares nas relações de produção do CAS, de modo a gerar as formas contraditórias de apropriação territorial?

Importa-nos evitar com essa abordagem a compreensão da urbanização como realização orquestrada pelo planejamento técnico do Estado, este reduzido à agente externo e regulador da relação capital-trabalho. Muito menos apetece repetir o lugar comum de um povo brasileiro, naturalmente, marcado por um “conformismo pacífico e passivo” (KOWARICK, 1979). Ponderemos a contradição/oposição de interesses do presente, mas como demonstração de uma urbanização na qual o Estado tanto quanto os setores populares em luta pela moradia sejam reconhecidos na realidade das relações de produção da cidade (LOJKINE, 1981).

Afinal, para alcançar o intento desse capítulo, valemo-nos da literatura sobre a estruturação e as reestruturações urbanas do Centro Antigo, em diálogo com a historiografia sobre a formação social brasileira e de Salvador. Nesse sentido, partimos dessa imbricação como bem esclarece Moreira:

Confundindo-se com a formação econômico-social, a formação espacial contém sua estrutura e nela está contida, numa relação dialética que nos permite, através do conhecimento da estrutura e dos movimentos da formação espacial, conhecer a estrutura e os movimentos da formação econômico-social, e vice-versa (MOREIRA, 1982: p. 62).

Vale esclarecer que o nosso diálogo sobre a formação espacial do centro com a historiografia brasileira detém-se, principalmente, ao debate produzido no período entre 1960 e 1980. Esta etapa de pesquisa assimila autores como Francisco de Oliveira, Fernando Novais, Florestan Fernandes, com suas distintas perspectivas conceituais e metodológicas, e a partir deles assumo algumas chaves interpretativas explicitadas ao longo deste texto.

2.1 As raízes sociais da estruturação do centro de Salvador e sua urbanização ao longo da história

A partir do marco inicial de fundação da cidade, em 1549, até início do século XIX, a estruturação urbana de Salvador encontra correspondência com as relações políticas, econômicas e culturais próprias à sua condição de colônia de uma metrópole do outro lado do atlântico (AZEVEDO, 1969; VASCONCELOS, 2002; SANTOS, 2013). O modo de produção no mundo colonial, a sua divisão territorial, técnica e social do trabalho, a administração metropolitana, a infraestrutura da produção e o aparato militar amparam a compreensão do processo de apropriação do espaço nesse extenso período da história.

A produção urbana da sede colonial exigia a implantação de uma estrutura de equipamentos, de outra configuração territorial a fim de garantir a reprodução das relações sociais impostas pela metrópole. Nesse sentido, estabeleceram-se as conquistas das terras com a estruturação funcional para a sede do Governo Geral. Diante da ameaça de invasões de outras nações estrangeiras, a cidade foi construída em meio a diques, trincheiras, fortes e baluartes; a fim de levar a doutrina católica para o novo mundo foram erguidas capelas, igrejas, conventos. Ademais, as funções administrativas materializaram instituições, palácios e edificações. O ciclo da produção trouxe para a paisagem os engenhos, o comércio e os meios de circulação e escoamento das mercadorias.

Assim, sobre a paisagem de Salvador foram erguidas as estruturas citadinas em função do favorecimento de determinada reprodução socioeconômica. Por sua vez, tais estruturas sofreram reordenações e adaptações ao longo do tempo, associadas as alterações econômicas e políticas dos distintos períodos. Deste modo, a urbanização do chamado centro antigo se expressa no processo histórico complexo de constituição de Salvador, o movimento dialético da cidade, que se reverte em transformações no espaço, mas também em permanências (VASCONCELOS, 2002). Sendo que muitas dessas estruturas da cidade antiga mantem-se conservadas até o presente.

Ainda à frente nesta exposição, as formas de apropriação deste espaço urbano serão delineadas nas relações sociais que as conformaram. Contudo, a fim de ser mais rigoroso no que diz respeito aos usos e funções produzidas na apropriação desse espaço, não se pode começar essa história pela invasão dos portugueses. A paisagem já se organizava pelo intercâmbio entre homem e natureza mediado pelo trabalho (SANTOS,

2014). Em suma, o espaço respondia pela lógica de produção empreendida pelos ameríndios, onde antes habitaram tantos outros.

Assim se pode falar no que é essencial da urbanização ao longo da história de Salvador enquanto relação entre a sociedade, com sua estrutura intrincada de vida humana, e a natureza, como bem pondera Antônio Risério:

Os processos de ocupação humana e de colonização da Bahia de Todos os Santos não tiveram início com a invasão lusitana, nem com a invasão que mais imediatamente a precedeu, promovida por grupos tupis. Na verdade, quando os guerreiros tupinambás invadiram a região, dali expulsando violentamente os seus moradores, ela já era habitada há tempos e tempos. Há mais de dois milênios. (RISERIO, 2004, p21)

Estas ocupações humanas precedentes revelam que as formas de apropriação e uso do espaço fixadas pela Coroa Portuguesa não se faziam sobre uma intocada paisagem natural, mas em contradição com outras formas de reprodução social pré-existentes. Mais do que ignorados na história da produção do espaço, os ameríndios foram suprimidos pelo governo da colônia em suas formas de moradia, de produção, em suas práticas espaciais. A ideia de “descobrimento” reflete precisamente esse discurso que não reconhece o domínio territorial dos indígenas.

Pode o leitor estranhar tamanha regressão histórica. Porém, mesmo que a contradição entre ameríndios e o Estado português sejam reminiscências longínquas desse estágio de desenvolvimento urbano do centro de Salvador, há um tanto de especificidades da atual estrutura social e econômica sobrevividas de um passado colonial. Expor estas raízes torna possível ir mais fundo no entendimento dos processos de estruturação/reestruturação da cidade em consonância com as suas relações sociais de produção. Antes de reconhecer nas práticas socioespaciais as estratégias da atual política urbana, protagonizada tanto por governo quanto por movimento social, existe a necessidade de conhecer a sua formação sócio-histórica para não cair na estreiteza da explicação na pura intencionalidade das partes e nas circunstâncias da ordem do dia.

É de se enfatizar a abordagem: o conflito de interesses entre governo e movimento popular por moradia na apropriação do centro é resultado de processos de desenvolvimentos historicamente determinados, que sobre este “passado” conforma-se em certa estrutura socioeconômica e urbana. Algumas características persistentes da nação, constitutivas do Estado e das classes trabalhadoras na cidade, podem ser

distinguidas sem incorrer em “generalismos” ou “especificismos”, mas como padrões de desenvolvimento de um capitalismo tardio ou retardatário⁷ (OLIVEIRA, 1985).

Ao que mais nos interessa nesta pesquisa, a negação do poder popular sobre o espaço urbano do centro antigo de Salvador encontra correspondência com padrões historicamente constituídos. Logo, ao suscitar a usurpação das terras indígenas em Salvador reconhecemos um indício de certo padrão do desenvolvimento brasileiro: a retirada forçada da posse sobre o espaço urbano e rural de determinadas frações da sociedade, ao que se pode denominar espoliação ou desapossamento⁸.

Esse tipo de ação limite, recorrente em nossa história, expressa uma enraizada negação às classes subalternas da posse sobre as terras brasileiras, o que caracteriza a contradição de interesses na apropriação espacial da cidade de Salvador. Mesmo sendo a todos indispensável um espaço para sua própria reprodução, o Estado instaurado no Brasil produz uma imensa desigualdade de poder sobre o solo em favor de uma diminuta fração da sociedade. Assim constituiu-se a realidade da luta pelo espaço do Centro Antigo de Salvador, como um padrão de reprodução da cidade, que podemos distinguir nas mudanças econômicas, políticas e culturais que assinalam o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

No contexto do Brasil colônia, a deslegitimação das classes trabalhadoras enquanto agentes da produção do espaço refletia a imersão mundial no processo de acumulação primitiva, que tinha no sistema colonial um vetor de expansão do capital mercantil (NOVAIS, 1989; PRADO, 1976). A apropriação territorial não adveio por interesse genuíno da Coroa Portuguesa (NOVAIS, 1989), mas, em verdade, fez-se a reboque da cobiça dos ganhos fáceis e extorsivos em uma colonização de tipo particular, assentada em um modo de produção escravista colonial (GORENDER, 1978). Nesse sistema mercantil, a colônia tinha a função primordial de transferir sua produção à metrópole europeia, o que era viabilizado por uma seleta classe de colonos.

⁷ Em oposição à teoria do desenvolvimento capitalista por etapas ou fases pré-determinadas, Oliveira (1985) utiliza de categorias analíticas marxistas com a intenção de entender os processos de desenvolvimento com suas especificidades. Dentre a multiplicidade de circunstâncias históricas que originaram os capitalismo nacionais pode-se destacar certos padrões quanto à estrutura econômica e a etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial. O capitalismo tardio ou retardatário, próprio dos países da América Latina, constituiu-se na fase monopolista do capitalismo, em países de passado colonial.

⁸ Espoliação (ou desapossamento) refere-se, de modo geral, a negação ou retirada da posse. Espoliação seria o ato de privar alguém de algo que lhe pertence ou a que tem direito por meio de fraude ou violência. Nesse sentido, difere essencialmente da noção de expropriação, por envolver o conceito de propriedade, e de exploração que trata da extração de lucro ou de vantagem material.

O que trato como espoliação está relacionada, fundamentalmente, com o processo de acumulação primitiva, que mediante ações violentas, ilícitas ou fraudulentas priva parcela da população, mais detidamente, da posse sobre o espaço urbano. A história dos povos indígenas, dos africanos escravizados, dos mestiços do Brasil, caracteriza-se pelo processo de espoliação das suas terras e de sua força de trabalho. A produção das riquezas sustentava-se em práticas cruéis e violentas, que tinham por fundamento a necessidade de dissociar as classes subalternas dos meios de produção e coagi-las ao trabalho (PRADO, 1976).

Reconhece-se, usualmente, a acumulação primitiva como o processo que abriu espaço para o avanço da reprodução do capital e suas respectivas relações de exploração tipicamente capitalistas (com extração de mais valia). No entanto, a realidade atual do centro antigo de Salvador, ainda bastante marcada pelas remoções forçadas de trabalhadores dos seus espaços de moradia e trabalho, sugere a hipótese de que as práticas espoliatórias permanecem imbricadas ao peculiar padrão de desenvolvimento nacional e de Salvador. Mais do que uma transição, os processos de acumulação primitiva e de reprodução do capital parecem coexistir nas sociedades contemporâneas, inclusive com aumento da importância da espoliação, como reconhece David Harvey (2005b).

A fim de conhecer as tessituras da produção social do centro de Salvador recorreremos à mediação de sua estrutura socioeconômica, destacadas as particularidades dessa formação social. Passamos a história desta determinada reprodução da sociedade colonial, que expõe os ensejos da deslegitimação das classes subalternas como agentes da produção do espaço.

2.2 O escravismo colonial e o patrimonialismo citadino

O direito civil em vigor nos primeiros séculos da colonização portuguesa considerava negros e índios mercadorias. Também a igreja católica assegurava que estes não possuíam uma “alma” (PERRONE-MOISÈS, 1992). Por conseguinte, antes da interdição do uso da terra, todo o aparato político e religioso negava a própria humanidade de homens e mulheres. Uma negativa para a afirmação de outro sentido, afinal, para os “civilizados” os povos “bárbaros” eram “peças” de caráter essencial, à medida que proviam a força de trabalho.

A sociedade colonial sustentava-se no trabalho compulsório, com predomínio de africanos escravizados, não obstante também a existência da escravidão indígena. Estes

últimos, os tupinambás, em razão da sociabilidade de estrutura “móvel e maleável” e de acentuado caráter bélico, ofereceram resistência à captura do excedente de mão de obra (RISERIO, 2004; OLIVEIRA, 1987). Decorre dessa condição a ausência de trabalhadores nativos disponíveis em volume suficiente, o que contribuiu para o impulsionamento da migração forçada de africanos no tráfico transatlântico de escravos.

No entanto, mais do que suprir a insuficiência dos combativos ameríndios no trabalho, o comércio de africanos escravizados assumiu uma dimensão estrutural para o que viria a ser a expansão do capitalismo mundial (PRADO, 1976). Os grandes lucros obtidos tornaram-no um eixo fundamental do desenvolvimento da economia mercantil⁹. A ponto de o tráfico de pessoas compor uma feição de origem africana àqueles que trabalhavam em Salvador, bem como às populações da América do Norte, Caribe, entre outros recantos do mundo.

Estimativas censitárias de David Eltis indicam que, entre 1501 e 1866, 4.864.374 africanos desembarcaram no Brasil, dos quais 1.550.355 desembarcaram na Bahia¹⁰. Esse imenso fluxo a aportar na sociedade soteropolitana resultou na formação de uma poderosa fração de negociantes e o ingresso de uma nova fração de subalternos sem acesso às benesses da produção.

Embora esteja abordando genericamente toda essa população como africana, eles mesmos não se reconheciam como um grupo singular. Pelo óbvio de que pertenciam a distintas regiões do imenso continente, com grandes diferenças étnicas, discernidas inclusive pelos compradores de escravos. Na cidade, a frequência dos encontros sob a mesma condição de escravos em um país estrangeiro logo teceu vínculos de identidade entre esses povos, superando hostilidades (RISERIO, 2004). Richard Graham conta um pouco sobre essa diversidade étnica e cultural:

Antes de 1780, milhares tinham vindo de áreas do interior de Angola e do Congo onde se falava o banto, como voltaria a acontecer depois de 1820. No intervalo, porém, a maioria vinha das terras em torno do golfo de Benim. Às vezes eram chamados de “negros-minas” porque tinham sido comprados na área perto do forte de Elmira, na costa de Guiné (...). Os falantes de ioruba eram geralmente chamados de nagô, e os que falavam gbe/ewê/fon eram chamados de jeje. Esses dois grupos formavam mais da metade dos escravos importados nas

⁹ Sob a lógica de máxima apropriação de recursos da colônia, a demanda colonial por mão de obra era mais uma oportunidade a ser aproveitada. Assim, o mercado de escravos torna-se uma fonte importante de acumulação.

¹⁰ A fonte desses números é o banco de dado *on line* – *The Transatlantic Slave Trade Database* – coordenado por David Eltis, com livre acesso a um conteúdo que reúne cerca de 35 mil viagens do tráfico negreiro entre a África e a América. <<http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>> .

últimas décadas do século XVIII e no começo do século XIX, embora entre os outros houvesse um número significativo de huaçá, chamados ussá. (GRAHAM, 2013, pp. 41-42)

Não obstante essa heterogeneidade colonial de Salvador, o trabalhador que produzia a riqueza tinha cor de pele, que em nada se confundiam com os estereótipos dos europeus. Estes recusavam o labor braçal por ser atividade incumbida a escravos, desprovida de dignidade (RUSSEL, 1998). Por haver a predileção dos colonos portugueses ao parasitismo e a ociosidade apelaram à escravidão da população negra, submetendo-a a disciplina do trabalho e a ordem como por “adestramento” fundado na violência (FAORO, 1979). Os colonizadores dirigiam toda a brutalidade de açoites e torturas¹¹ para a completa sujeição objetiva e subjetiva dos africanos, configurando o caráter de espoliação do próprio corpo escravizado.

Mas, em que as relações de trabalho no período colonial nos esclarecem as contradições na apropriação do espaço? Como bem assevera Jacob Gorender (1978), a forma de utilização da força de trabalho não é um aspecto acidental em qualquer modo de produção. Do trabalho depreendem-se relações sociais constitutivas da produção, inclusive da cidade, o que permite abalizar a organização do Estado e dos setores populares no processo de estruturação do Centro Antigo de Salvador. Dentro de um quadro de dominação promovida pelo Estado, a partir das formas de apropriação da força de trabalho pode-se inferir a estrutura social onde se desenvolvem as forças produtivas e, por conseguinte, as contradições sobre o espaço.

A exploração do labor alheio no período colonial ficava a cargo de donatários e donos de sesmarias¹², aos quais a Coroa portuguesa conferiu imensos poderes e privilégios. Os monopólios reais (de pau-brasil, de açúcar, óleo de oliva, sal, entre outros) eram dirigidos por essa pequena elite de portugueses, que vinham da Europa para assumir na colônia vultosos negócios em grandes extensões de terra. Monopolizavam não só as terras, mas também a força de trabalho escrava e o seu comércio, bem como detinham a tutela do Estado a fim de mover a produção que lhes permitia a concentração de poder. A razão de ser dessa forma de apropriação e uso das

¹¹ Se bem que no meio urbano algumas atividades exigissem mais habilidade que esforço físico, o que tornava os excessos de violência e controle prejudiciais à eficiência em algumas relações de trabalho: tarefas domésticas, artesanais, etc (GRAHAM, 2013).

¹² O sistema sesmarial era típico do direito feudal português, utilizado para permitir o cultivo e aproveitamento das terras ociosas. No Brasil, o critério para doação era a possibilidade de cultivo dos pretendentes. (GORENDER, 1978)

terras brasileiras para a política portuguesa estava, justamente, na apropriação do excedente de produção do trabalho escravo em benefício dos interesses da Metrópole.

O Brasil era uma mina de recursos financeiros, fonte de impostos, de matérias-primas, de imensos lucros comerciais, que na Europa possibilitariam a eclosão da Revolução Industrial (NOVAIS, 1989; MARX, 1989). Contudo, a política colonial de Portugal estava pouco integrada ao desenvolvimento capitalista em curso em alguns países da Europa, o que explica o sistema de *plantation* como reprodução de resquícios de privilégios “feudais”¹³. Enquanto a Europa caminhava para o acúmulo de capital, o Brasil mantinha a peculiar concentração de riqueza de poucas famílias de negociantes agiotas, senhores de engenho e de escravos, que entesouravam o lucro tornando-o estéril (NOVAIS, 1989).

Acerca da desigualdade social que a concentração de poder revelava neste longo período da história do Brasil, valia o aforismo: toda a riqueza aos portugueses, a marginalidade aos impuros de sangue. Até o século XVIII, por relutância da Coroa portuguesa, nem mesmo os altos cargos públicos eram ocupados por pessoas nascidas no Brasil (RUSSEL-WOOD, 1998). Por traz dessas deliberações do Estado português havia algo como um crivo racial e religioso. Ao pesquisar as correspondências metropolitanas com representantes da Coroa no Brasil, Russel-Wood esclarece esse algo que estava na base do processo de marginalização social da população brasileira:

Do ponto de vista do centro, existia uma gradação da população do Brasil e sua crescente alocação em círculos cada vez mais periféricos, na medida em que se desviava dos ideais metropolitanos. Isto era baseado em uma combinação de nascimento e raça, aprofundando-se caso a pessoa possuísse algum ancestral de origem escrava: pessoas nascidas em Portugal eram vistas como sendo as mais próximas daquele ideal: pessoas nascidas no Brasil, embora de descendência portuguesa por parte de pai e de mãe eram de alguma forma isentadas. A partir de então ocorria uma rápida expansão do caráter periférico. No caso de mistura de sangue, aquelas de ancestrais ameríndio-português - e portanto livres do estigma da escravidão - eram preferidas em relação àquelas com ancestrais de origem portuguesa-africana ou africana-ameríndia. Ameríndios eram preferidos em relação aos africanos. Cristãos-novos eram perseguidos em termos religiosos, mas não tão marginalizados como eram as pessoas com mistura de raças. Ciganos eram excluídos da sociedade (RUSSEL-WOOD, 1998)

¹³ No Brasil não se pode considerar a presença do modo de produção feudal. Sobre a refutação à tese da existência do feudalismo no Brasil, defendida por SODRÉ, N. W. e GUIMARÃES, A. P., ver: PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Importante destacar que este não é um aspecto ocasional na formação social brasileira. As práticas espoliatórias foram levadas as últimas consequências exatamente pela propagação dos estigmas étnicos e raciais nessa sociedade de origem estamental. Desse modo alicerçava-se a legitimação da estrutura econômica desigual, que expande a valorização do capital em escala mundial por meio de relações caracterizadas pela concentração de poder econômico e político em mãos de poucos (FAORO, 1979).

Diante das peculiaridades do patrimonialismo brasileiro, a desigualdade também se expressava no exercício do poder sobre a cidade de Salvador. A administração local ficava a cargo dos grandes proprietários de terra e de escravos, ditos “homens bons”. Ainda, por força do Padroado, ao Estado cabia administrar e organizar a Igreja Católica nos domínios conquistados (VASCONCELOS, 2002).

As relações de poder de ordem vertical dessa sociedade refletiam uma superioridade religiosa, política e econômica na organização espacial da cidade. Salvador era dividida entre o espaço intramuros, onde se detinha o modelo europeu de civilização, e para além dessas fronteiras, o mundo selvagem dos bárbaros. Separava igualmente, por um lado, a cidade alta dotada de edificações religiosas, administrativas e das residências dos nobres, e por outro, a cidade baixa, ocupada por atividades comerciais, formais e informais, do trabalho e do profano.

Em nível de concentração imobiliária não é de se estranhar que, em Salvador, em 1759, os Senhores contassem com 172 engenhos e os Jesuítas, ao serem expulsos, já detivessem o patrimônio de 186 prédios. Processo que avança de tal forma que, em 1832, os Beneditinos possuíam 93 prédios; em 1845, a misericórdia tinha 193 edificações; o Convento do Desterro em 1854, 101 prédios; a Ordem Terceira do Carmo em 1853, 82 prédios (VASCONCELOS, 2002).

Toda essa concentração de poder da igreja e dos senhores sobre a urbanização da cidade fez-se à custa da extorsão de grande parcela da população. Foram os despejados do domínio da terra, que estearam a produção da riqueza acumulada em Salvador. Os homens e mulheres escravizados materializaram a prosperidade dos senhores e da igreja no patrimônio imobiliário da cidade (que atualmente as políticas públicas buscam preservar por seu caráter histórico).

No entanto, a despeito da posição marginal, os setores populares não foram somente espectadores da produção desta cidade portuguesa na América. As influências de africanos e indígenas fizeram-se na própria constituição material e imaterial de

Salvador. Mesmo sendo uma sociedade rigorosamente hierarquizada, a segregação não simplesmente repartiu mundos culturais paralelos. Entre as frestas das informalidades nas ruas, nas casas, no trânsito do comércio e do porto, negros, mulatos, cafuzos, brancos conviviam em amplos espaços sociais. “Negros e mestiços nunca ficaram esperando por uma autorização para começar a pensar e agir”, ironiza o antropólogo Antônio Risério (2004: 435). Cercaram a cidade de quilombos e terreiros (como ainda, em certa medida, permanecem), assim como existiam aldeias e aldeamentos indígenas na região.

Mais do que a consequente influência de uma sociedade mestiça, ameríndios e negros (africanos e descendentes) foram agentes ativos em luta pela afirmação de suas culturas e de seus territórios. Nesse mesmo espaço onde se ergueu a cidade, os índios tupinambás, exímios guerreiros, capturavam os inimigos para submetê-los a ritos de sacrifício e antropofagia, mas não por acaso atacavam os engenhos de cana de açúcar e demais estruturas portuguesas. Lutaram por seus territórios, defenderam seus usos ameaçados pela invasão portuguesa, em cuja urbanização constava a explícita negação dos seus antigos ocupantes pela imposição da civilização cristã.

Os tupis tanto resistiram à dominação, que nos primeiros anos obtiveram a vitória na batalha contra o donatário Pereira Coutinho e os primeiros colonos. Entretanto, a resistência indígena não suportou a colonização portuguesa, de modo que sofreram com o extermínio e a segregação socioespacial, como explica Vasconcelos:

No Regimento de Tomé de Souza, o rei menciona a necessidade de castigar os tupinambás pela guerra realizada contra o donatário. Os indígenas, após um período de colaboração, foram expulsos da atual área urbana e aldeados. Os do entorno de Salvador resistiram e sofreram guerras, primeiro em 1553, perdendo seus territórios até São Tomé de Paripe, ao norte. Em 1555, houve outra revolta, na qual mais de 1.000 indígenas atacaram Pirajá, Bonfim, Rio Vermelho, Itapuã, e a reação foi liderada pelo filho do segundo governador, Duarte da Costa, e resultou na destruição de treze aldeias e na liberação de áreas “até o Rio Vermelho”. (...) (VASCONCELOS, 2002, p. 43)

Os africanos escravizados também resistiram, entre tantas experiências de luta, ocupando terras sem uso, as quais davam os seus sentidos e práticas de quilombo - os primeiros foram identificados ainda em 1575 na orla marítima (RUY, 1953: 81 apud VASCONCELOS, 2002: 44). No século XIX, o conjunto dos quilombos constituía uma periferia, que acolhia uma população negra liberta ou fugida da escravidão na cidade colonial. Por isso, enquanto os nomes na cidade traziam referências a igrejas e conventos como Conceição, Sé, Nazaré, no entorno, a periferia africana e indígena

revela-se em denominações como Ogunjá, Cabula, etc (SANGODEYI-DABROWSKI, 2003: 174).

Essas reminiscências de uma Salvador colonial, mesmo que longínquas, não formam somente o quadro social da estruturação do centro de Salvador. Não auxiliam apenas na explicação do passado, à medida que podem ser encontradas no decurso da história como permanências ou continuidades nas relações entre as classes populares e as classes dominantes no exercício do poder sobre o Estado, a economia e a cidade.

Desde essa longa via colonial, a apropriação e uso da área correspondente ao atual centro é negada, justamente, àqueles sujeitos que produzem a riqueza. Uma maioria negra, violentada e estigmatizada, mas cujo excedente de produção é apropriado sob a lógica de uma economia dependente. Ou seja, uma economia submetida a constante depleção de suas riquezas em favor de uma hegemonia externa, que impede o monopólio de seus agentes econômicos internos e cujo caráter acomoda a concentração de poder de uma elite subserviente.

Importa seguir a história da formação socioespacial dessa área central da atual metrópole regional de muitas periferias, de maneira a seguir no reconhecimento das determinações estruturais da política urbana. Apenas em período mais recente, veremos como a reprodução social ingressa no regime de acumulação de capital urbano-industrial. Assim, passamos a reunir as peças de um quebra-cabeça sobre as perspectivas políticas que se opõem na apropriação do antigo centro na moderna cidade de Salvador.

2.3 A reestruturação urbana da Salvador moderna

Sobre a urbanização no período colonial, pode-se assegurar que a cidade de Salvador refletia o espaço racionalizado para a articulação das funções administrativas de uma produção de âmbito rural. A diferença socioespacial mantinha no campo a matriz econômica assentada na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo, ao tempo que a cidade se revelava como um espaço de “não-produção” (OLIVEIRA, 1987). Deste modo, Salvador funcionava como ambiente de controle do comércio e do território, que mesmo não produzindo para exportação, ao longo dos anos, assimilou novas atividades em sua reprodução.

Na virada do século XVIII ao XIX, a cidade ganha outro movimento no comércio e com os ideais liberais. A abertura dos portos brasileiros em 1808 faz deste um comércio de âmbito internacional, inclusive com a instalação de negócios por

estrangeiros. Ainda neste ano, três companhias de seguro e uma indústria de vidro são inauguradas. Funções autônomas do capital tem lugar na esfera de circulação, com a ascensão das frações bancária e comercial. Em 1817, é fundada a associação comercial, mesmo ano em que é aberta a filial do Banco do Brasil (VASCONCELOS, 2012). Em termos gerais, aspectos modernizadores emergiam na dinâmica produtiva da cidade.

Difícil até deduzir movimento de extensão da economia, quando em uma sucessão de acontecimentos, Salvador perdia a condição de capital da colônia (1763), findava o tráfico de escravos (1850) e a estrutura fundada na produção do açúcar decaía diante da concorrência com as Antilhas. Pode-se enunciar uma crise de longa duração. No entanto, justamente esses fatores que apontam para o declínio da cidade como principal centro econômico do país impulsionam alguma reconfiguração do desenvolvimento, o que reflete na cidade a implantação de novos equipamentos, novas instituições e maior complexidade no uso do espaço urbano (SANTOS J., 2013).

A primeira reestruturação urbana da cidade abre alas para as mudanças que vinham com novos bairros, as fábricas têxteis, as companhias de seguro e transportes. Uma Salvador diferente surge com a Biblioteca Pública (1811), o Teatro Real de São João (1812), as novas praças (da Piedade em 1786, Passeio Público em 1810), a Iluminação pública (1829), a ampliação do sistema viário e de transporte por bonde, elevador e ferrovia, que, por sua vez, expande a circulação de pessoas e mercadorias no espaço urbano e regional. Para se ter em conta a importância relativa a urbanização, segundo Bastide (1978, p. 56): “A casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho” (apud SANTOS, 2013, p. 21).

No período anterior, entre o meio e o fim do século XVIII, a população da cidade praticamente não havia crescido em função da perda de primazia para o Rio de Janeiro e do alargamento de sua zona de influência sobre o interior. No campo, a Bahia abre-se para a emergência da ocupação do sertão com as fazendas de criação de gado (que abasteciam a exploração mineira), da região da Chapada Diamantina com a descoberta do ouro e da economia de subsistência.

Na passagem ao século XIX, as oligarquias tradicionais buscaram reagir aos sinais de decadência produtiva, investindo seu enorme excedente em diferentes atividades, tais como a produção de tabaco e café, a indústria têxtil e outros empreendimentos propriamente capitalistas urbanos (SANTOS, 2012; OLIVEIRA, 1987). Somente a

partir dessas iniciativas a evolução demográfica de Salvador é alavancada, o que Francisco de Oliveira anuncia como a “emergência de um processo burguês”:

Nos meados do século XIX, Salvador e o Recôncavo contam com uma multitude de engenhos de açúcar e rapadura, engenhos de aguardente, fábricas de tecidos, fábricas de selas e arreios, fábricas de velas, de beneficiamento de produtos alimentícios, de charutos, bancos e uma companhia de seguros. Passa de 50.000 habitantes em 1800 para 129.000 em 1872 e 144.000 em 1890 (OLIVEIRA, 1987, p. 26)

Vale ressaltar que o efeito mais drástico na reestruturação da cidade foi precisamente a sua diferenciação socioespacial, que demarcou com mais nitidez a separação do centro para com os bairros residenciais. O processo de urbanização provoca um decréscimo da proporção de habitantes na área central. Segundo Vasconcelos, em 1799, 54,5% da população habitava as quatro freguesias centrais e 22% estava situada nas três freguesias ao sul da cidade; em 1872, a população do centro encurta para 30% (VASCONCELOS, 2002).

Esse adensamento populacional da cidade, que expandia o tecido urbano para além dos limites dos bairros centrais, respondia à imigração de retirantes dos ciclos da seca e de outros tantos em busca das oportunidades proporcionadas pela concentração econômica de Salvador (SANTOS, 2012, p. 45). Entretanto, este não era um efeito meramente circunstancial. As reestruturações de Salvador a partir de então seriam consecutivas, parte de um contínuo processo de urbanização. Uma nova lógica de estruturação do espaço começa a tomar forma, à medida que as bases do modo de produção colonial escravista diluíam-se.

O principal sinal das mudanças estava no declínio expressivo da proporção da população escrava em relação à população livre. O alicerce da produção naquela sociedade metamorfoseava-se. Se na passagem do século XVIII ao XIX cerca de 40% da população total era de escravos, com a proibição do tráfico essa proporção cai para 27,46% em 1855 e 11,6% em 1872 (ANDRADE, 1988:p.29. apud. MATTOS, 2008: 27). As crescentes oportunidades de emancipação alteram a base de sustentação das relações sociais em uma cidade cuja população negra era estimada em 70% dos habitantes (conforme censo de 1872) (MATTOS, 2008: 27).

No cotidiano, a cidade dependia por completo do labor dos negros escravizados, livres e forros. Um alemão chega a reconhecer em Salvador que “tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro” (GRAHAM, 2013: 39). A vida comercial era viabilizada por essas mãos; vendedores ambulantes forneciam uma

variedade de produtos entre gêneros alimentícios, roupas, sapatos e tanto mais, de porta em porta, nas ruas ou em quitandas. No trabalho no mar havia negros marujos, mestres de embarcação, bem como outros carregavam, faziam frete no porto. Eles realizavam todo o tipo de transporte, de pessoas e mercadorias, e de ofícios urbanos (pedreiros, marceneiros, ferreiros, sapateiros, pescadores, barbeiros). As atividades que exerciam eram tão básicas para a manutenção da vida urbana, que proviam até mesmo a comida, a limpeza das casas e roupas, recolhiam dejetos, mantinham a iluminação pública e o transporte da água tirada das fontes. É possível imaginar qual a dimensão do temor de uma rebelião negra.

Ponto alto das tensões sobre a ordem senhorial, o sistema escravista seria muito enfraquecido durante a guerra de independência na Bahia. Negros e mulatos tiveram papel destacado nas milícias e alistamentos ao exército no combate aos portugueses. Escravos fugiram do domínio dos senhores para enfileirarem-se as tropas, outros rumaram para quilombos. O conflito, a desordem do *status quo* da cidade com a ameaça da fome, colocam em questão a liberdade e a escravidão diante da experiência comum dos negros, o que produziu insubordinações, revoltas, inclusive de soldados no pós-guerra, e proliferação de quilombos (GRAHAM, 2013). Um clima de temor entre os senhores que se amplifica com a revolta dos Malês em 1835.

As elites agrárias e a burocracia do Estado tem sobre si a precipitação das mudanças sociais. Sob pressão e a reboque das potências econômicas europeias, entre o século XVIII e XX, o arrojo industrial e urbano do capitalismo mundial conduziu por sobre as velhas estruturas do Brasil uma derradeira modernização capitalista (FERNANDES, 2009). Para tanto, ao menos duas transições fundamentais foram gestadas: primeira, a hegemonia da burguesia como classe (e a constituição da antagônica classe trabalhadora), destituindo o poder das oligarquias agrárias e suprasumindo as formas de reprodução social e espacial; e relacionada a esta, a constituição do Estado-nação como agente modernizador das relações de produção, o que inclui a reestruturação da espacialidade. A fim de entender essas transições como processo histórico, destacamos entre diversos autores a contribuição de Florestan Fernandes (2006), que expõe algumas condições para o caminho da modernização expressa nas cidades brasileiras.

Como já foi ressaltado, um vetor essencial à constituição das práticas e das ideias burguesas em Salvador decorreu do dinamismo comercial. O porto aberto à circulação

sobre este grande centro urbano estimulou a reconfiguração da economia, da política e da sociedade. O comércio também gerou a complexificação do meio urbano, que se pôde reconhecer nas novas formas de produção, de consumo e de transporte de pessoas e mercadorias.

Porém apenas se fez possível esse movimento pelo marco da independência política que rompe com o pacto colonial. Mesmo com toda a força conservadora da classe agrário-exportadora, a estruturação do Estado nacional já nasce sob a influência dos ideais de modernização e progresso europeus, abrindo alas para a reprodução capitalista que “ganha corpo” em intervenções estatais com obras e reformas urbanas nas grandes cidades.

Mundo afora, as cidades passam a concentrar o comando da sociedade, à medida que a organização social rural torna-se continuamente mais urbana. As transformações nos modos de vida e de organização decorrem do crescimento da ocupação territorial e do âmbito da influência da cidade industrial, que se expande e atrai a concentração de riquezas, pessoas e ideias. O processo de urbanização contemporâneo tem a industrialização como propulsora da importância das cidades no cerne das relações capitalistas, sendo produto e ao mesmo tempo condição desse novo urbano.

O que se expande, entretanto, não são apenas as alterações nas estruturas físicas, mas o próprio modo de produção da realidade humana, instaurado sob a lógica da contratação da força de trabalho, da reprodução do capital e da produção de mercadorias. Tal metamorfose, a despeito de realizar-se na sociedade soteropolitana e Brasileira, como foi exposto até aqui, engendra uma sociabilidade muito diferente daquelas constituídas nos países centrais, o que se acentua em Salvador – uma “periferia da periferia” do capitalismo – condicionada por heranças históricas das relações de dominação colonial.

Nesse processo de incorporação à emergente estrutura reprodutiva, Salvador revela especificidades no quadro de desenvolvimento nacional. Os setores dominantes da economia e da política baiana precisavam se adaptar aos novos tempos. E, de fato, houve iniciativas empreendedoras no comércio, na indústria, no setor bancário, assim como o poder político regional também realiza esforços para a modernização da cidade. Mas, a despeito dos méritos, os empenhos encontram nas arraigadas relações de produção e reprodução social a dificuldade de composição dos novos valores e práticas para a acumulação de capital.

2.4 Aspectos gerais do capitalismo periférico de Salvador

Ao longo do século XIX, a autoridade senhorial temia a ameaça as suas regalias coloniais, cujo *status* era atribuído pelo nascimento e raça na sociedade escravista. Essa classe dos “Senhores” exigia medidas do Estado, que garantissem a continuidade da ordem que lhes privilegiava a despeito da iminência da libertação dos escravos. O alarmismo era tamanho que, um ano antes da edição da Lei do Ventre Livre, o presidente da província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins, falava aos deputados nos seguintes termos:

A grande questão da emancipação, pela qual justamente se interessa a civilização moderna, só poderá ser resolvida sem grande abalo para as sociedades agrícolas quando a inteligência esclarecida substituir nas aplicações do trabalho à força bruta e à rotina obstinada. Si a transformação é naturalmente lenta e repleta de dificuldades, tanto mais graves quanto mais adiada forem, é indispensável que procuremos desde já dispor o terreno para essas lutas, afim de que não ocasione nelas estremecimentos profundos na nossa sociedade. (FONSECA, 1988, p.211, apud. MATTOS, 2008, p.99)

Diante da ruína das velhas relações de produção e trabalho, os membros das oligarquias ligadas à economia agroexportadora procuram conservar as condições de dominação até então vigente. Não abrem mão da dominação interna, nem de seu atrelamento externo, que toma a forma indireta de controle do mercado nacional pelos processos econômicos estrangeiros (FERNANDES, 2009). Há uma difusão de agências, de instituições e técnicas no Brasil, mas com continuidade na Bahia do arcaico modelo de produção e exportação de produtos primários (ainda que em franca decadência). Florestan Fernandes explica a razão dessa convivência dos produtores rurais, seus agentes e comerciantes na manutenção do que ele denomina de neocolonialismo:

O esforço necessário para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial (FERNANDES, 2009, p. 25).

Porém, adiante o que primeiro se divisa no processo produtivo em mutação é o desafio de conservar o engenho dilapidador dessa mão de obra “livre” da escravidão. Nesse sentido, um passo fundamental consistiu em garantir o monopólio da terra transformando-a em propriedade fundiária, adquirida por meio de capital. Somente assim são viabilizadas as condições para a criação plena do trabalho assalariado,

impedindo o acesso ao solo aos libertos e aos trabalhadores nativos. Para se ter em conta a importância da manobra política, apenas quatorze dias após a publicação da lei que aboliu o tráfico de escravos é criada a Lei de Terras nº 601 (18-09-1850) com este intento.

Muito embora esta classe proprietária buscasse os ajustes em uma economia rural, nesse tempo não havia nítida separação entre solo urbano e rural, de modo que a referida lei de Terras produziu seus efeitos sobre todo o território brasileiro. O espaço toma a forma de mercadoria sob a proteção jurídica conferida à propriedade privada. Tal medida consiste no pontapé inicial para formação de um mercado imobiliário, que somente teria condições plenas para a acumulação de capital em Salvador na segunda metade século XX (BRANDÃO, 1980).

Por ora, com essa nova roupagem, a negação da posse sobre as terras aos advindos da escravidão trata dos efeitos “indesejáveis” de mudanças estruturais, que logo assumiriam contornos dramáticos para a classe dominante da Bahia. A cadeia econômica dependente de uma produção do açúcar com técnicas primitivas e baseadas no trabalho escravo já sofria com o declínio nas exportações, até que é chegada à encruzilhada, na qual mesmo os insipientes experimentos de dinamização econômica na cidade verteram-se em fracasso e decadência à marcha do desenvolvimento da região centro-sul do Brasil.

A atividade agrícola que sofria com rendimentos decrescentes desde a proibição do tráfico de africanos fragiliza-se ainda mais. Esse fenômeno é acirrado, sobretudo, com a abolição da escravatura em 1888, em razão da incapacidade das elites agrárias baianas de assimilar a condição de exploração do trabalho assalariado e as novas relações de produção. Além do mais, na passagem ao século XX, São Paulo torna-se o novo centro dinâmico do país, com a produção de café mediante o uso da força de trabalho de imigrantes europeus. A capacidade de adequação as relações de padrão capitalista, tanto dos fazendeiros paulistas quanto dos imigrantes, impulsionam o processo de modernização nacional (FERNANDES, 1965). Neste cenário, a economia baiana entra em um período de depressão, muito problematizado no século XX como o “enigma baiano”.

Durante um longo período, a tônica da cidade seria a estagnação econômica. Carecia de capitais para retomar a acanhada modernização produzida até ali. Exceto por um curto lapso de dinamismo econômico no final do século XIX, no qual a exportação

de cacau e fumo permitiu ao governo a realização de um ciclo importante de reestruturação urbana de Salvador e da região, para ainda em 1920 retornar a situação de pouca significância (VASCONCELOS, 2003).

Enquanto a atividade econômica da Bahia declinava, o Estado de São Paulo reunia as condições para as mudanças da base produtiva, no que era acompanhado, ainda que em posição secundária, do Rio de Janeiro (SANTOS, 2013). Entre o final do século XIX e a década de 30 do século XX, o afluxo de capitais do comércio e da especulação impulsionam a industrialização nesses estados, exercendo, no entanto, uma função ainda marginal na economia nacional. O volume necessário no acúmulo de capitais somente se faria realidade no quadro de composição da emergente burguesia nacional com a política do Estado na década de 30.

Assim, entre os anos de 1930 e 1980, o Estado nacional promove afinal a estruturação das relações formais tipicamente capitalistas, a produção industrial, a constituição do mercado consumidor para essas mercadorias, entre outras tantas medidas. Sobre este período destaco as contribuições de Francisco de Oliveira, para quem cabia ao Estado regulamentar diversos fatores,

[...] operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsidio a outras atividades produtivas. (...) o estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se *inclinava naturalmente*, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação. (OLIVEIRA, 2013, p. 40)

De tal modo, a expansão desse regime capitalista sobre o Nordeste gera como resultado um esfacelamento ainda maior da economia regional. Isso se deve à interligação desses mercados regionais, que desprotege a economia baiana na sobreposição do novo modo de acumulação. A queda de barreiras alfandegárias comina na impossibilidade de competir com a vigorosa produção do centro-sul (SAMPAIO, 1998).

O desenvolvimento desigual que o Estado faz progredir sobre os centros urbanos com intento de integração nacional reflete-se na disparidade do crescimento populacional (este, que é um impulso necessário ao regime de acumulação). Conforme os censos demográficos, a cidade de São Paulo detinha em 1872 uma população de 31.385 habitantes; em 1920, sua população já era de 579 mil, menor apenas que a do Rio de Janeiro que passava de um milhão; em 1940, a capital paulista já alcançava

1.326.261 pessoas. Na mesma década de 40, o estado de São Paulo torna-se o maior em população do país, com constante e elevado crescimento até o presente. Já Salvador, com uma população de 129.109 em 1872, alcançaria em 1940 o contingente de 290.443 habitantes, ainda assim praticamente sem crescimento populacional entre as décadas de 20 e 40 (IBGE, censo demográfico 2010).

Salvador tinha ares de uma cidade parada no tempo, mausoléu do atraso de toda uma região. Aqueles com poder não tinham o suficiente em capital para alçar uma potencial concorrência frente à industrialização do centro-sul ou, mais efetivamente habituados aos meios tradicionais de aquisição da fortuna, nem sequer ousavam tanto diante dos desafios. As oligarquias de Salvador persistiram na retirada do excedente da espoliação, pondo-a em circulação e atendendo ao papel subordinado na divisão inter-regional do Brasil. Poucos eram os explorados nessa sociedade, de modo que, quanto a sua divisão social do trabalho, Francisco de Oliveira resume: “salvo as atividades diretamente ligadas ao setor capitalista, uma gota d’água no oceano, o resto da cidade vive de ‘expedientes’” (1987, p.35).

As antigas fotografias de saveiros e mercadores no cais do porto ilustram bem o ostracismo da bucólica Salvador devotada às seculares funções comerciais. O estado da Bahia com seu tradicional capital bancário restringe sua atuação à circulação dos excedentes da economia agrária, dedicando-se a atividades não-produtivas como a apropriação do solo e das edificações de Salvador (OLIVEIRA, 1987). Ao revelar a concentração imobiliária na década de 50, Francisco de Oliveira assim define a condição da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, que detinha a propriedade de quase metade do solo de Salvador:

(...) está no centro dessa contradição, que é a economia que produz um excedente e não reinveste produtivamente, porque o circuito da acumulação de capital foi curto-circuitado pela emergência da produção semicamponesa, controlada pela aliança do capital mercantil do tabaco e do algodão e do capital bancário. (OLIVEIRA, 1987, p.30)

Vale, entretanto, fazer uma pequena observação. Talvez o teor dessas mudanças conduza o interprete da história a vislumbrar um movimento de superação da economia de base agro-exportadora, quando na realidade se divisa uma permanência de vínculos com o processo de industrialização nacional. Mais uma vez, Chico de Oliveira contribui para esclarecer essa imbricação entre o arcaico e o moderno, ao explicar como a produção no campo prosseguiu centrada na expropriação do excedente produzido pelos

trabalhadores, mantida, portanto, uma estrutura de acumulação primitiva. Conquanto a agricultura perca a centralidade do sistema, cumpriria ainda papel fundamental na destinação do capital necessário à reprodução do modo de produção emergente, bem como atendendo a necessidade de rebaixamento do custo com a alimentação no mercado interno urbano (OLIVEIRA, 2013).

No contexto econômico bastante adverso de Salvador, os grã-finos mantinham-se acomodados nos novos bairros nobres (Vitória, Barra) a queixar-se dos privilégios conferidos pelo Estado à burguesia do centro-sul e do “povo baiano” sem tino empresarial. Carvalho e Souza ressaltam que “até a década de 1940 a organização capitalista da produção em Salvador se estendia quase que exclusivamente aos setores da estrutura produtiva que já eram dominantes desde a época colonial” (CARVALHO; SOUZA, 1980, p.74).

A ordem não permaneceria a mesma, mas o terreno foi convenientemente preparado para evitar “estremecimentos profundos” naquela sociedade baiana. Por todo o contexto conservador de suas elites, o ingresso de Salvador na reprodução social de um regime de acumulação de capital urbano-industrial foi um processo recente e singular.

As transformações na economia baiana começam de modo mais efetivo somente na década de 50, com investimentos governamentais em infraestrutura e, sobretudo, com a implantação da Petrobrás em Candeias, na área metropolitana de Salvador. Entretanto, apesar desse importante impulso, a diversificação da estrutura produtiva de Salvador e do estado da Bahia teria seu maior estímulo nos incentivos da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e do Governo federal a partir da década de 60 (CARVALHO, SOUZA, 1980). Abre-se uma nova etapa de incorporação produtiva da Bahia ao regime industrial do centro-sul.

Para os grupos dominantes da Bahia, a hegemonia da burguesia nacional altera a direção de sua dependência econômica, reorientando seus vínculos do exterior para o polo nacional na expectativa de superar o período de estagnação. O nordeste é alocado à condição de região subalterna ao regime urbano-industrial. Assim, sob o discurso da necessária “unidade nacional” e do enfrentamento ao problema das desigualdades regionais, a criação da SUDENE revela, em verdade, um novo ciclo de acúmulo de capitais pela expansão do oligopólio de empresas nacionais e multinacionais assentadas no eixo Rio - São Paulo (OLIVEIRA, 2013).

Novos burgueses entram em cena, bem como as velhas oligarquias adaptam-se ao cenário. Sobre a transformação desses grupos dominantes locais, Francisco de Oliveira assegura que “a antiga oligarquia, menos por sua capacidade e mais por ter detido nas mãos a estrutura bancária e financeira, consegue, como nenhuma outra no nordeste, fusionar-se com os novos interesses” (1987:77). Todavia, ao se subordinarem às necessidades do aparato industrial do centro-sul, aderem a uma industrialização de bens intermediários, que não desenvolve o mercado local pela ausência de produção de bens de consumo. O processo de modernização da economia de Salvador e da Bahia, como consequência, não permite uma maior superação das formas tradicionais de reprodução social e do capital.

Salvador mantém muito da sua velha dinâmica, com um contingente expressivo de trabalhadores vinculados às atividades de tipo não capitalista, ao mesmo tempo, que impactada pelas consequências dessa modernização. A partir da década de 40, a cidade passa a obter um crescimento populacional, que se torna progressivo, provocando o aumento da pressão das demandas por trabalho e habitação da classe trabalhadora. O resultado mais evidente a partir de então é uma produção da cidade que extrapola os limites da antiga cidade e constitui novas centralidades e periferias.

As peculiaridades da produção/modernização de Salvador podem ser esclarecidas pelo desenvolvimento desigual e combinado, no qual a divisão do trabalho conduziu à região centro-sul a um processo crescente de industrialização, relegando ao nordeste uma posição de dependência e atraso. Assim, o que primeiro se expõe é a perda do posto de principal capital brasileira, deslocada a primazia política e econômica para o eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

Em um segundo plano, um olhar mais denso sobre as condições desse desenvolvimento econômico e cidadão revelam o particular processo de reprodução de sua força de trabalho, que, em grande medida, elucida as determinações da sua urbanização. Portanto, a pesquisa recai mais uma vez em seu pressuposto: para conhecer a produção da cidade é preciso desvendá-la como produto do trabalho social, estabelecido no desenvolvimento periférico do Brasil e, neste caso, no desenvolvimento ainda mais periférico de Salvador.

Abordei neste tópico aspectos gerais das relações de produção no Brasil, na Bahia e em Salvador, que, de algum modo, permitem conhecer mais as singularidades da produção espacial da área correspondente à velha Salvador. Importa, mais detidamente,

chegar ao cerne da política na (re)produção urbana do Centro Antigo de Salvador. Nesse sentido, por ser o processo de apropriação territorial mediado pelo trabalho, voltamos então para as tessituras de suas relações. Passamos a detalhar a constituição da classe trabalhadora nas relações de produção desse espaço urbano.

2.5 A ocupação negra do centro e a integração à sociedade de classes

Desde o início do século XIX há uma gradativa mudança na ocupação da área central de Salvador, impulsionada pelas ações da administração pública de estímulo a expansão da cidade. Obras de infraestrutura relacionadas ao transporte abrem caminho para a mudança gradativa das classes abastadas para os novos bairros na direção sul, gerando o processo de abandono dos casarios coloniais (NOBRE, 2003). Medidas que se intensificam sobremaneira na virada para o séc. XX. Assim, um novo cenário urbano começa a ser aberto como descrito por Milton Santos:

Para o sul surge o bairro da Vitória, constituído por grandes e belos palacetes, rodeados de jardins, residências de uma burguesia enobrecida pela exploração da terra (...). Essa extensão da cidade tornou-se possível pela instalação de novas vias de comunicação e meios de transporte (...) (SANTOS, 2008, p 42).

Essa mudança na morfologia da apropriação territorial do centro pela abertura de novas fronteiras de ocupação espacial na cidade era suscitada por certo anseio modernizador. No início do século XX, ressoava entre a burguesia uma insatisfação com aquela organização citadina, própria da cidade antiga de Salvador. Em solene conferência do visitante Ezequiel Ubatuba em 1900, com a presença do então governador e secretários de estado, a visão da cidade foi expressa nos seguintes termos:

“A praia suja, recortada de velhos trapiches, irregulares, intrusos; as ruas estreitas, enlameadas, escuras; a casaria em ruínas, inestética, desconfortável; os quiosques rasteiros, acachapados; o pó da terra e do carvão em depósito; o calor, o ruído dos veículos, o grito dos carregadores; os correios e telégrafos mal instalados; os mercados; os restaurantes impróprios, acavernados; tudo, enfim, causava a pior impressão, dando e provocando um mal estar horrível, neurastênico, incapaz de deixar perceber as belezas da cidade, que então já as tinha” (FERNANDES; GOMES, 1993, p. 53)

Uma tão negativa avaliação anunciava a inconformidade para com os aspirados modelos europeus da cidade moderna e seus preceitos, que na adaptação ao contexto da cidade colonial revelava a rejeição da classe dominante para com as antigas freguesias,

entre estas, as concentradas na região central de Salvador. Muitas eram as razões da aversão.

Os círculos sociais privilegiados recusavam a ocupação adensada na forma da cidade colonial, ou seja, com a proximidade das “raças”¹⁴ no mesmo espaço, que com a emancipação dos negros, proliferava ainda mais os cortiços, quartos e porões com egressos da escravidão (VASCONCELOS, 2006). A condição de centro comercial e administrativo tornava essa área congestionada e insalubre, ameaçada pelo alastramento das epidemias. Os próprios modos de vida e estéticos da arquitetura coloniais não agradavam. Por todos esses incômodos, a elite local inicia a mudança para palacetes neo-clássicos ou ecléticos, afastados do movimento popular das ruas, dos casarões antigos encortiçados, do importuno da pobreza e do convívio com os escravos libertos (FERNANDES; GOMES, 1993).

Além de todos esses aspectos, a fim de apreender essa aversão das classes dominantes pelo antigo centro e seus ocupantes negros, é preciso notar como essa sociedade assentada em uma velha estrutura estamental comportava uma realidade bastante complexa e variável. O nosso empenho de síntese não escapa ao recurso a conceitos, que, embora expressem o processo histórico, incorrem em aparente simplificação das relações, como entre dominantes e dominados, exploradores e explorados. Uma leitura superficial e precipitada das noções pode incidir em maniqueísmos, quando os acontecimentos não revelam uma estrita polarização entre os brancos ricos opressores e os negros pobres oprimidos. Nessa esteira, a separação entre classes sociais nas distintas posições socioeconômicas e no próprio espaço da cidade não são estanques nas variadas relações, ações e sentidos humanos.

Antes mesmo da abolição da escravatura, a integração dos negros às esferas diversas de serviços e trabalhos livres era uma realidade na cidade de Salvador (FERNANDES, 1965; GRAHAM, 2013). Muitos eram os ex-escravos ou os filhos nascidos livres decorrentes do costume antigo de libertar escravos. Já em 1755, negros livres ou forros representavam cerca de 24% da população (GRAHAM, 2013: 43). Parcela expressiva dessa força de trabalho encontrava espaço para o exercício de

¹⁴ “Raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim, como os são fantasias, mitos e ideologias – como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas” (SCHWARCZ, 2012).

diversas atividades assalariadas em razão do pouco volume de imigrantes livres na cidade.

O mais curioso é que em Salvador também os escravos encontravam-se em fronteiras difusas com o trabalho livre. Isso se explica porque, em geral, nesse meio urbano a administração do tempo de trabalho escravo não gerava lucratividade, o que permitiu também uma forma de escravidão com previsão de tempo livre para a busca de trabalho remunerado. Esses escravos ao ganho, denominados ganhadores, ofereciam seus serviços por conta própria, negociavam os termos e preços na cidade, efetuavam pagamentos aos seus senhores e ficavam com o que restava (MATTOS, 2008). Desse modo, alguns escravos chegavam a somar quantia necessária à compra das suas alforrias.

Até mesmo a ascensão econômica era possível a alguns poucos livres e forros, o que não importava em ruptura com a ordem social escravocrata e senhorial, como esclarece Richard Graham:

Escravos ganhavam a liberdade sem pôr em risco as instituições da escravidão. Incontáveis pessoas de ascendência africana ocupavam posições bem acima das de escravos ou mesmo de brancos pobres, mas, mesmo assim, os soteropolitanos continuavam atentos as variações de cor da pele para situar pessoas dentro de um continuum de status. (2013: 45)

Não obstante a imensa probabilidade de que os negros, mesmo os livres ou forros, permanecessem em condição de penúria, havia naquela sociedade certo grau de liberdade e de integração social, que, por sua vez, não impedia o império e a violência das práticas senhoriais (extensas jornadas, medidas perversas de controle e submissão). Essas fissuras de adaptação à ordem concorrencial e ao trabalho livre expressavam-se também em um modo de ocupação da cidade e de moradia das classes subalternas com margens a uma integração espacial que não colocava em questão o status hierarquizado, a “superioridade racial”.

Africanos e negros brasileiros habitavam todas as freguesias da cidade, das mais elitizadas as mais precárias, com grande concentração na área do atual centro antigo de Salvador. Para se ter uma visão geral, com base nos registros de matrícula dos ganhadores da cidade de 1887, Wilson Mattos retrata a distribuição da habitação dessa população negra:

Tabela 1
Total de Ganhadores por Freguesia de Salvador

FREGUESIA	Nº	%
Sé	297	16,84
Conceição da Praia	63	3,58
São Pedro	266	15,08
Pilar	128	7,24
Paço	154	8,74
Vitória	36	2,04
Santo Antônio	265	15,03
Santana	376	21,32
Brotas	41	2,32
Penha/Mares	70	3,96
Sem Identificação	38	2,15
Sem Endereço	30	1,70
TOTAL	1764	100,00

Fonte: MATTOS, Wilson Roberto de. Negros contra a ordem: Astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008, p. 56.

Com o advento da abolição da escravatura, essa população negra de Salvador permanece em condições sociais análogas às anteriores. A falta de dinamismo econômico provoca uma lenta transição entre os modos de produção, sem pôr em risco a estabilidade da dominação de classe. A marginalização de cunho racial expressa-se no curso das mudanças na (re)produção do trabalho e do espaço urbano. Com efeito, ao tratar do processo de integração do negro das sociedades tradicionais ao regime capitalista, Florestan Fernandes revela que, com a abolição da escravatura, tal como os antigos negros libertos,

(...) os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se à massa de desocupados e de semi-ocupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região. (FERNANDES, 1965, p.5)

Na apropriação da cidade, entretanto, a convivência adjacente e heterogênea nas diversas freguesias há algum tempo já não marchava para uma continuação. O desinteresse das classes abastadas gera o abandono das habitações do antigo centro,

reservando à população negra egressa da escravidão o que para as elites seriam as piores condições de moradia e de vida. Os investimentos públicos na cidade verteram-se em direção ao novo bairro burguês (o da Vitória), de modo que mesmo em um deserto de eficácia econômica moldaram-se novos cenários reservados a gente nobilitada em posses e bens. Nesse contexto materializa-se a ocupação popular do Centro de Salvador.

Ao tratar dessa mudança de perfil socioeconômico nas freguesias centrais, ocupadas ao longo do século XIX por grupos entre médios e pobres, Wilson Roberto Mattos esclarece:

Expulsas ou permanecendo no centro, na verdade, o distanciamento físico entre elites dominantes e populações negras, em várias cidades brasileiras, é uma das características mais evidentes do período final da escravidão e deve ser interpretado dentro dos seus termos. A coexistência física não era objeto de preocupação, enquanto o estatuto da escravidão garantia a afirmação das hierarquias sociais e raciais. Já quando a escravidão entra em declínio inexorável e o número de libertações cresce, o distanciamento físico parece ter se constituído como uma alternativa às elites dominantes de manter as hierarquias sob um novo formato (MATTOS, 2008, p.52).

Talvez um inicial entendimento sobre essa consolidação do regime industrial-urbano em Salvador conduza à crença em um simples abandono da população negra, que com a “libertação” passaria a ter adiante a responsabilidade sobre si e de conquista dos espaços de moradia e trabalho. Mais do que isso, o Estado avoca seu poder na adaptação da estrutura socioespacial à lógica capitalista, exercendo uma delimitação muito objetiva dos espaços na sociedade e na cidade para essa emergente classe trabalhadora negra de Salvador. Todavia, é preciso entender melhor os alicerces dessa seletividade na política do Estado e do modo como a segregação toma forma no regime industrial-urbano.

2.6 Trabalho, cidade e segregação socioespacial

Para tornar inteligíveis os mecanismos e as especificidades dessa segregação urbana dos ocupantes populares do Centro Antigo de Salvador é preciso contextualizá-las na formação das classes, do Estado e do sistema hierárquico das relações sociais. O processo de urbanização de Salvador está estritamente vinculado às particularidades do seu tipo de capitalismo. Diga-se de passagem: ambos delineados por um

desenvolvimento econômico e social que se sustenta no empobrecimento de parcela significativa da classe trabalhadora.

Somente se inicia uma efetiva estruturação do mercado de trabalho no Brasil a partir da década de 40 do século XX (Salvador, somente na década de 50), sem cessação das atividades de tipo “não capitalista”, a despeito do forte impulso na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Havia a esperança de uma supressão progressiva dos modos arcaicos de espoliação dos trabalhadores, que, na realidade, se firmaram como parte da lógica de reprodução capitalista de países de industrialização tardia (OLIVEIRA, 2013). Essa sociedade brasileira perfaz-se em um mercado de trabalho dotado de um imenso contingente de trabalhadores sem emprego, que tem na sua extremada precariedade de vida e trabalho uma garantia das condições de reprodução do capital.

A formação do mercado de trabalho brasileiro tem por característica a intensa presença de uma superpopulação relativa¹⁵, excedentária. Assim, como condição, inclusive para a efetividade do modo de produção capitalista, houve por parte do Estado o empenho de constituir um exército industrial de reserva. Durante um longo período da história foi prioritária à imigração de estrangeiros para a ocupação das novas formas de trabalho, o que, ironicamente, foi financiado pelos rendimentos que a lei de terras proporcionou (à custa da expropriação de negros e índios da posse sobre o solo brasileiro). Todavia, somente a partir da década de 30 inicia-se uma efetiva formação do exército industrial de reserva nas grandes cidades, que toma forma nos fluxos inter-regionais e interestaduais da migração rural-urbana (ARAÚJO, 2010).

Para o conjunto desses trabalhadores urbanos uma legislação social foi apresentada como dádiva do governo populista de Vargas. Essas leis cumpriram uma função constitutiva do âmbito da relação capitalista típica (que gera mais valia), regulando a base necessária para uma oposição capital-trabalho condizente com o padrão de acumulação interno. Nesse contexto, faz-se a fixação do salário mínimo, que arbitra um preço rebaixado da força de trabalho, ou seja, o capital fixa sua obrigação máxima com a reprodução dos trabalhadores (BARRETO, 2014). No entanto, a institucionalização dessas relações de trabalho não resultaria na garantia de direitos para a imensa maioria dos trabalhadores.

¹⁵ A opção nesta pesquisa é por não adentrar aos tipos – flutuante, latente e estagnada – por não ser central para os seus objetivos o esforço de explicação da complexidade do desemprego no Brasil e em Salvador.

Além do mercado de trabalho nacional ser caracterizado pela escassez de empregos formais, para aqueles que o conseguem, o salário mostra-se insuficiente no custeio da vida (o salário mínimo torna inviável o custo da moradia como mercadoria para um imenso contingente de trabalhadores). E para parcela expressiva da população resta o dito trabalho informal, “não tipicamente assalariado”, cujas atividades remontam os trabalhadores de hoje às formas de sobrevivência do passado¹⁶.

Salvador, por suas peculiaridades diante do desenvolvimento nacional, é o exemplar máximo de um setor informal que expressa a continuidade de ofícios desempenhados por sua classe trabalhadora negra desde os mais remotos períodos coloniais e republicanos.

A expansão do sistema capitalista não alterou o quadro social de profunda desigualdade de Salvador, na qual uma imensa parcela da população empobrecida sobrevive como pode nos serviços que a cidade oportuniza. Em toda economia nacional destaca-se o fenômeno do crescimento excessivo do setor terciário, para o qual Francisco de Oliveira oferece uma explicação de seu papel fundamental ao tipo de desenvolvimento empreendido.

A aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras – sedes por excelência do novo ciclo de expansão –, infraestrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas. A intensidade do crescimento industrial, que em trinta anos passa de 19% para 30% de participação no produto bruto, não permitirá uma intensa e simultânea capitalização nos serviços, sob pena de esses concorrerem com a indústria propriamente dita pelos escassos fundos disponíveis para a acumulação capitalística. Tal contradição é resolvida mediante o crescimento não-capitalístico do setor Terciário. (OLIVEIRA, 2013, pp. 56-57)

Essas formas de trabalho contribuem decisivamente para a reprodução do capital, muito embora camelôs, domésticas, entre uma vasta gama de serviços urbanos, sejam desconsiderados em sua importância na economia nacional. Tais atividades não consomem excedente de capital, ao tempo em que utilizam de uma mão de obra com remuneração muito baixa, fundamental à transferência de mais valia ainda que de forma indireta no processo de acúmulo capitalista (BARRETO, 2014).

Aqueles que trabalham no comércio informal de mercadorias, de modo mais evidente, estão inseridos no ciclo de realização do capital ao colocá-las em circulação.

¹⁶ Nesse sentido, a obra de referência sobre essa discussão trata-se de: SOUZA, G. Adeodato e FARIA, Vilmar (Org.). Bahia de Todos os Pobres. p. 41-69. Petrópolis: Vozes, 1980.

Todavia, mesmo os serviços mais pessoais, de caráter doméstico ou familiar, ocultam uma exploração sustentada em baixos salários e em relações de traços servis, por não ter se constituído na cidade a infraestrutura necessária à acumulação tipicamente capitalista sobre essas atividades. Segundo Francisco de Oliveira, o brasileiro de classe média vive em padrão de vida mais elevado quando comparado ao estadunidense médio, cercado de serviços no âmbito da família – motoristas, lavadeiras –, visto que pouco se desenvolveu, nestes casos, o transporte coletivo e as empresas de lavagem industrial, por exemplo (OLIVEIRA, 2013: 58).

A segregação socioespacial pode ser entendida no contexto dessa desigualdade de posições e de recursos na reprodução da sociedade soteropolitana. Na passagem ao regime urbano-industrial, uma ordem bem estabelecida impõe-se em uma conjugação do velho e do novo no domínio das necessidades de acumulação de capital, o que se materializa em uma determinada reprodução do espaço urbano. A diferenciação social entre as classes expressa-se em formas de trabalho e vida similares ao passado, em cuja modernização capitalista por essas terras, ao que parece, não abre mão de seu atraso escravagista.

Em consonância com o desenvolvimento periférico do modo de produção capitalista, o solo de Salvador feito mercadoria tem sobre si uma nova ordem de disputas pela sua apropriação. Todavia, embora drásticas transformações nas condições de (re)produção da cidade estivessem em curso, para uma fração da classe trabalhadora, sem emprego e sem moradia, o padrão de negação de sua apropriação espacial se reafirma.

Próprio das práticas de ordenação territorial do Estado, ainda mais a partir de meados do século XX, as remoções forçadas da posse sobre o espaço urbano delimitam os locais da cidade reservados ao despejo da uma população negra marginalizada. Territórios estes, somente franqueados pelo desinteresse das classes dominantes ou em razão de suas derrotas nas verdadeiras guerras que tiveram lugar nas grandes cidades. Assim, na divisão geográfica ou territorial, os não brancos concentram-se nas áreas de menor infraestrutura e dinamismo econômico, seja na região nordeste, nas periferias das cidades ou nas zonas rurais (SCHWARCZ, 2012).

O que pode ficar subjacente à análise é como o mercado de trabalho e a cidade (ou mais detidamente, o centro antigo de Salvador), construídos a base da manutenção de arcaísmos estruturais, tem na “seletividade” do Estado e na aversão das classes

dominantes aos setores populares a expressão de certas hierarquias, dentre as quais se avulta a de cunho racial. Trata-se de um “critério” determinante na inclusão ou exclusão do assalariamento, mas também no acesso aos direitos sociais, no encarceramento ou liberdade, na expectativa de vida ou de punição pelo Estado.

De forma aberta, é preciso que se diga frente à representação de uma democracia racial no Brasil: uma condição fundamental da punição e da segregação socioespacial é ter o fenótipo negro. Ou seja, a segregação produzida na cidade está vinculada a certas discriminações que permeiam as relações na sociedade¹⁷.

Porém o que se conhece como racismo por essas terras reduz-se, comumente, a uma discriminação de indivíduo a indivíduo, em relações de âmbito pessoal. As posições sociais desiguais absolutamente manifestas são naturalizadas. A discriminação racial é suavizada, reduzida a circunstâncias excepcionais de conflitos entre pessoas, furos na barreira da harmonia alegre da miscigenação. Os brasileiros não se consideram racistas, mas reconhecem em outros o preconceito, de forma que Lilia Schwarcz chega a dizer: “todo brasileiro parece se sentir, portanto, uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados” (Idem: 30)

O mito de um povo sem separações e pacífico ecoa, permite interiorizar pelo senso comum o imaginário de relações de tolerância, em que a mestiçagem é feita símbolo de uma identidade nacional. Não à toa, o período de início da modernização urbana coincide como um divisor de águas no discurso sobre a questão racial. Nos anos 30, uma representação oficial da nação é arquitetada, uma ideologia constituída para a solução do dilema da integração nacional e do apaziguamento da luta entre brancos e negros. A integração do negro a sociedade de classes faz-se no âmbito do discurso democrático e de inclusão, apagando as diferenças identitárias e culturais, quando na realidade mantem conservadas a segregação e a violência dessas relações na cidade.

Para desvendar as relações raciais na reprodução do Centro Antigo de Salvador, por conseguinte, é preciso percebê-las na política, desnaturalizá-las (e mais a frente, nesta pesquisa, contextualizá-las). Assim sendo, a ocupação negra e popular deve-se a necessidade de reprodução social de uma fração extensa da classe trabalhadora, o imperativo da sobrevivência nas atividades de rua, nos serviços e na informalidade, que

¹⁷ Nessa abordagem, o tema racial tem a influência importante da linha dos estudos da década de 50, que entre autores como Roger Bastide, Costa Pinto, damos destaque à elaboração de Florestan Fernandes. Vale ressaltar que não interessa aos objetivos da presente pesquisa subsumir o debate racial a uma perspectiva enrijecida da luta de classe, pois importa conhecer as classes sociais também na cultura pela qual se formam.

o centro concentra historicamente em suas funções. Porém, tanto no trabalho quanto na cidade, um sistema hierárquico coloca-se acima dessa reprodução social, oprimindo esses trabalhadores negros e moradores do centro.

Para se ter em conta, não é um dado secundário da realidade que os trabalhos considerados indignos pela associação ao trabalho escravo, ainda hoje mantenham um status desigual análogo. O acesso aos prédios dos serviços, de maioria negra, é segregado com os elevadores de serviço. Dentro das casas das classes média e alta, os quartos de empregada são comumente cubículos, sem janelas, mais uma vez, nos fundos da área de serviço. Esses são apenas exemplos dos espaços subjugados que se consente à apropriação dos trabalhadores negros.

No que diz respeito ao espaço habitacional, quando os obreiros deixam de morar sob o mesmo teto dos senhores, a dominação escapa do âmbito privado e, assim, precisou ser reestabelecida no domínio público. Era insuportável para as classes dominantes testemunhar seus hábitos, a estética e os privilégios, tornando-se acessíveis ou sendo imitados na cidade pela população negra (DABROWSKI, 2003). Então, a diferenciação espacial ingressa como a saída ao reconhecimento do status privilegiado na sociedade. As classes dominantes já não querem se misturar com os moradores populares. Dessa vez, novos muros os separam dentro do âmbito citadino, de forma que os trabalhadores continuariam a ter negado o domínio sobre a “cidade civilizada” ou a “cidade alta”.

Em Salvador, os espaços subalternos fizeram-se nas periferias, nas favelas e, de modo equivalente, nos cortiços do antigo centro. São territórios urbanos apropriados por comunidades estigmatizadas, onde vivem os marginalizados e se concentram os problemas sociais, o abandono, a privação. Áreas proibidas, temidas em razão dos crimes, vícios e violências, que se faz crer dessa maneira em excesso, porque vista de longe, com uma visão negativa desproporcional da mídia, de agentes do Estado e da sociedade como um todo.

Mas embora sejam considerados como problemas sociais, verdadeiros tumores na sociedade a serem eliminados, o que não se mostra é o quanto são parte fundamental do acúmulo de riqueza na cidade. O quanto a força de trabalho, mesmo informal, viabiliza a extração de mais valia e, no que mais nos interessa, como são alvo do acúmulo capitalista pela espoliação de seus espaços urbanos e de suas próprias práticas

socioespaciais. Assim, chegamos aos ofícios do Estado, que se revelam verdadeiros “roubos” dos territórios e da cultura negra e popular de Salvador.

2.7 O Estado e classes subalternas na urbanização do centro: o conflito pela apropriação da cidade segregada

Na passagem ao século XX, em diversas cidades brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, entre tantas outras), a implantação das bases para os mercados imobiliários provocou um amplo ciclo de remoções forçadas das classes subalternas das áreas centrais. Estava em jogo o valor especulativo dos territórios, que, mais uma vez, mediante a violência dos procedimentos dos governos, revela o caráter espoliativo do processo de acúmulo de capital sobre o espaço urbano.

Aconteceram verdadeiras batalhas pela apropriação dos territórios, causando a expulsão da população mais empobrecida para os morros e periferias das cidades. Em Salvador, ocorreu um processo peculiar de segregação socioespacial, no qual o centro antigo de Salvador parece seguir um caminho diferente ao enraizar cada vez mais os territórios de uma classe trabalhadora negra em meio à reestruturação do espaço urbano. Interessa-nos, todavia, esclarecer como esse processo de apropriação do antigo centro de Salvador transcorre em um conflito entre o Estado e os ocupantes populares. Nesse tópico, começamos uma aproximação do contexto dessa relação no período atual.

Por certo que, no modo de produção então vigente, passou a prevalecer uma (re)produção da cidade sob a forma de mercadoria. A valorização de um imóvel urbano é, assim, determinada pelo trabalho social necessário para distingui-lo de modo qualitativo dos demais espaços da cidade (BARRETO, 2014). Nesse processo de produção da espacialidade, diversos agentes sociais ingressaram no ciclo de realização dessa peculiar mercadoria: capital fundiário, capital imobiliário, capital industrial, capital comercial, capital bancário, Estado, classe trabalhadora. Entre estes, vale ressaltar o papel central que o Estado passa a exercer na construção do espaço e do mercado imobiliário, por ser condição fundamental do desenvolvimento brasileiro sobre o conjunto da produção urbano-industrial.

Nas terras soteropolitanas, ainda na primeira metade do século XX, a urbanização seguia em uma mesma tendência de expansão, na direção sul, da moradia das classes dominantes e, ao norte, da habitação da classe trabalhadora em um vetor de expansão

proletária (que também se fez sobre os distritos de Santo Antônio, de Brotas, entre outros). (SILVA SANTOS, 1990). O que de fato se altera no cerne dessa dinâmica é que a necessidade da moradia passaria a ter como meio formal de sua realização o mercado imobiliário. Diversas barreiras, entretanto, impediram não somente o acesso popular ao mercado como refrearam por um longo período o desenvolvimento mercadológico dos imóveis da cidade.

A propriedade do solo de Salvador sob o domínio, fundamentalmente, do Município, dos grandes proprietários privados e das ordens religiosas, permaneceu submetida a uma lógica concentradora com o crescimento do comércio e dos investimentos especulativos. Mais do que uma pura desigualdade econômica entre classes, há uma negação da propriedade privada à classe trabalhadora, por força do instituto da enfiteuse¹⁸ como exercício abusivo da propriedade, típico de privilégios coloniais. Também, a precariedade das formas de inserção no trabalho torna insolvável a grande demanda por moradia dos trabalhadores (BRANDÃO, 1978). Desse modo, o mercado imobiliário de tão excludente torna-se pouco produtivo.

Mesmo nesse contexto, do período imediato após o fim do trabalho escravo até a década de 1940, emerge alguma estruturação do mercado imobiliário, com uma boa dinâmica na área central e seus arredores (Barris, Garcia, Nazaré) – seja pelos aluguéis para diversos estratos sociais ou pela venda de casas para a classe média (ARAÚJO, 2010). Desde já existe uma distinta movimentação de trabalhadores na reprodução do espaço de Salvador. A despeito do irrisório desenvolvimento demográfico, a questão da habitação popular, que já não se mantinha sob uma égide escravista, impulsiona um mercado à base de loteamentos¹⁹ e aluguéis. Vale destacar que se constitui um mercado popular inacessível ou de altos preços e péssima qualidade das habitações em razão da concentração predial na cidade.

Nesse período, as chamadas periferias, os bairros e territórios de apropriação popular tomam forma de maneira mais nítida sob o impulso da expansão de uma nova

¹⁸ Art. 678, Código Civil de 1916: “Dá-se a enfiteuse, aforamento ou empraçamento, quando por ato inter vivos, ou de última vontade, o proprietário atribuí a outrem o domínio útil do imóvel, pagando a pessoa que o adquire, e assim se constitui enfiteuta, ao senhorio direto uma pensão, ou foro, anual, certo e invariável”.

¹⁹ “(...) os dados dos inventários loteamentos regularizados, feito pela prefeitura em 1977, indicam que em 1925 teve início o parcelamento do solo via loteamento, sendo que o primeiro foi o Vila Bonfim, situado na península de Itapagipe. Na década seguinte, foram protocolados, junto aos órgãos públicos municipais, nada menos que 78 projetos de loteamento” (ARAÚJO, 2010, p.102-103).

ordem urbana. Realidades espaciais periféricas, que se revelam territórios de autonomia e exclusão. O desenvolvimento das moradias da classe trabalhadora nos arredores da cidade ou mesmo em áreas decadentes do centro fez-se pela procura de espaços desocupados e de baixo valor, nos quais esses trabalhadores exercem também a liberdade de suas formas de apropriação, ao tempo que são recusados como ameaças na cidade.

A liberdade dessa massa de trabalhadores, que mal proviam a alimentação com os “bicos” e as atividades informais disponíveis, continuaria a ser duramente reprimida, ao mesmo tempo em que se reafirma na reprodução da cidade como um campo de resistência do povo negro. O espaço necessário à reprodução da vida dessa parcela da população é sistematicamente recusado. Precisavam lutar para ocupar algum lugar na cidade.

O teor dessa expansão urbana de Salvador e da insipiente estruturação do mercado imobiliário deve-se, justamente, a um projeto de modernização que produz amplas alterações nas formas de ocupação urbana. Em meio aos interesses divergentes e a luta pela apropriação do seu espaço, o Estado intervém e cria as condições para a segregação socioespacial, que distinguiu profundamente as grandes cidades nas décadas seguintes. Políticas governamentais de urbanização aprofundam a reestruturação com reformas, que no entendimento de Maricato “lançaram as bases de um urbanismo moderno à moda da periferia” (MARICATO, 2013: 17).

Desde o século XIX, o Estado concentra-se em obras destinadas, principalmente, à zona sul, tais como a construção do Campo Grande (de 1851), do Passeio Público (de 1812) e de praças em lugares afastados como a Barra em 1877 (FERNANDES e GOMES, 1993). Reformas urbanas significativas já tinham sido realizadas como a ampliação do porto (concluído em 1871) e a construção do elevador Lacerda (em 1873), mas é no início do século XX que se abre um ciclo na produção de ideias sobre a cidade, condensadas sob a forma de um “plano geral de melhoramentos” (VASCONCELOS, 2006).

Alguns poucos privilegiados puderam aproveitar as benesses desses melhoramentos na cidade, abandonando as áreas centrais para irem morar em um novo cenário da população de condição social e econômica ascendente, mas para ampla parcela da população a insuficiência e a precariedade das habitações seriam a regra. A maioria da população composta por trabalhadores negros foi obrigada a residir em áreas

mais acessíveis, aquelas mais depreciadas e desvalorizadas, como era o caso de espaços do centro tradicional.

As habitações populares típicas do centro eram os sobrados, as lojas e as “casinhas”. Os sobrados tinham dois ou mais andares, carentes de iluminação e de circulação de ar, sem água ou instalações sanitárias, que passaram a abrigar cada vez mais habitantes em diversas sublocações. As mesmas condições precárias tinham o andar sobsolo, conhecido por loja. As “casinhas” eram casas sem saída para os fundos, somente de porta e janela, às vezes, sem janela, que se caracterizavam pela ausência de paredes próprias, cujo escoramento sem o devido isolamento tornavam-nas predispostas a propagação de doenças contagiosas. Vale observar que, na periferia ao norte da cidade, as casas de tijolos e os barracos improvisados também padeciam da completa falta de infraestrutura urbana (SILVA SANTOS, 1990).

Em termos gerais, um projeto de cidade segregada efetiva-se, como expõe Jânio Santos (2013), “fincado em claros interesses de reprodução do capital comercial, financeiro e imobiliário, que, aliado ao Estado, constituíram-se como os principais produtores do espaço urbano” (p. 77). Por isso, entre o fim do século XIX e meados do século XX, as expectativas modernizadoras de Salvador tomam forma, principalmente, nas intervenções e obras da administração pública. Destaca-se o governo de J. J. Seabra, entre 1912 e 1916, pelos investimentos públicos que seguiam a orientação de uma íntima articulação entre urbanismo e sanitário, além da preocupação estética e expansionista.

Os projetos de expansão, remodelação e embelezamento da cidade estavam relacionados com a viabilização da infraestrutura básica, de transporte, iluminação pública²⁰, mas, principalmente, de melhores condições sanitárias na distribuição de água potável, na construção de rede de esgoto, galerias pluviais e canais de drenagem. O moderno convidava a novos padrões estéticos e urbanísticos, porém, antes e de modo prioritário, exigia a higienização da cidade, o que comportava o sentido mais amplo e perverso do termo.

A concretização do projeto de cidade “civilizada” envolvia a idealização de uma cidade branca e europeizada, de modo que os benefícios da reforma urbana não chegam aos pardieiros do centro e às novas ocupações que se estendem ao norte. Essas áreas,

²⁰ O sinal mais claro da cidade “modernizada” acontece, principalmente, com a inauguração da energia elétrica no período de governo de J. J. Seabra.

que se tornam cada vez mais adensadas e segregadas, sofrem com grandes epidemias que assolam a cidade, gerando muitas mortes (GORDILHO, 2008). O que de fato a administração pública dirige para essa população é a política higienista com o claro intuito de limpar a cidade de tudo que se considerava “sujeira humana”, assim criando diversas instituições: asilos, casas de correção, hospitais (FLEXOR, 2011).

Entre as ações do Estado destaca-se a disciplina das milícias, organizadas com a finalidade de extirpar desvalidos das ruas e tudo quanto era considerado malandragem, charlatanismo, jogatina, bebedeira, candomblé (tido como bruxaria) (idem). Por sua vez, as ações estatais de enfrentamento ao problema da insalubridade em bairros e moradias populares, que ameaçava as camadas mais pobres com epidemias, sustentavam-se na ideia de eliminação dos ocupantes dessas áreas. Portanto, nesse contexto não há traço e nem sequer memória de um passado de valorização da cultura negra e popular, como a que se formaria na imagem propagandeada do atual Centro Histórico de Salvador. O que se tem é o seu oposto, repressivo e criminalizante, condizente com o discurso corrente da supremacia racial no Brasil.

Desde já, a transição ao modo de (re)produção capitalista da cidade expõe o caráter da urbanização moderna. O Estado provido de um discurso científico²¹ cumpre um papel central com suas intervenções e reformas urbanas na manutenção de um padrão de dominação de classe, extremamente violento e racista. Por trás do planejamento urbano do Estado, os interesses de acúmulo do capital revelam-se na conjugação do moderno com o arcaico, encetando um novo escravismo na cidade.

No Brasil ocorre uma efetiva “metamorfose do escravo”, pela qual a desigualdade e a segregação socioespacial são sobrepostas por uma convivência cultural, um apaziguamento dos conflitos no plano discursivo oficial (FERNANDES, 1965). As hierarquias mantêm-se no cotidiano, é assegurado o caráter periférico conferido aos trabalhadores negros, ao tempo em que, a partir da década de 30, a cultura negra e popular encontra reconhecimento não em sua raiz africana, mas transfigurado na criação de uma identidade brasileira e mestiça.

A feijoada, o acarajé, a capoeira, o samba, entre tantas outras práticas socioespaciais do povo negro, tão desprezadas e criminalizadas até então, passam a atrair e vender, dentro e fora do país, o mito de uma democracia montada sobre uma

²¹ Entre as transições do século XIX ao XX destaca-se a do estatuto de verdade que a religião perde para a ciência.

suposta cordialidade, de codinomes brasilidade ou baianidade (OLIVEIRA, 1987; SCHWARCZ, 2012). Sob essas circunstâncias, além de constituir uma ideologia, a cultura negra acabaria usurpada para o lucro de frações do capital no mercado de bens culturais. Assim, uma condição ambígua de valorização dessa cultura alia-se a uma subjugação patente, ambas convergindo para a reprodução das conhecidas práticas de espoliação nas veredas da precariedade de trabalhadores informais e assalariados.

Desta feita, o que a classe trabalhadora negra de Salvador produz e reproduz no espaço (festas, tradições, culinária, etc) é apropriado sobre uma lógica similar a que impera nas remoções forçadas dos seus espaços na cidade. Justamente, no rastro de valorização das mercadorias faz-se o caminho por onde as espoliações dos espaços e mesmo das práticas das classes subalternas asseguram o acúmulo de riqueza às camadas sociais privilegiadas.

A modernização da cidade de Salvador é construída sobre o sistema de exploração dos trabalhadores assalariados, formais e informais, que se soma à permanência do roubo, da fraude e da violência na acumulação primitiva de capital. A urbanização passa a subordinar a construção da cidade à reprodução capitalista, conformando uma dinâmica de extração de mais valia do ciclo de realização de capitais já constituídos, mas que se combina com os processos espoliatórios que renovam o fôlego do acúmulo com a produção de novos capitais.

Desse modo, a longa história de rapinagem do Brasil, da escravidão à grilagem de terras, reedita essas práticas sobre o espaço urbano. No sustento desse aparato, o Estado cumpre papel fundamental ao impor suas ordens com todo seu poder coercitivo e regulamentar, por meio da força policial e da legalidade inscrita em uma legislação urbanística a disciplinar o uso e a ocupação do solo.

O modo como o Estado no decorrer da história de Salvador impôs sua autoridade e zelou pela ordem na cidade pode ser inferido dos Códigos de Posturas, cujos mais antigos datam de 1549 (ARAÚJO, 1992). Essas deliberações municipais fixavam deveres de ordem pública em planos e reformas urbanas, bem como sobre as relações sociais, que refletiam os anseios, garantiam as hierarquias e acentuavam os privilégios das classes dominantes. Onde quer que estivessem a pobreza e o fenótipo negro, deduziam-se deles, com crivos de cientificidade a imoralidade, a incivilidade, o feito

criminoso e os desvios a serem exemplarmente punidos²². No cerne desse controle do Estado há a submissão dos trabalhadores aos ensejos das oligarquias (fossem arbitrários, legais ou ilegais), o que é restaurado sob uma nova ordem no século XX.

Não à toa, na transição ao regime de assalariamento prevaleceu o descaso governamental quanto ao problema da falta e da precariedade das habitações para os estratos mais empobrecidos da classe trabalhadora. A dramática situação dessas camadas da sociedade foi gerida por parte do planejamento científico e racional do Estado com ânimo de isolamento, delimitando os espaços de moradia de “baixo tipo econômico”. Em 1943, o EPUCS²³ idealizou os espaços como verdadeiros cativeiros das “classes perigosas”, feitos estocagem de mão de obra (ARAUJO, 2010). Sobre o planejamento de seis pequenas manchas urbanas, o escritório dispunha que:

Se pretende isolar essas concentrações por meios naturais, à feição de ilhas, e, por outro lado, criar dentro delas uma tendência de movimento centrípeto da população, isto é – tendência para a centralização e não para a dispersão pela circunvizinhança. (PMS, 1976: 118 apud ARAUJO, 2010, p.105)

Mais adiante, o Decreto-Lei nº 701/1948 impõe um zoneamento da cidade, cujos setores residenciais são agrupados, exatamente, com base na densidade demográfica e na classe social. Na prática, o Estado dispôs na demarcação desses espaços, tanto o armazenamento da força de trabalho, quanto a reserva e proteção do mercado das terras de Salvador.

Por ser esse o feitio da emergente gestão urbana do governo, o tratamento primordial por parte do Estado consistiu em uma política de eliminação de habitações “subnormais” nas áreas centrais e de interesse de grupos privados. Tais medidas do Estado buscavam responder ao crescimento da pressão popular por moradia na cidade, que ampliava os conflitos pela apropriação do espaço. Por exemplo, ainda em 1940, no morro do camarão (em Ondina) a Prefeitura demoliu cerca de 300 mocambos, expulsando as famílias dessa faixa litorânea (MATTEDI, 1979).

²² Renomado cientista do Período, Raimundo Nina Rodrigues, influenciou a medicina e a legislação com perspectiva de reconhecimento do fenômeno do crime pelas técnicas da Antropologia criminal, Antropometria e Frenologia. O cientista procurou provar que negros e nordestinos eram raças degeneradas, tendentes ao crime, com base na morfologia da caixa craniana.

²³ O Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador, criado em 1943, é considerado uma primeira experiência de planejamento urbano. Coordenado pelo engenheiro Mario Leal Ferreira, o escritório foi responsável por um audacioso plano, que muitos anos depois implementaria a estruturação da Salvador atual.

A partir da década de 40, a migração conduz a um crescimento populacional que tenciona ainda mais as disputas e os conflitos por espaço e habitação em Salvador. O que estava em questão nas transformações em curso na cidade, para onde convergiam capitais, mercadorias e pessoas, concentravam-se atividades comerciais e serviços, é a ampliação da pressão sobre a estrutura urbana e da demanda por moradia. Um contexto calamitoso de acirramento da luta de classes, que o planejamento urbano do Estado buscava controlar, assim como impor uma ordem. Nesse sentido, as remoções forçadas da posse da classe trabalhadora (de maioria negra) sobre o espaço como padrão histórico de (re)produção da cidade reafirma-se como instrumento da reestruturação da atual urbe industrial-moderna.

À medida que aumentam as disputas pelos territórios, as expulsões tornam-se cada vez mais recorrentes, negando a posse sobre os espaços de trabalho, moradia e lazer a parcela significativa da classe trabalhadora. As raízes escravocratas dessa sociedade tecem um peculiar processo de acumulação de capital na cidade, no qual as intervenções urbanas do Estado asseguram a usurpação dos territórios, das moradias e das próprias práticas socioespaciais dessa classe trabalhadora negra de Salvador.

A luta pela apropriação territorial entre Estado e classes subalternas somente é entendida nessa dialética entre a sua particular acumulação de capital e a sua dinâmica de privatização do solo. Ou seja, o que se desvela da formação social desigual do capitalismo periférico de Salvador é uma reconfiguração da dominação sobre a classe trabalhadora no espaço, redefinida em uma espacialidade de lógica mercadológica.

As áreas de interesse de grupos privados ou do próprio governo, como alvos da valorização fundiária e da especulação imobiliária, tem do Estado a garantia da infraestrutura, de serviços e equipamentos urbanos. Desse modo, ao sul-sudeste da margem atlântica da cidade, o espaço foi apropriado principalmente por especuladores e empresas de construção civil, com o apoio do Estado (SANTOS J., 2013). Esse mesmo Estado atua, por outro lado, na repressão à luta dos setores populares pelo acesso a essas áreas, o que se ampara no zoneamento dos espaços endereçados à apropriação das diferentes classes sociais.

Em razão da inacessibilidade de grande parcela da classe trabalhadora a esse mercado, resta a essa população os loteamentos irregulares e as invasões nas periferias (sobretudo, Subúrbio Ferroviário e sua parte adjacente no Miolo Central da cidade), em áreas de risco ou edificações abandonadas como as do Centro Antigo.

Vale ressaltar que, mesmo em uma visão corriqueira da cidade, a apropriação de Salvador por ricos e pobres, brancos e negros, já não os exhibe circunvizinhos como, por exemplo, entre a casa-grande e a senzala, pois as estratificações e hierarquias sociais são consolidadas em outra divisão territorial na cidade. A estrutura social que substancialmente separa as classes dominantes de seus trabalhadores (mesmo admitindo as estreitas margens de integração social) fez-se na atualidade em territorialidades distintas e separadas, em uma redefinição de uma Salvador do *apartheid*.

Profundas alterações ocorrem na lógica de estruturação do espaço urbano de Salvador entre 1940 e 1990. Principalmente, há uma expansão do tecido urbano, que alcança a dimensão de metrópole, estimulada pelo crescimento da população e das novas exigências da divisão social, técnica e territorial do trabalho. Essa expansão decorre das condições do desenvolvimento periférico de Salvador, vinculados as escalas nacional e mundial, que refletem na cidade uma lógica de (re)produção do espaço enquanto ciclo de reprodução do capital. Produção, distribuição, circulação e consumo dos espaços da cidade: um circuito que se realiza com a mais-valia. Essas transformações acontecem como processos de apropriação, que se revelam em uma permanente luta entre os interesses das distintas classes e suas frações.

2.8 Expansão da centralidade e valorização do Centro tradicional

O Centro Antigo de Salvador é a expressão territorial da concentração de fluxos materiais e imateriais, de pessoas, equipamentos, capitais, de atividades comerciais e de serviços na cidade. Ou seja, constitui uma centralidade urbana, concentração econômica e de poder, produto e condição das diversas e contraditórias formas de apropriação espacial. Por sua qualidade, não resume a totalidade da (re)produção do espaço urbano. No entanto, mesmo sendo uma esfera determinada da estruturação da cidade, submetida a distintos processos de valorização e conflito pela sua apropriação, tem na sua correlação indissociável com o “não centro” ou as periferias a tradução de uma dinâmica fundamental de reprodução do espaço da cidade.

A modernização de Salvador no século XX impacta o processo de urbanização do centro tradicional, de forma a reconfigurar as disputas em torno de sua apropriação em uma cidade cada vez mais segregada. O centro torna-se uma contradição concreta dessa modernização, ao conservar a vida comercial, portuária, a circulação de mercadorias, a

maioria dos edifícios de órgãos públicos, igrejas, assim como os principais bairros residenciais (BAHIA, 2010), ao tempo em que se consolida também como território das frações mais empobrecidas da classe trabalhadora (SANTOS, 2012).

Com base nos dados da OCEAPLAN na década de 70, Jânio Santos avalia:

Percebe-se que a Zona Central constituía-se como o espaço privilegiado para a materialização do capital comercial e de serviços de Salvador, bem como da maioria dos estabelecimentos bancários, das matrizes das redes comerciais e das filiais de empreendimentos comerciais importantes da cidade (SALVADOR, 1978 apud SANTOS J, 2013).

Diante da pouca expressividade da industrialização de Salvador, o antigo centro mantém uma alta concentração de vagas de trabalho (formal e informal). Por sua vez, em busca dessas oportunidades, trabalhadores continuam a ocupar as edificações, os espaços marginalizados, conhecidos pelos cortiços e casas de prostituição. O abandono dessas áreas pelo Estado e pelas classes dominantes revela-se na degradação do patrimônio edificado, que até a década de 80 não recebe investimentos em preservação arquitetônica.

A deficiência da infraestrutura para o transporte individual e coletivo dificultava a circulação no centro, assim como péssimas condições das ruas e de edificações mostravam a inadequação às expectativas do urbanismo moderno. Além disso, o crescimento populacional colocava em cheque a centralidade urbana, alterando-a com a formação de subcentros (bairros de Calçada e Liberdade) (SANTOS, 2012).

Se por um lado, os problemas identificados no Centro tradicional legitimavam a criação de novas centralidades pela gestão urbana do governo, tais argumentos eram enfatizados pelos beneficiários da especulação imobiliária (SANTOS J., 2013). Interessava a alguns entes privados a expansão do tecido urbano com a valorização de novas áreas pelos investimentos programados do Estado na abertura de fronteiras ao transporte individual e coletivo.

Dessa maneira, o processo de urbanização da cidade seguiu com a implantação de um moderno sistema viário, que abre novas fronteiras urbanas com as avenidas Antônio Carlos Magalhães, Luís Viana Filho (Paralela), Bonocô, as avenidas de vale, entre tantas outras, além de equipamentos como CAB – Centro Administrativo da Bahia, o shopping Iguatemi e a Av. Tancredo Neves (GORDILHO, 2008). Toda essa grande expansão da cidade altera o cenário de ocupação e funcionalidade do Centro de

Salvador. Retira-lhe a condição exclusiva de centro econômico, financeiro e administrativo da cidade.

Contudo, a expansão da centralidade não retira do centro tradicional sua importância na cidade, tampouco evita os conflitos pela sua apropriação. As áreas de população marginalizada incomodavam os transeuntes com a prostituição, os assaltos, afinal, a própria miséria e suas mazelas eram objeto de constantes denúncias, com exigências de medidas saneadoras por parte do Estado. Comerciantes, funcionários públicos, a população que circulava pela região, muitos faziam apelos aos órgãos públicos pela expulsão dos prostíbulos da região, por ações enérgicas da polícia, quando não, até mesmo incêndios criminosos davam a tônica do desprezo a esses moradores. Por exemplo, o jornal A Tarde, em matéria intitulada “Fogo destrói pardieiro na rua dos marginais”, assim noticiava em 22 de junho de 1967:

Um incêndio irrompido ontem nas Laranjeiras, zona de meretrício da cidade alta, e conhecido covil de marginais, destruiu parcialmente o pardieiro número 18, da Ladeira Inácio Aciolly, que liga a Rua Francisco Muniz Barreto à Ladeira do São Miguel (Frei Vicente). [...] Fato invulgar em casos policiais dessa natureza se registrou ontem, quando populares se pronunciavam como se fossem uma torcida organizada, ansiosos para que o incêndio se alastrasse. As justificativas eram as mais diversas possíveis, começando pela falta de higiene reinante em toda a rua, ponto de reunião de gatunos e maconheiros, prostituição da mais baixa espécie e de prédios bastante arruinados. (in JORNAL A TARDE, 1967, p. 69 apud PALÁCIOS, 2009, p. 82)

Acontece que a “tolerância” do governo com a ocupação popular e negra do centro da cidade não permaneceu apenas nos intentos repressivos da gestão policial dessa desordem periférica. Os processos de valorização desse espaço urbano metamorfoseiam-se, tencionam o ingresso de áreas estigmatizadas do centro nos meios e circuitos de acúmulo de capital pela apropriação desses territórios. Logo, as ações espoliatórias do Estado investiram sobre as práticas socioespaciais e os respectivos espaços dessa classe trabalhadora negra, desta feita, fundando uma mercadoria de teor cultural. De tal modo, a concepção do centro antigo de Salvador como patrimônio histórico e cultural incorpora as edificações, ruas, monumentos e as manifestações da cultura negra em um extraordinário produto comercial.

O desenvolvimento brasileiro, diligente em seguir o receituário dos países europeus, tem diante de si um novo olhar sobre a cidade antiga, seus monumentos e

edificações. Como se passasse da água ao vinho, da rejeição ao apreço, de repente o território do Centro transita para uma valorização justamente pela arquitetura colonial e por sua cultura negra, que até então eram objetos de desprezo. Todavia, não há milagre nesse inovador “olhar”. O que se afirma é uma nova forma de apropriação ou de uso desse ambiente construído, uma valorização econômica no rastro da acumulação de capital por segmentos privilegiados.

Até o início do séc. XX, o urbanismo idealizado em nada condizia com a atual visão preservacionista do patrimônio arquitetônico. A marcha do progresso prevalecia com um caráter demolidor sobre as edificações da cidade. A abertura da Avenida Sete de Setembro provocou a destruição de parte de um conjunto arquitetônico dos séc. XVIII e XIX, inclusive a demolição da igreja Matriz de São Pedro e do Convento das Mercês; também o alargamento da Avenida Carlos Gomes destruiu parte dos quintais das edificações adjacentes (FERNANDES; GOMES, 1993). Nesse sentido, professores de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Bahia esclarecem sobre o urbanismo moderno por essas terras:

(...) a constituição de uma prática urbanística em Salvador não se diferencia do que pode ser observado, na mesma época, em outras cidades brasileiras. Calçada nas velhas e já mencionadas preocupações estético-viárias e sanitárias, este padrão de intervenção incorpora o fato de o funcionamento da cidade ter se tornado tributário de sistemas técnicos (transporte, distribuição de água, esgotamento, energia, telefone, etc.), embora ainda não incorpore a pretensão de pensar nem de intervir de uma forma global na cidade. Atributo de engenheiros politécnicos, este tipo de “urbanismo” tem nos estreitos limites das técnicas setoriais que mobiliza, seu horizonte de complexidade intelectual para análise e proposição da cidade. Preso às formulações iluministas da cidade enquanto “escola de civilização”, busca a ruptura com o passado colonial. Sua relação com a história é, pois, de negação do antigo, daí vindo seu caráter destruidor e reformista, pautado por rigorosa geometrização e despreocupado com as pré-existências. (FERNANDES; SAMPAIO; GOMES; 1995, p. 759)

Um evento paradigmático para o fim desse modelo de urbanização é a demolição, em 1933, do antigo templo da Sé Primacial do Brasil (a primeira catedral do país), situada justamente na Praça da Sé, no Centro Histórico de Salvador. Em seu lugar abriu-se uma linha de bonde, o que gerou a denúncia de importantes intelectuais locais (FERNANDES; SAMPAIO; GOMES; 1995). Essa reação apresenta-se como um marco importante na resistência a essa concepção de urbanismo predatório.

Dois anos depois desse episódio, os governos estadual e municipal, com a participação de associações e entidades da sociedade civil, organizam em Salvador a

Semana de Urbanismo. Dentre as conclusões finais do evento destaca-se a preocupação com a conservação e restauração do patrimônio histórico, incluindo a afirmação de Salvador como “monumento nacional” (FERNANDES; SAMPAIO; GOMES, 1995: p. 780). Essa ruptura demonstra o quanto aquela conferência reflete à tendência internacional, que surge da reconstrução e resgate das memórias urbanas dos países após a segunda guerra mundial²⁴.

Toda essa nova mentalidade e suas experiências nacionais representam uma modalidade de mercantilização do cenário urbano. O cuidado na recuperação e preservação de monumentos e de áreas urbanas deterioradas, em todo o mundo, passa a ser planejado de modo a torná-los atrativos turísticos. Uma inovadora forma de entretenimento, que tem por objeto o aproveitamento econômico de um determinado território, com potencial arquitetônico, cultural e histórico, ao que se reporta o ambíguo título de “Centro Histórico”. Portanto, o antigo centro de Salvador passou por uma transição urbanística em que foram despertados interesses dos capitalistas com a exploração do turismo, do comércio, da especulação imobiliária. Interesses que as políticas dos governos desde então demonstram avaliar.

²⁴ Nesse sentido, Lysiê Reis destaca que as discussões sobre a preservação das “áreas de valor monumental” tem por marco a Carta de Atenas de 1933, mas somente a partir da década de 50 tornam-se mais sistemáticos os conceitos e as normatizações. A própria noção de “Centro Histórico” surge apenas na década de 60 com codificações destinadas a preservação do patrimônio arquitetônico na França e, principalmente, na Itália (REIS, 1998, p.48).

CAPÍTULO III - CIDADE MERCADORIA: AS CONDIÇÕES DA FORMAÇÃO DO MERCADO FUNDIÁRIO E IMOBILIÁRIO

3.1 Afinal, como o espaço urbano de Salvador vira negócio?

O uso do espaço urbano de Salvador é indissociável de sua sociedade, do seu modelo de desenvolvimento. Conforme já foi explicitado, a cidade tem as suas estruturas e fluxos, as mudanças em seu processo de urbanização. Desde o século XIX, essa sociedade passa por profundas alterações na estrutura social e nas relações de produção, constituindo novas dinâmicas sobre a cidade. Entre continuidades e transformações, a atual segregação socioespacial (que divisa territórios entre as distintas classes sociais e suas frações) reflete um processo de (re)produção urbana, no qual a luta pela apropriação do centro de Salvador e de suas periferias encontra uma reconfiguração das relações entre as classes sociais e o Estado.

O curioso é que esses novos padrões sociais e econômicos estão diretamente vinculados à indústria moderna. Pode parecer estranho acreditar que os atuais conflitos pela apropriação do espaço urbano de Salvador, por exemplo, possuam algo relativo à indústria, quando esta nem sequer figura entre suas atividades, quando Salvador é conhecida por uma “urbanização sem industrialização” (OLIVEIRA, 1980). Notadamente, não se trata de quaisquer mudanças, mas de uma revolução que mundo afora alcança e transforma as experiências dos homens sobre o espaço e o tempo.

A organização industrial consagra um modo de produção, que impregna as relações sociais, as funções de Estados-nacionais, as formas como são e vivem as classes sociais. O cenário basilar é o centro urbano, onde todo esse movimento ergueu as fábricas, logo edificou os “arranha-céus”, os complexos sistemas viários, os shoppings, entre outros símbolos construtivos dessa modernidade. Todavia, a imensidão e a amplitude das realizações da sociedade industrial impressionam tanto quanto a desigualdade que lhes dá sustentação.

As condições sociais e econômicas do processo de industrialização, desde sua origem, remontam a um imenso adensamento populacional nas cidades, a insuficiência de empregos, de moradias e a condição de miséria e confinamento da classe trabalhadora. Friedrich Engels, na sua obra “a situação da classe trabalhadora na Inglaterra” de 1845, descreve essa intensa e acelerada urbanização, cuja lógica de

produção capitalista industrial, àquele tempo, Londres estendia como um novo padrão de desenvolvimento em todo o mundo. Toda essa dinâmica desigual nas cidades, assentada na reprodução do capital através da exploração do trabalho nas fábricas, tem por base um processo de acumulação primitiva, por sinal, proveniente da espoliação colonial sobre a qual o Brasil tem larga história.

A fim de compreender esse sistema, importa enfatizar seus pressupostos elementares, constituídos justamente por meio do processo de acumulação primitiva. No que é fundamental, tem por base a espoliação ou despossessamento da terra e dos meios de produção, ou seja, a proibição do acesso aos meios autônomos de vida aos trabalhadores. Por isso, não lhes é permitida a produção independente de sua subsistência. Deste modo, os trabalhadores tiveram de se submeter ao modelo de produção industrial, produzindo mercadorias, que poucas vezes podem consumir mediante o salário recebido pela venda de sua força de trabalho.

Sob essa ordem, os bens necessários para a vida da classe trabalhadora, como é o caso da habitação, são tomados pela lógica da propriedade privada, há uma mercantilização da economia (sob o domínio do valor de troca), de modo que os trabalhadores espoliados dos meios autônomos de vida passam então a sustentar o consumo com a exploração de seu trabalho. Ao fim, o capital comanda a experiência sobre o tempo e o espaço do trabalhador, retirando-lhe o domínio sobre si mesmo.

A industrialização no Brasil acompanhou essa lógica de estruturação da sociedade e do espaço, de “forma desigual e combinada”, constituindo um processo de urbanização com as particularidades de seu desenvolvimento. **Contudo, importa-nos responder quais aspectos estruturaram a dinâmica de apropriação do espaço urbano de Salvador, tornando-o um lucrativo negócio para o empresariado?** Para conhecer essa aderência da (re)produção urbana da cidade de Salvador à moderna lógica de produção do espaço é necessário embrenhar-se mais nessa “transição” entre a acumulação primitiva e a reprodução do capital.

Ao reportar o processo de urbanização soteropolitana à lógica urbano-industrial reconhece-se, desde já, que houve a consolidação de uma hegemonia socioeconômica capitalista. Conforme o já explicitado, por todos os condicionamentos históricos do desenvolvimento da reprodução do capital por essas terras, há uma espécie de integração que compõe a mecânica capitalista periférica, de modo que mesmo o conjunto dos trabalhadores informais e desempregados, assim como as relações não

tipicamente capitalistas atendem às condições de exploração (OLIVEIRA, 2013)²⁵. Por aqui a industrialização tem “calças curtas” e efeitos nefastos sobre os padrões de trabalho e vida da classe trabalhadora.

No entanto, a manutenção de arcaísmos estruturais não se restringe às particularidades da reprodução do capital. Há nessa formação social uma relação combinada desta reprodução com a manutenção de processos espoliatórios. Aliás, admitir essa conjugação implica no sustento de uma hipótese bastante controversa: de que a acumulação primitiva, desenvolvida ao longo da história de origem colonial e escravista do Brasil, não somente gerou a formação do capital, que constituiu a reprodução capitalista atual, como ainda permanece a alimentá-la²⁶. Esse ponto de vista foi desenvolvido ao longo desta pesquisa, recusando, por outro lado, a visão linear de uma sucessão progressiva na história, uma evolução pela qual as formas primitivas de acumulação só teriam se desenvolvido na “pré-história” do capitalismo.

Sob esse viés, o que se reivindica é a dialética da relação entre a espoliação e a exploração da classe trabalhadora, entre acumulação primitiva e reprodução do capital. No Brasil, não faltam situações cotidianas de retiradas violentas da posse dos trabalhadores de seus territórios no campo e na cidade ou de trabalhadores em situação análoga a escravidão. Não é de agora, que tais práticas espoliatórias sustentam privilégios de uma hierarquia social racista, bem como garantem a continuidade dessa específica ordem social burguesa.

Portanto, descobrir os mecanismos da atual (re)produção urbana de Salvador não é tarefa adstrita à pesquisa dos fundamentos de uma transição histórica para uma sociedade industrial, entendida como uma etapa que se encerra no passado. É preciso desnudar como esses processos combinados e permanentes de acúmulo e reprodução do capital estão relacionados com a constituição da propriedade privada capitalista. Eis a chave do desenvolvimento das relações sociais capitalistas sobre o espaço até os tempos atuais. Deste modo, seguimos com o intento de desvelar essa mercantilização urbana em Salvador, cujas transformações seguiram o seu itinerário de escassez e competição.

²⁵ Sobre esse tema, rever o tópico “Aspectos gerais do capitalismo periférico de Salvador”.

²⁶ Sobre esses processos relacionados, ver em “O capital” de Karl Marx, o capítulo XXIV, “A chamada acumulação originária”.

3.2 Trocando em miúdos: a privatização de Salvador

Na prática, a dinâmica do capital avançou de modo contraditório e gradual sobre o espaço urbano de Salvador. A transferência do custo da moradia (assim como o gasto com o transporte) do empresariado para os próprios trabalhadores, mecanismos de superexploração da força de trabalho, impuseram resistência ao ingresso do capital na produção da habitação. Nesse contexto, mesmo marcada pela insuficiência econômica, a grande necessidade popular cumpre papel importante na constituição do mercado imobiliário e fundiário. Não obstante, na primeira metade do século XX, o crescimento da favelização mobilizasse políticas punitivas e de higienização social, é justamente a apropriação privada das camadas populares, que mais expande o tecido urbano e gera a elevação da renda fundiária²⁷ (BRANDÃO, 1980).

A escassez da demanda solvável permitiu que a ocupação popular de áreas sem uso fosse admitida e até estimulada por alguns proprietários, que assim detinham rendas e conquistavam alguma valorização de suas terras. Entre as décadas de 30 e 40, delineava-se uma incipiente especulação imobiliária a partir de projetos de loteamento, que envolveu o aumento das habitações precárias (ARAÚJO, 2010). A partir de então, o acesso da população de baixa renda à moradia, como explica Carvalho e Pereira (2006):

(...) esteve vinculado a processos de parcelamento improvisado e autoconstrução, envolvendo invasões, os loteamentos clandestinos e outras formas de moradia deficientes de atributos de habitabilidade, que constituem a ocupação informal na área urbana. Informal, no sentido de que se constituíram a revelia dos parâmetros urbanísticos estabelecidos (...) (p.138)

Regra geral, os cortiços e mocambos eram tratados pelo planejamento do Estado com a perspectiva de erradicação, por ora, buscando contê-los em zonas provisórias a serem substituídas por habitações operárias, em razão da expectativa de uma universalização do operariado moderno²⁸. Esse desenvolvimento, entretanto, não

²⁷ Segundo Ângela Gordilho, as ocupações da população pobre fazem com que o valor da terra urbana superasse a rural, à medida que agregou maior quantidade de trabalho morto ao espaço. (Souza, 2000b apud SANTOS J, 2013)

²⁸ Em 1943, a Prefeitura Municipal contrata o engenheiro Mario Leal Ferreira para desenvolver um plano de urbanismo da cidade, o que resultou em 1948 em um código de urbanismo, responsável por um processo de zoneamento de Salvador que traduzia a expectativa de desenvolvimento. Por outro lado, em outubro de 1944, o Decreto-lei nº 347, em sua descrição, “estabelece normas para a extinção das habitações conhecidas pelas denominações de mocambos, cortiços ou casebres e dá outras providências”.

aconteceu e a precariedade das habitações da classe trabalhadora expandiu-se sobre o espaço urbano de Salvador.

Logo, a relativa tolerância dos proprietários com as ocupações espontâneas encontrou seus limites no aumento do preço do solo. Principalmente, na década de 50, os conflitos pela apropriação do espaço urbano ascendem com a resistência à ocupação dos espaços vazios ou sem uso. Escasseiam as oportunidades de apropriação direta e consensual com o cercamento de lotes e domínios do solo da cidade²⁹. Vale ressaltar que, no cerne da valorização mercadológica desse meio de realização humana e de satisfação da necessidade fundamental por moradia, o estatuto da propriedade privada impõe-se como central instrumento de dilapidação dessa classe trabalhadora.

A produção capitalista organiza-se com o fim último de realizar um excedente que é apropriado de modo privado. Nesse sentido, o processo de acumulação primitiva cria as condições para a reprodução do capital e, de tal modo, funciona como uma negação da posse em favor do domínio da lógica da propriedade privada, abrindo caminho para a mercantilização da realidade humana. A dialética dessa negação do domínio útil da classe trabalhadora sobre o espaço urbano revela o movimento de subsunção à propriedade direta, exercida na produção capitalista do espaço no âmbito do mercado imobiliário e fundiário.

Esse processo transcorreu de modo controverso em Salvador, abarcado pelos limites impostos por uma estrutura social, econômica e fundiária de fortes resquícios coloniais. A legalidade do direito de propriedade obteve pouca estabilização diante dos privilégios perpetrados pelo regime de ocupação e uso do solo. Sob a autoridade da enfiteuse, todos ocupantes eram foreiros, rendeiros ou apenas ocupantes, ou seja, este regime tornava impenetrável o domínio do solo sob a lógica da propriedade privada. Por isso, mesmo para as camadas sociais de renda mais alta, as invasões interessavam por abrirem brechas no controle do solo, permitindo a produção de habitações, serviços de transporte, circulação de mercadorias e a própria especulação (BRANDÃO, 1980: 134).

²⁹ O fechamento das propriedades urbanas à ocupação direta gerou o aumento dos preços de aluguel, o que foi um reflexo da elevação do preço do solo. A fim de enfrentar esse problema, que afetava bastante a classe média, o governo nacional cria legislação de controle dos preços dos aluguéis. Essa medida, no entanto, desestimula os investimentos na produção de imóveis de aluguel, ao tempo que impulsiona ainda mais os loteamentos irregulares e ocupações. Desse modo, “entre 1950 e 1970, a participação de domicílios alugados, em Salvador, reduziu-se no conjunto dos domicílios particulares, de 60,9% a pouco mais de 36,5%” (BRANDÃO, 1980, p.135).

As ocupações populares representavam furos na “muralha” do regime de posse de Salvador e o que estava por vir far-se-ia, justamente, com base em seu desapossamento.

Essas barreiras à mercantilização do espaço urbano de Salvador, somente a partir da década de 60, seriam superadas em um importante ciclo de acumulação primitiva do capital. Entendido aqui o primitivo pelo uso de violência, fraude, corrupção no processo espoliatório do solo da cidade. Assim, teve lugar a privatização do espaço urbano, formando monopólios ou oligopólios usurários da rentabilidade especulativa, cuja composição deve-se, em grande medida, a favorecimentos, negociatas e fraudes com a fundamental participação do Estado, inclusive na cassação das posses dos trabalhadores por reintegrações, desapropriações, entre outros meios legais e, por vezes, ilegais.

Em Salvador, para que a habitação como serviço de consumo coletivo pudesse ser entregue a rentabilidade, o Estado passa a intervir decisivamente na conformação do espaço urbano. Não obstante as empresas de construção civil expandissem, ainda na década de 40, a produção capitalista de habitações na cidade para grupos de média e alta renda, a crise de realização a que chega à década de 60 somente seria superada pela ação dos governos, principalmente após o golpe de 1964 (BRANDÃO, 1980). Diante do intenso exercício da posse sobre o espaço como domínio útil e necessário à habitação do conjunto da classe trabalhadora, o Estado promove um importante ciclo de acumulação primitiva de capital contendo e reprimindo as ocupações populares, assim como garantindo um radical processo de privatização e concentração da propriedade fundiária.

Nesse sentido, esclarece Brandão (1980):

Desde o início da década de 1960, aceleravam-se as gestões visando a maior intervenção do Estado, tanto na produção de uma ideologia de reordenamento urbano, em que se coloca como meta prioritária a extinção de áreas de subabitação, pretextando a intensificação da ação repressiva contra as ocupações primárias, quanto na edição de instrumentos normativos capazes de remover outros obstáculos à plena mercantilização do solo. Não é outro o sentido da pretendida ofensiva do último e breve Governo eleito de Salvador (março de 1963 a março de 1964) contra a alegada “indústria” das invasões e em favor da expansão de serviços e da revisão dos códigos municipais, sem mencionar os planos de desenvolvimento urbano, elaborados para várias cidades, que, pelo meado da década, seriam financiados por fundos federais. (p. 139)

Um passo fundamental para abrir as portas para a reprodução do capital sobre o espaço da cidade foi a aprovação na Câmara Municipal do decreto-lei 2.181/1968, que permitiu à compra por particulares da propriedade plena de milhões de metros

quadrados de terras pertencentes ao Município. Este decreto, referente ao período da gestão de Antônio Carlos Magalhães (ACM) na prefeitura, regulamentou a reforma urbana do município de um modo abertamente fraudulento. O leilão ocorreu no natal e significou a venda a baixo custo de 21 km² de terras do município a alguns poucos agentes privados, que tiveram o privilégio de controlar parcela expressiva das terras da cidade.

A partir desse momento, o espaço urbano de Salvador torna-se, enfim, como no “último dia da criação”, um negócio sob o controle da especulação e do capital. Na base desse processo, há a transferência pelas empresas, tanto dos custos da moradia para o trabalhador, quanto dos custos da infraestrutura urbana necessária a sua produção para o Estado. À medida que se estabelece o domínio por alguns grupos privados de extensões de terra da cidade, os investimentos públicos de governo passam a seguir tais ocupações privadas, garantindo o processo de valorização especulativa em favor do setor imobiliário e da construção civil.

Portanto, há um acúmulo de capital originário da (re)produção do espaço urbano sob o controle de grupos privados, ao qual o Estado serve estruturalmente, fundado sobre a corrupção e a violência de práticas espoliativas. O planejamento urbano do Estado escolta a especulação-valorização das mercadorias imobiliárias através de investimentos e da legislação de uso e ocupação do solo, tendo na base de sustentação dessa dinâmica a dilapidação de uma grande parcela da classe trabalhadora, empobrecida e negra (o que denuncia os resquícios escravistas em seu modo de produção).

Na prática, o exercício da propriedade privada sobre as terras soteropolitanas não tem limitados os seus excessos atentatórios contra a dignidade da população. Quando convém aos interesses do capital, o estado de ilegalidade funciona como um efetivo instrumento de negação da posse dos trabalhadores sobre o espaço urbano. A mercê dos fluxos dos interesses imobiliários, uma fração expressiva da classe trabalhadora vive em moradias precárias, sem infraestrutura urbana e sob a frágil condição de informalidade da posse, quando não são expulsos para que saiam do caminho do processo selvagem de acumulação. Assim, fez-se (e permanece a transcorrer) o enredo da expansão urbana de Salvador na constituição da dinâmica que nutre a sua reprodução capitalista:

A abertura das avenidas de vale extirpou do tecido urbano mais valorizado um conjunto significativo de assentamentos de população pobre, que ocupavam tradicionalmente os fundos até então

inacessíveis dos numerosos vales de Salvador. Além disso, o governo municipal erradicou invasões populares localizadas na orla marítima. (CARVALHO; PEREIRA, 2006, p.86)

Importante observar que mesmo os investimentos do Estado na construção de habitações populares funcionaram, essencialmente, como meio de realização do acúmulo de capital destinada ao setor da construção civil, abrindo novas fronteiras à especulação imobiliária. Na prática, os programas tiveram resultados pouco expressivos no quantitativo da população beneficiada frente à demanda potencial (ARAÚJO, 2010). Destaca-se, nesse sentido, a partir da década de 1960, a política de habitação nacional que decorre da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Na visão de Lúcio Kowarick (1979), as espoliações “se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida à classe trabalhadora” (p.41). Para a grande massa de trabalhadores informais ou assalariados no valor mínimo, a necessidade da moradia resolve-se com o aluguel de barraco ou construção da casa própria, o que rebaixa a tal ponto os salários pagos pelo empresariado, de modo a nem sequer cobrir os custos com a sobrevivência. Mais especificamente, para o citado autor,

Colocado no âmbito das lutas sociais, o processo de espoliação urbana, entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, tem direito. (KOWARICK, 1979, p.73)

De fato, a ordem socioespacial brasileira foi constituída por sobre a dilapidação extremada dos trabalhadores. A existência de um vasto exército de reserva pouco permite a classe trabalhadora racionar do excedente do processo de acumulação, sendo este fator determinante dos altos níveis de exploração e espoliação a que são submetidos. Tal fator é característico dos países de capitalismo periférico e aprofundado nesta sociedade soteropolitana tão desigual e racista. Porém, é preciso advertir sobre a diferença fundamental entre espoliação e exploração como processos distintos, ainda que articulados.

Ao tratar da espoliação na (re)produção do espaço urbano refiro-me a uma reiterada dinâmica, que se caracteriza pela constituição de novos capitais, o que se faz de forma violenta, ilícita ou ilegítima. Distingue-se do processo que aumenta o volume de capital por meio da mais valia extraída da exploração do trabalho, ou seja, que se reproduz a partir de um capital já constituído. A coexistência desses processos ocorre

porque, de modo geral, embora haja uma generalização das relações sociais de produção capitalistas, a sua reprodução não se impõe sobre todas as dimensões da vida humana e realiza-se com diferente alcance nas diversas formações sociais.

3.3 Planejamento Urbano, Estado e governo

Em um nível mais geral e abstrato, o exercício do poder do Estado sobre o urbano é caracterizado pelo esforço de regular a relação capital-trabalho, garantindo as condições gerais de acumulação do capital, ao tempo em que atende parcialmente, dentro de certos limites, às necessidades de reprodução da força de trabalho. Sob a ótica dessas relações sociais de produção fomos convocados a analisar o papel de regulação do Estado, que, no Brasil, tem origem na revolução burguesa dos anos 1930 e passa por muitas transformações até a chegada do momento atual. A partir desse ponto de vista, percorremos neste trabalho de pesquisa (ainda que parcialmente) a relação do Estado com os setores populares na produção da cidade de Salvador e do seu antigo centro.

Contudo, dentre os aspectos fundamentais dessas relações de produção interessamos sublinhar a natureza do planejamento urbano do Estado. Há diversas formas de análise dos discursos e práticas do Estado sobre o espaço urbano, diferentes olhares e percursos que se podem traçar. Afinal, quando falamos das práticas socioespaciais do governo e do Estado, do que estamos falando?

Na realidade brasileira, a adequação ao processo de urbanização capitalista, com sua nascente industrialização, encontrou a sua matriz em um planejamento intimamente controlado pelo Estado sob a influência do keynesianismo e do fordismo (OLIVEIRA, 1978). Com o imenso fluxo migratório da população da zona rural para as grandes cidades ao longo do século XX, o planejamento modernista (funcionalista) dos governos assume uma enorme importância no desenvolvimento urbano para a produção, distribuição, circulação e consumo das mercadorias (MARICATO, 2011). Até a segunda metade do século XX, o urbanismo moderno exercido em Salvador, assim como em outras cidades do Brasil e do mundo, apoiava-se na centralização e na racionalização do aparelho de Estado (MARICATO, 2011).

No planejamento urbano de Salvador, a atuação do Estado passa por diferentes fases: nos anos 40/50, o escritório do Plano urbanístico de Salvador (EPUCS) aponta para a necessidade de diminuição da densidade urbana do centro para periferia; nos anos 60, houve um plano de industrialização, com o redesenho da região urbana de Salvador

como metrópole – criação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), do Centro Industrial de Aratú (CIA) e do Polo Petroquímico de Camaçari (COPEC); nos anos 70, veio o Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB), com a ênfase do desenvolvimento físico-territorial, com aplicação aos fluxos da cidade e a contenção da verticalização (SAMPAIO, 2011).

Em todas essas experiências de planejamento sobressai a preocupação em ordenar a expansão do tecido urbano, que exige uma seletividade comum às intervenções estatais. Na realidade, a modernização urbana tem um roteiro definido, com espaços bem delimitados. De modo geral, a ação racional do Estado decide por incidir tão-somente sobre uma parte da cidade, formal e legalizada (GORDILHO, 2008; MARICATO, 2011). Tudo que está fora da poligonal traçada para a garantia das condições gerais para o acúmulo do capital, não existe na cidade, torna-se invisível à governança. Assim sendo, é preciso reconhecer que, em Salvador, o planejamento urbano do Estado continua a reproduzir relações sociais calcadas em uma profunda negação da dignidade e do direito à cidade a sua classe trabalhadora negra.

Assim como transcorre na regulação sobre a relação capital-trabalho, o Estado reproduz as relações de classe nas suas políticas de ordenação do espaço urbano. À vista, as ações estatais mediante coerção exibem o seu amparo a mais concreta segregação socioespacial nas cidades brasileiras, privilegiando com infraestrutura e oferta de serviços, principalmente, os bairros de classe média.

Desse modo, a despeito das diferentes fases do planejamento urbano de Salvador, cai por terra a pretensa racionalidade de um Estado de caráter universal. Somente os homens e suas respectivas classes sociais detém o poder, o que não se poderia inferir a “máquina pública”. Portanto, para discernir a classe politicamente dominante basta identificar justamente aquela que tem assegurada pelas políticas estatais seus privilégios na estrutura produtiva.

Acontece que refletir sobre o poder do Estado na urbanização em uma determinada territorialidade como o Centro Antigo de Salvador, nos faz considerar os limites desse ângulo de análise. Neste caso, a explicitação do caráter sistêmico do Estado mostra-se insuficiente para conhecer como se realizam os interesses nos diferentes contextos e períodos históricos. Se não nos inclinamos na análise dos processos organizativos internos do aparelho de Estado numa conjuntura concreta, há o risco de abstrair o Estado da realidade econômica, social e da própria política.

Em termos conceituais, pode-se considerar que esse planejamento urbano estatal tem suas decisões, de ordem política e econômica, definidas sobre o consenso conquistado pelas alianças de um bloco histórico, que conforma a hegemonia de uma determinada classe social (PORTELLI, 1977). Vale ressaltar que, para além da classe politicamente dominante, cuja hegemonia faz prevalecer seus interesses, existe o grupo governante com seu controle sobre os aparelhos de Estado.

Duas dimensões fundamentais de análise apresentam-se: de um lado, o poder do Estado e, de outro, o poder do governo. Importa a distinção entre Estado e governo como complementares, de modo a evitar os excessos teóricos ou do empirismo. Se buscamos afastar o determinismo estrutural de um “Estado da classe dominante”, tampouco se mostra satisfatória a ótica estritamente empírica e conjuntural da relação dos governos com o espaço urbano.

A partir de uma visão da “política pública” sobre o urbano, o risco é de fazer-se crer em um Estado neutro, “tábula rasa” e desistoricizado. Em suma, a ameaça é o de se perder a visão do próprio Estado enquanto totalidade social, para tecer explicações no âmbito da materialidade das ações de governo.

No contexto de ordenação e de intervenções urbanísticas sobre o antigo centro de Salvador, comerciantes, ocupantes populares, especuladores, capital imobiliário, trabalhadores informais e ambulantes, entre tantos outros, concorrem pelo conteúdo da política do Estado. Em uma realidade como esta, de luta entre grupos, classes e suas frações, a disputa pelo controle ou pela influência sobre o Estado ocorre em razão do amplo reconhecimento da importância dessa instituição. Isso porque esta possui organização própria e capacidade de definir a aplicação e distribuição de recursos diversos na sociedade (político, ideológico, econômico).

O objetivo de acessar o poder efetivo do Estado por diversos setores sociais demonstra como as realidades, de um lado, da luta na sociedade entre as classes e suas frações e, de outro, do Estado como instituição em disputa, são distintas e possuem certa autonomia. Essa “relativa autonomia”³⁰ aparece na relação concreta de conquista do centro decisório e de administração dos recursos institucionais, à medida que as classes e suas frações, para tornarem-se politicamente governantes, precisam lutar entre si pelo

³⁰ Justamente sob esse caráter conjuntural, Nicos Poulantzas (1980) reconhece a existência de uma autonomia relativa do Estado capitalista diante do campo da luta de classes.

controle ou influência sobre outro domínio – do sistema de aparelhos de Estado – que não possuem desde já (POULANTZAS, 1980).

Por essa razão, a análise das práticas socioespaciais dos sucessivos governos no Centro Antigo de Salvador têm importância central nessa pesquisa, inclusive como mediação na determinação de sua condição de classe. A natureza do planejamento urbano de Estado envolve a dialética entre Estado e governo, entre poder e aparelho de Estado. Desse modo, sem perder de vista a análise estrutural precedente nesta pesquisa, interessa seguir na percepção relacional entre governo e classes subalternas, desta feita, a partir de uma experiência empírica e conjuntural, no exercício concreto de disputa de pautas e rumos das políticas de planejamento urbano.

3.4 Como vender o centro de Salvador?

O Centro Histórico de Salvador (CHS) corresponde a uma área de 78,24 hectares, delimitada por tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1984. Na atualidade, esse espaço urbano é reconhecido, principalmente, por seu conjunto arquitetônico, que registra o passado colonial entre as ruas estreitas, seus casarios, igrejas e monumentos, de modo a incorporar um olhar que lhe “reifica” enquanto processo social. Um urbano feito cenográfico, conservado quase como um museu de antiguidades, que, em verdade, busca calar a cidade da vida real, dinâmica, conflituosa, objetivada por um conjunto de processos sociais de disputas pelo espaço urbano. O Centro Histórico é assim concebido como o palco de um espetáculo cujos protagonistas não são seus habitantes, continuamente, expulsos, tirados de cena, mas as fachadas das edificações.

A concepção do centro histórico como artefato disposto à contemplação resulta de uma reorientação quanto ao uso desses sítios. Desde a semana do Urbanismo em 1935 e da prática de seu ideário com a implantação do EPUCS surge nas intervenções dos governos uma preocupação com o patrimônio físico, os monumentos e as edificações do antigo centro de Salvador. Esse reconhecimento da necessidade de preservação do patrimônio foi institucionalizada em uma política patrimonial, que colaborou para refrear as intervenções modernizadoras (BITTENCOURT, 2011). Entre 1939 e 1945,

muitos foram os monumentos tombados pelo IPHAN, tais como a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco e a Catedral Basílica de Salvador, ambas em 1938³¹.

Entretanto, o centro de Salvador somente transita para uma reconsideração mais incisiva de sua importância em meados do século XX, quando era identificado como lugar degradado pela pobreza e conhecido por suas casas de prostituição. Por trás dessa oscilação há a apropriação de experiências de países europeus, que no pós-guerra tornaram a restauração do patrimônio arquitetônico uma saída para reversão do quadro de depressão econômica (MOURAD, 2011; GOTTSCHALL & SANTANA, 2006)³². Desde então, a consciência de preservação das construções históricas assume o urbano como vitrine cultural, com vistas à exploração econômica, sobretudo, via o turismo.

A fim de consolidar esse projeto de cidade para o turismo cultural, o Centro Histórico de Salvador passa a ser alvo do planejamento urbano do Estado. Nesse sentido, um primeiro passo é dado em 1959, quando Salvador torna-se a primeira grande cidade brasileira a ter parte da sua área central tombada como patrimônio histórico e artístico nacional (SANT'ANNA, 2004). Essa medida dá a tônica do que estaria por vir: a intervenção e o domínio direto das administrações públicas, seja municipal ou estadual, sobressaem na gestão urbana sobre esse sítio, em distintas conjunturas e com diferentes composições. O Estado se projeta como o principal agente da urbanização local³³, conforme se pode atestar na história de sua constituição, fundada na espoliação por decretos.

Em resumo, podem-se destacar entre os estudiosos os seguintes períodos da urbanização do CHS (GOTTSCHALL & SANTANA, 2006; MOURAD, 2011; GORDILHO, 2008; NOBRE, 2003; SANT'ANNA, 2004):

- Com a assessoria da UNESCO (provocada em 1967) e incitado pela concepção de turismo cultural, o Governo do Estado da Bahia cria a Fundação do

³¹ A lista de tombo completa pode ser consultada no site do IPHAN.

³² Lysiê Reis destaca que as discussões sobre a preservação das “áreas de valor monumental” tem por marco a Carta de Atenas de 1933, mas somente a partir da década de 50 tornam-se mais sistemáticos os conceitos e as normatizações. A própria noção de “Centro Histórico” surge apenas na década de 60 com codificações destinadas a preservação do patrimônio arquitetônico na França e, principalmente, na Itália (REIS, 1998, p48 apud BITTENCOURT, 2011, p.67).

³³ Essa colocação, entretanto, não significa uma ausência de estímulos e ações do setor privado. O capital imobiliário, por exemplo, tem feito investimentos no território mais amplo do Centro Antigo de Salvador, o que não afasta a realidade da gestão urbana concentrada na Administração Pública.

Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (FPACBA) ³⁴ e o primeiro de uma série de planos de recuperação, ambos em 1969. Ainda neste ano, a Prefeitura de Salvador cria Zonas de Proteção (regulamentadas pelo Decreto nº 3.712 e pelo Código de Urbanismo e de Obras do Município).

- Em 1977, a FPACBA associa-se, principalmente, com a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER) para elaboração do Plano Diretor do Pelourinho (PLANDIP). No ano seguinte, criam a lei estadual que trata do “tombamento de bens de valor cultural”, o que estimula, na década de 1980, o município a definir a “Área de Preservação Rigorosa” pela Lei 3.289/83 e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN a ampliar a área tombada;
- Em 1985, o reconhecimento como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO traz visibilidade ao CHS, o que impulsiona duas significativas intervenções: em 1986, pela Prefeitura de Salvador, na administração de Mario Kertész; e, a partir de 1991, pelo Governo do Estado da Bahia, na administração de Antônio Carlos Magalhães, que inicia o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador com grandes investimentos públicos e ampliação do aparato de regulação urbana para região;
- Em 2007, o Governo do Estado sob a administração de Jacques Wagner (do PT) cria o Conselho Gestor do Centro Antigo de Salvador³⁵, o Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador – ERCAS³⁶ e amplia a área de intervenção do Plano de Reabilitação Participativo ao Centro Antigo de Salvador, para abranger também os bairros do entorno do CHS.

Em todos os diferentes momentos da gestão urbana do centro histórico há um desenvolvimento dos aparelhos administrativos e burocráticos do Estado (com uma

³⁴ Em 1983, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia é transformada em Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), uma autarquia vinculada à Secretaria da Educação e Cultura. Em 1984, é instalado o ETELF – Escritório Técnico de Licenças e Fiscalização, através de um convênio entre o SPHAN/FNPM/IPAC e Prefeitura Municipal de Salvador, responsável pela autorização de obras em bens tombados (MOURAD, 2011).

³⁵ “O Conselho Gestor do Centro Antigo de Salvador é composto pelos secretários de: Cultura (que preside o conselho e coordena todas as ações no centro antigo); de Desenvolvimento Urbano; de Turismo; de Promoção da Igualdade; da Segurança Pública. Informações contidas no decreto nº 10.478 de 02 de outubro de 2007. Nesse mesmo decreto, foram previstas quatro Câmaras Temáticas, coordenadas pelo Escritório de Referência” (MOURAD, 2011, p.87).

³⁶ Por força do artigo 6º, do decreto nº 10.478, de 02 de outubro de 2007, o Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador acumula as funções de planejamento e gestão do centro antigo.

concentração atual de poder do Governo do Estado da Bahia). Interessa ressaltar essa prevalência porque ela tem conduzido muitas das pesquisas sobre o processo de urbanização do CHS a uma observação focada à dimensão da política pública do governo. Se por um lado a opção mostra-se adequada diante de tal proeminência, por outro, há o risco de incorrer em certas mistificações dessas políticas, que preveem os sentidos, as funções e a organização da área a partir da esfera pública, racional-científica do Estado.

Ao restringir a gestão urbana à política do governo, neste caso, aos projetos de restauração e revalorização do centro histórico, incorre-se nos artifícios de fórmulas prodigiosas em atender a toda coletividade, aos diversos interessados e classes. A promessa comum é de manter vivo e disponível esse patrimônio da humanidade para todos, como um espetáculo a céu aberto, ao tempo que geraria desenvolvimento econômico e social com benefícios para toda sociedade. Ainda, os planos anunciam alguma preservação aliada ao reconhecimento do folclore afro-americano na Bahia e das suas manifestações locais, minimizando a urbanização reificada com a inclusão do patrimônio cultural³⁷ (ARANTES, 2000). Todavia, a realidade de constante conflito demonstra a existência de uma política de urbanização para além das previsões do Estado e do processo de montagem do cenário histórico, com um quê de inconciliável nas práticas e interesses.

3.5 Emoldurar a realidade: a transformação da vida no centro em excursionismo

Um marco fundamental dos recentes conflitos suscitados pelas intervenções urbanas ocorre, justamente, no ano de 1967, quando o centro alça importância como vetor de desenvolvimento do turismo com ações da Prefeitura Municipal (sob o

³⁷ O conceito de patrimônio cultural, que ganha em importância a partir da década de 80, foi assim consagrado na Constituição de 1988:

“Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

comando de Antônio Carlos Magalhães) e com a criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia pelo Governo do Estado. Nesse mesmo ano, a referida fundação inicia seus trabalhos com um Levantamento Socioeconômico, atendendo a solicitações da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Prefeitura, como parte de um projeto de recuperação de Centro Histórico de Salvador e aproveitamento do seu potencial no turismo cultural.

A conjugação entre preservação e turismo surgia como proposta a partir das recomendações do Relatório Preliminar apresentado a UNESCO pelo seu consultor, o então inspetor dos Monumentos Históricos do Ministério da Cultura da França, Michel Parent. Acontece que, como sabemos, o antigo centro atravessou um longo processo de decadência, desde a transferência do governo colonial, passando pela concentração econômica e financeira no Sudeste, chegando ao período mais recente de crescimento da cidade e surgimento de novas centralidades. As consequências deste processo despontariam numa contradição social, que no âmbito de consumação dessa proposta de desenvolvimento urbano mostrar-se-ia inadequado à realidade dos moradores do centro.

A ambiguidade do planejamento urbano frente ao contexto socioeconômico era perceptível, tanto ao consultor internacional, quanto aos pesquisadores do IPAC (dentre eles, Gey Espinheira, que seria um importante professor da UFBA). No fim da década de 60, havia o agravamento da situação de desvalorização imobiliária, deslocamento de atividades econômicas e governamentais, bem como a saída das famílias de alta e média renda. O abandono do interesse das classes dominantes consolidou o fim dos investimentos públicos e a apropriação dos casarões em estado precário por uma população negra, de baixa renda e escolaridade. Afinal, relator e pesquisadores depararam-se com territorialidades apropriadas pela classe trabalhadora negra de Salvador, cujo espaço é marcado, decisivamente, pelos sentidos de suas práticas socioespaciais.

A habitação dessa parcela de trabalhadores proporcionou a essa gente mais que uma localização. Permitiu a realização de um conjunto de comportamentos, atividades, formas cotidianas de uso e ocupação do espaço. Os sobrados, os casarões, muitos deles em condições precárias de habitabilidade, foram ocupados pela língua, religiosidade, cultura e identidade do povo negro, porém, sem escapar à própria condição de miséria humana a que é submetida essa fração da classe trabalhadora em Salvador. É,

exatamente, nessas contingências socioeconômicas dos moradores, que reside o obstáculo à harmonia dos planos de preservação e destinação comercial.

A ocupação popular compunha um cenário cotidiano de pedintes, tuberculosos, prostitutas, marinheiros, trabalhadores informais ou desempregados, que reflete um perverso processo de segregação socioespacial e racial. O levantamento censitário de 1967, por amostragem de 1.000 fichas individuais e 251 fichas habitacionais, quantificou uma população masculina de 444 pessoas e feminina de 556. Dentre as mulheres, quase metade delas eram prostitutas. Entre os homens, 14,3% tinham profissões inclassificáveis, 52 eram biscateiros, 129 eram comerciantes, 40 funcionários públicos e 7 estudantes (IPAC, 1969).

Vale ressaltar que a despeito dos estigmas sobre esses moradores, o centro histórico possuía um grande dinamismo cotidiano, nos fluxos de pessoas, no comércio e na força das suas manifestações culturais. Um tanto idealizadas, as memórias comuns dos moradores mais antigos retratam um tempo melhor de convivência e vida entre os habitantes e frequentadores desse território.

No entanto, para muitos dos moradores de baixa renda do centro, cujas vidas revelavam-se como uma constante sobrevida, as referências estéticas e morais burguesas, os bons exemplos de comportamento ideologicamente tecidos no senso comum não se enquadram. Os assaltos, a violência, o consumo de drogas, a prostituição chocam os olhares, que atiram contra esses moradores seus apelos por medidas policiais. A pobreza assusta, impõe medo ao horizonte de vida das elites, por ser uma ameaça à ordem da propriedade privada e a ideologia que lhe dá sustentação.

Mesmo para certo discurso da esquerda, essas pessoas seriam exemplares do “lumpemproletariado”, segundo o vocabulário marxista, população degenerada, uma parcela miserável e inferior dos trabalhadores, desprovida de valores e de consciência política de classe. Portanto, de todos os lados há quem lhes negue direitos fundamentais, à medida que lhes negam a própria humanidade, sem reconhecer os perversos condicionamentos sociais a que estão submetidos.

O prenúncio de um planejamento urbano, que se destina ao consumo turístico do dito centro histórico, tem na ocupação negra e popular um obstáculo à contemplação e ao consumo pelas frações de classe com melhores rendimentos. A discriminação e o temor afastam os consumidores. Por isso, as observações do representante da UNESCO,

tanto quanto do levantamento socioeconômico do IPAC, precisaram passar por um filtro de interesses para tornarem-se um projeto de “revitalização” praticável.

Em meio a todo o abandono e a violência importa discernir o “mais precioso conjunto arquitetônico brasileiro” (IPAC, 1969). Interessava restaurar as centenárias edificações e garantir a infraestrutura necessária à atração de turistas e visitantes. Feitas estas escolhas basilares, as práticas socioespaciais dessa população negra, objeto de rejeição nesse território, precisavam ser contidas, ao tempo que emolduradas em um culto a diversidade cultural. Para vender o Centro Antigo de Salvador foi preciso criar uma imagem higienizada, branqueada e palatável aos olhos dos visitantes (BONDUKI, 2010).

Na atualidade, em consonância com as recomendações referentes à conservação não apenas do patrimônio arquitetônico há um determinado reconhecimento oficial do Patrimônio Imaterial. O ofício das baianas de acarajé obtém esse reconhecimento pelo IPHAN, cujo registro no Livro dos Saberes em 14 de janeiro de 2005 descreve como a “*prática tradicional de produção e venda, em tabuleiro, das comidas de baiana, feitas com azeite de dendê e ligadas ao culto dos Orixás*”. Associadas ao turismo, as baianas passam a compor o espectro de consumo dos visitantes do centro histórico e de Salvador.

A vida dessa gente é transfigurada em uma grande confraternização pacífica e acolhedora: o mito da baianidade não conflituosa. Esse reconhecimento cultural assume uma forma ambígua, à medida que as práticas socioespaciais dos ocupantes populares são rejeitadas em seus condicionamentos de classe (no desemprego, na pobreza, na degradação e na violência), para serem apropriadas apenas nos traços mercantilizados da sua cultura negra.

Ao revelar a realidade desses moradores dos cortiços do Centro Histórico de Salvador ao mundo, o contexto dos prostíbulos e das práticas sociais rotineiras neste espaço, em obras como “Suor”, “Tenda dos Milagres”, entre tantas outras, o escritor Jorge Amado, conhecedor da sabedoria popular – *obá*, não poderia prever que toda essa projeção seria reduzida a forma de mercadoria (ARAÚJO, 2007). A realidade das edificações de uma ancestral América portuguesa, onde vivem negros descendentes de africanos, tudo seria envolto por uma profunda mistificação sobre a realidade desses moradores. Os problemas enfrentados por essa fração de trabalhadores negros seriam

resolvidos no âmbito da apropriação cultural a serviço de um projeto de urbanização, que logo se mostraria tendente a aprofundar a desigualdade social e a violência.

Nas últimas décadas, essa contradição social no desenvolvimento urbano do CHS expressa-se, principalmente, na controvérsia em torno da manutenção da população local. Esses moradores são apontados desde então como causa dos prejuízos à urbanização do sítio histórico, com perda de investimentos públicos e privados, consolidação de uma imagem negativa da área (redução de frequência de visitantes) e a falta de auto-sustentabilidade na conservação do patrimônio edificado (VILLAÇA, 1998). Nessa linha, a solução oferecida para a recuperação da área, historicamente, tem sido as ações de higienização social, ou seja, mais segregação.

3.6 A gestão urbana recente do CHS

Um relatório do IPAC de 1969 antecipava a natureza dos interesses na “revitalização” do centro:

[...] uma das informações requeridas pela ideologia da UNESCO – PREFEITURA DE SALVADOR diz respeito à atitude dos moradores com relação à possibilidade de mudança do local para outros bairros num esquema de financiamento imobiliário a ser estudado pelos órgãos competentes. (IPAC, 1969)

No entanto, a intencionalidade não se resume ao discurso. O Estado assume decisivamente o processo de “revitalização” do CHS com a intensificação das expulsões da população local, a redefinição do uso dos imóveis e do seu espaço urbano para formação de um parque turístico.

Dados do Censo do IBGE indicam que, entre 1970 e 2000, Salvador recebeu 1,4 milhões de habitantes, enquanto a Região do Centro Histórico e seu entorno perdeu quase 54 mil residentes. Considerando que, em 1970, a população do Centro Antigo era de 120,8 mil (12% dos moradores de Salvador), tem-se uma perda de 55% de sua população (GOTTSCHALL & SANTANA, 2006).

Ainda em 1967, intervenções de recuperação da área do pelourinho e destinadas ao turismo foram promovidas pelo prefeito à época, Antônio Carlos Magalhães. O projeto executado em parte, logo em 1969, deu lugar a um Plano Geral de Recuperação da área do Pelourinho, amparado pela proposta da Unesco, o que seria a base para o

plano dos anos 90 (GOTTSCHELL; SANTANA, 2006). Na década de 70, também houve uma tentativa de teor assistencialista de preservação das edificações concentrada no saneamento e na reeducação dos moradores dos cortiços. Entretanto, a degradação do patrimônio material aumenta na década de 80 (BRAGA, 2013).

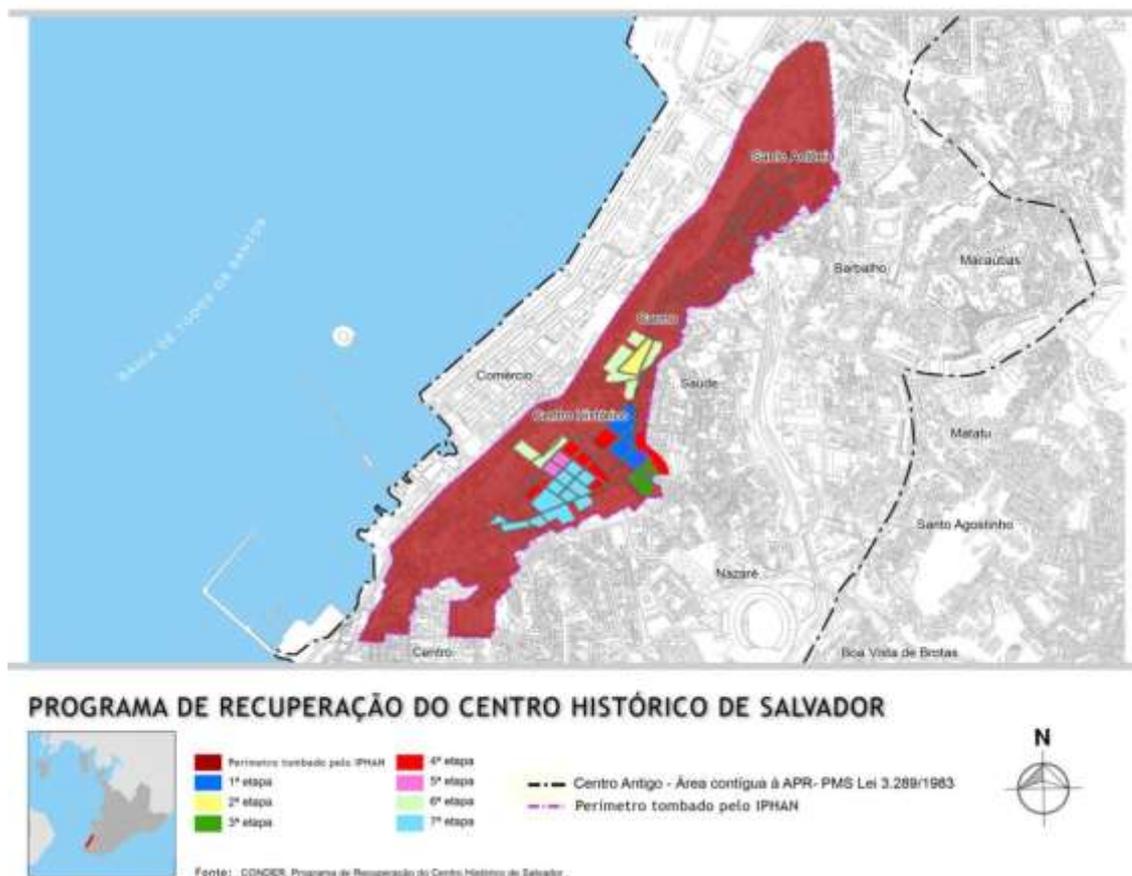
Em 1986, na contramão de toda a política implementada pelo Estado na apropriação do Centro Histórico, Lina Bo Bardi apresenta propostas de intervenção voltadas à preservação da “alma popular” da cidade. Para a arquiteta italiana naturalizada brasileira, a restauração do centro deveria ocorrer como obra e fato humano, ou seja, para além do patrimônio edificado, visava conservar a cultura popular, fortalecendo o uso habitacional e a melhoria das condições socioeconômicas da população local.

A partir da sua defesa pela manutenção dos moradores, produtores da cultura local, o plano geral de intervenções estabelece espaços para um teatro (a se chamar Gregório de Matos), um cinema, centros de estudos e intercambio cultural com Cuba e Benin, bem como a sede do grupo Olodum. Entre outras propostas, algumas efetivaram importantes conquistas como a democratização das praças e largos. No entanto, a sua proposta mais ousada, de reforma de casarões em ruínas da ladeira da misericórdia, com o objetivo de consolidar a habitação da população negra e de baixa renda, não teve continuidade com a sucessão na administração municipal. Logo, toda sua perspectiva de valorização dos moradores locais e de sua cultura foi abandonada.

O Centro Histórico de Salvador há bastante tempo estava associado a diversos movimentos culturais. Os cinemas acessíveis à classe média, assim como a música e a dança nas casas noturnas animavam muito seus territórios até os anos 60. Mesmo quando se aprofunda a decadência do centro com o fechamento desses estabelecimentos e o escasseamento da frequência da classe média, a forte identidade negra mantém esse espaço como referência cultural de Salvador. Entre todas as manifestações ganham destacada visibilidade a organização de grupos como os de capoeira, o bloco Ilê Aiyê (1974) e o Olodum (1979) (BRAGA, 2013).

Nesse contexto, o Governo do Estado da Bahia sob o comando de Antônio Carlos Magalhães inicia, em 1991, o “Programa de Recuperação do Centro Histórico”. O seu Termo de Referência previa o trabalho por subespaços com o processo de recuperação feito em sete etapas e tinha por objetivo a requalificação da área para a atuação do setor turístico (REBOUÇAS, 2012). O Centro Histórico deveria funcionar como um shopping

center a céu aberto, com toda a infraestrutura (água, esgoto e iluminação pública subterrânea) e os serviços necessários à viabilização do consumo e do entretenimento, destinado aos turistas e as classes de renda média e alta.



Para alcançar a restauração desejada era preciso retirar a fração da classe trabalhadora que ocupava aqueles imóveis. A justificativa seria a própria incapacidade econômica desses moradores na garantia da conservação dos imóveis (BITTENCOURT, 2011). Assim como a política higienista do século passado, IPAC condena a pobreza à qualidade de depreciadora da região central.

A recuperação dos imóveis é destinada, da 1ª a 4ª etapas, principalmente, ao uso comercial e de serviços, o que aprofunda ainda mais o processo de esvaziamento habitacional, tornando o CHS um vazio urbano, um parque de compras sem vida humana cotidiana. Ademais, o resultado que mais se esperava não foi alcançado: os investimentos não foram capazes de atrair os turistas estrangeiros e as camadas de alta renda (REBOUÇAS, 2012).

Na quinta e sexta etapa, as falhas na execução das etapas anteriores exigiram revisões. Nessa fase do programa, além da construção de estacionamentos e espaços

culturais (teatro, cinema, praças), alguns imóveis restaurados tiveram destinação habitacional, mas não para aquelas famílias que viviam na região há décadas ou gerações. As unidades habitacionais foram ocupadas por servidores públicos estaduais, mais uma vez, por meio das ações expropriatórias do Estado sobre a fração da classe trabalhadora que originalmente ocupavam os imóveis (FERNANDES, 2006; MOURAD, 2011).

O Poder Público procedeu, sobretudo, por meio de: 1) relocação, o que para as famílias significava a dependência de um aluguel social com seus frequentes atrasos ou a mudança para Conjuntos Habitacionais, sem acesso aos serviços básicos e aos meios de vida acessíveis nas zonas centrais; ou 2) indenização, que significou uma forma perversa de expulsão da população mais pobre, visto que com renda inferior a um salário mínimo, a imensa maioria aderiu pela pura necessidade imediata, mas logo estavam nas ruas em razão do alto custo da moradia (BARROS; PUGLIESE, 2005). Com mais detalhes, Lysiê Reis conta como aconteceu as expulsões até a 4ª etapa:

Na época da inauguração, havia duas etapas concluídas. A primeira etapa, iniciada em 1992 abrangeu 89 imóveis e custou cerca de R\$ 11,2 milhões. Houve protestos de moradores que não queriam sair do bairro, mas a maioria - 399 famílias - optou pelas indenizações e 26 foram transferidas para a periferia, o que acarretou o fechamento de 79 pequenos negócios. A segunda etapa, também concluída em 1993, abrangeu 47 imóveis de dois quarteirões do Carmo e a escadaria do Passo, pelo montante de R\$ 2,8 milhões. Segundo dados do Governo, 176 famílias optaram pela indenização e 18 foram relocadas para casas de aluguel de propriedade do Governo Estadual. Em 1994, foram realizadas mais duas etapas: a terceira, que custou R\$ 3 milhões e abrangeu 58 imóveis; e a quarta, que utilizou R\$ 12 milhões para obras em 140 imóveis e no Cruzeiro de São Francisco. Ao total, nas quatro etapas iniciais que perduraram por dois anos, foram gastos cerca de R\$ 29 milhões. (REIS, 2004, p.4)

As quatro etapas iniciais, entre 1992 e 1995, provocaram a relocação de 1.788 famílias (FERNANDES, 2006). Segundo Uriarte, o programa até a sua sexta etapa significou a “expulsão” de 95% dos moradores, o que a autora explica pelos seguintes dados: “nos 14 quarteirões e 223 imóveis do Maciel/Pelourinho havia 1.314 chefes de família com 3.200 dependentes, dos quais mais de 1.081 chefes foram despejados, abrangendo um total de 2.706 pessoas, e permanecendo na área apenas 233 chefes (e 494 dependentes)” (URIARTE, 2003, 79 apud BITTENCOURT, 2011, p 51). Ademais, o mais perverso dessas ações aparece em dados de uma pesquisa realizada em 2000, que

demonstra a inutilização de 34,6% das unidades imobiliárias recuperadas entre 1992 e 2000 (MOURAD, 2011).

A sétima etapa prevê, entre outros investimentos, a recuperação de 130 imóveis para consolidação de 316 unidades habitacionais e 64 unidades comerciais, o que demonstra a clara intenção de reabitar a região. Em Pesquisa Socioeconômica e Ambiental realizada pela CONDER sobre a área da 7ª Etapa, constatou-se que, daqueles 130 imóveis, 73 eram ocupados por 1.674 famílias. A maioria dessas famílias tinham rendimentos de até um salário mínimo (36%) e de até dois salários mínimos eram 78%. Entre as formas de trabalho destacavam-se o trabalhadores domésticos, biscateiros e vendedores ambulantes, que representavam cerca de 64% dos ocupantes. Desde 2000 a sétima etapa arrasta-se com baixos índices de conclusão das obras destinadas ao uso habitacional (GOTTSCHALL, SANTANA, 2006; MOURAD, 2011).

Depois de atravessar diversos momentos e projetos, a urbanização do Centro Histórico continua a trazer à tona memórias dos despejados e exilados nas periferias. Os mesmos que ao longo da história construíram Salvador. Nada parece mudar quando comparadas as intervenções de recuperação do centro a tantas outras expulsões de trabalhadores na cidade, em contextos tão diferentes. Porém, se algo se conserva, sempre existem também as mudanças nas formas de construir, imaginar e viver nessa cidade. Na atualidade, as expulsões tomam uma nova dimensão no modo de reprodução do espaço urbano em todo o mundo, o que passo a delinear a seguir.

3.7 Linhas gerais sobre as transições na reprodução do capital nas urbes brasileiras contemporâneas

Após a segunda guerra mundial, a passagem da fase de regulação capitalista concorrencial à monopolista³⁸ permitiu a generalização mundo afora de um específico regime de acumulação, chamado fordista (LIPIETZ, 1989). No Brasil, esse modelo foi adotado de modo incompleto em razão dos condicionamentos de sua estrutura social, tanto nas relações de trabalho quanto na dimensão do consumo. Apesar das efetivas transformações que advêm com a urbanização e a modernização da economia

³⁸ Em 1930, uma grande crise de superprodução exigiu uma reconfiguração do regime de acumulação capitalista, o que deu início ao modelo fordista que, por sua vez, trouxe elevados e sustentados índices de crescimento para os países de capitalismo avançado, em um período de fortes tensões geopolíticas entre os confrontantes projetos políticos hegemônicos.

(constituição de um capital industrial, formação de uma classe operária e de uma camada de renda média, por exemplo), não houve um processo de integração de ampla parcela da população ao mercado de trabalho e de consumo. O “fordismo periférico” brasileiro, desse modo, conjuga o “velho” e o “novo” em seu regime de produção, ao que Chico de Oliveira traduz como uma espécie de originalidade:

A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial urbana e em que a reprodução das relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 2013, p.60)

Nesses termos, o processo de acumulação fordista estende-se como padrão dominante sobre a realidade brasileira, sem abrir mão de relações sociais, de hierarquias e de práticas violentas de acumulação de capital. Diante do fracasso de uma economia de massa, que continua a excluir uma imensa parcela dos trabalhadores pela própria incapacidade e desinteresse da burguesia nacional de acumular de modo sustentável por meio da reprodução ampliada, a manutenção dos seus ganhos e privilégios permaneceu a base também da espoliação.

Assim, a severidade, o roubo e a violência de práticas na dilapidação de uma grande parcela de trabalhadores conservam-se como sustentáculo da ordem industrial. Homens e mulheres são tratados como subcidadãos, inferiorizados, condicionados a uma situação de adversidade, que sustenta a riqueza e os privilégios de uma classe dominante avessa aos trabalhos domésticos e manuais, bem como aos seus serviços e subalternos (ao que muitos culpam a raiz ibérica desta sociedade).

No percurso da nossa história está presente um caráter conservador e autoritário na relação capital-trabalho. A reprodução de capital faz-se sobre uma violência atroz, que no cotidiano vivem negros e “favelados”, tendo roubadas as suas posses de forma direta, rebaixado o custo de reprodução da sua força de trabalho, entre tantos outros abusos banalizados. Para muitos trabalhadores, informais e assalariados, moradores das periferias das cidades, a atuação do Estado que lhes alcança está circunscrita ao aparato policial. Não é à toa! O Estado mediante o monopólio da violência atua na promoção desses processos de acumulação capitalista, exercendo um papel decisivo.

Na atualidade, quando se podia esperar algum progresso social, há o aumento da importância da acumulação primitiva de capital na (re)produção dos espaços citadinos em todo o mundo. No final da década de 60, o regime de acumulação ingressa em uma crise de rentabilidade, a economia mundial entra em uma forte recessão e a resposta para esse cenário declinante veio com o projeto político neoliberal, que aos poucos expandiu a defesa do livre mercado e da privatização de tudo quanto pudesse se tornar nova fonte de capital.

Diante da crise, a classe capitalista abandona as conciliações da regulação social fordista e passa à ofensiva sobre as expressivas conquistas dos trabalhadores alcançadas no período anterior. Além da reestruturação produtiva, que ocasiona a flexibilização e a precarização das relações de trabalho, amplos processos de acumulação primitiva ganham cada vez mais espaço, suprimindo o direito a bens comuns, mercantilizando e privatizando os bens da sociedade, a terra, a água, os recursos naturais, as manifestações culturais populares, os espaços e os serviços públicos. Ações, por sua vez, realizadas a base de expulsões e roubos praticados contra indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e urbanos.

David Harvey (2005b) interpreta o período recessivo como o agravamento de uma tendência do capitalismo de produzir crises de sobreacumulação³⁹, que se expressam em um dado território por excedentes de trabalho e de capital. Em vista das dificuldades em estear a reprodução ampliada diante das crises, cada vez mais frequentes, elevam-se as formas de acumulação por meio da espoliação⁴⁰. As possibilidades de realização rentável do excedente, evitando a desvalorização, estariam nos processos de “expansão geográfica” e “deslocamento temporal” (que Harvey denomina “ajustes espaço-temporais”), que implicam na abertura de novos espaços dinâmicos de acumulação capitalista (HARVEY, 2005a).

³⁹ A sobreacumulação pode ser melhor entendida na teoria pela Lei tendencial da taxa decrescente do lucro, desenvolvida por Karl Marx. Em Harvey, uma explicação sobre o tema encontra-se no Cap. 2, “A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista” in: HARVEY, David. A produção capitalista do espaço, 2005a.

⁴⁰ Harvey reconhece que as práticas de acumulação primitiva não se situam apenas na origem do capitalismo, mas entende a palavra “primitiva” como obstáculo à compreensão. Por essa razão, no seu livro “o novo imperialismo”, Harvey desenvolve o conceito de acumulação por espoliação (ou desapossamento) para identificar esse processo que atravessa toda a história do desenvolvimento capitalista, diferenciando daquele que deu origem ao sistema. Desse modo, todavia, cria um novo conceito, mas para tratar do mesmo fenômeno. Seja na pré-história do capitalismo, seja nos tempos atuais, existe um processo que se ampara na espoliação dos trabalhadores, produz novos capitais à medida que condiciona bens da realidade humana à lógica da propriedade privada.

No atual cenário mundial, múltiplos centros dinâmicos de acumulação de capital surgem pressionados pelos seus excedentes à realização de ajustes, à expansão geográfica, o que gera uma forte competição internacional com intensas correntes de sobreacumulação. Frente a esse quadro, os EUA buscam manter a hegemonia sobre a economia internacional por meio dos altos preços do petróleo, desregulamentação financeira e um regime de controle de instituições globais com capacidade de interferência nas economias nacionais, no que se destaca o FMI (Fundo Monetário Internacional) (HARVEY, 2005b). Nesse contexto, a globalização e o neoliberalismo propagandeiam a queda de barreiras no mundo com o livre comércio de mercadorias, quando o que se tem em ascensão são as atividades improdutivas, meramente especulativas, centradas na gestão de crises e dívidas. Verdade seja dita: livres são os movimentos predatórios do capital financeiro.

O interessante dessas reconfigurações do capitalismo mundial é expor como suas características fazem-se perceber na produção das cidades contemporâneas. Não há novidade na transformação de Salvador em negócio comandado pelos interesses do capital imobiliário, todavia, mudanças importantes sobrevêm com o avanço das tecnologias de comunicação, informação e transporte, com a globalização econômica que acelera os fluxos de capital e gera competitividade no mercado mundial de produção das cidades (MARICATO, 2002; HARVEY, 2005c). Os governos passam a adotar um planejamento empresarial das cidades, buscam vendê-las em um mercado competitivo, cujas ordens de mercantilização e espetacularização do espaço urbano seguem as crescentes dinâmicas espoliatórias, especulativas e financeirizadas.

Capítulo IV - A RELAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA COM O MSTB (2007-2014): AS CORRELAÇÕES NA APROPRIAÇÃO DO CENTRO.

Ao longo dos últimos anos, em duas ocasiões fui comunicado por uma liderança do MSTB sobre a ocorrência de uma nova ocupação no centro. Nesse contexto, a assessoria jurídica cumpre papel importante, mas nem sempre é possível realizar o planejamento, as avaliações jurídicas e políticas, que, normalmente, antecedem a entrada das famílias nos imóveis sem função social. A urgência impera diante da situação de desalojamento ou de despejos, recorrente entre famílias que não conseguem pagar os aluguéis, passam por reintegrações de posse, são expulsas das suas casas pelo medo da violência, entre outras motivações.

Quando não há parentes ou amigos que os possa acolher, de um dia para o outro, esses trabalhadores sem teto (maioria de mulheres negras) precisam decidir entre se alojar na rua com seus filhos, roupas, utensílios, móveis, expostos as intempéries e à barbárie, ou ocupar um entre os diversos imóveis sem uso, retidos à valorização especulativa ou simplesmente abandonados. Decidem por sua conta, risco e apelam ao auxílio do movimento social.

A verdade é que a moradia é uma questão de necessidade elementar da população e nunca pôde esperar muito pelas decisões, seja dos governos ou das próprias direções formais das organizações populares. Apesar da estrutura organizativa, regimental e prática de movimentos sociais, historicamente, as ocupações de imóveis pelos setores populares ocorrem independente de resolução prévia de qualquer direção ou coordenação. A luta por moradia ocorre como parte da dinâmica desigual e conflituosa dessa sociedade.

Apesar da imprecisão dos dados demográficos pelos limites de recenseamento do período, os pesquisadores indicam que, no século XIX, a população de Salvador quadruplicou e crescerá ainda mais na segunda metade do século XX (SANTOS, 2013;

SANTOS, 1959; VASCONCELOS, 2002). Se a porção de trabalhadores da cidade crescia, ao tempo que a concentração imobiliária marchava para uma lógica mercadológica, onde morariam todos os egressos da escravidão, os caboclos, os negros, toda aquela mão de obra estigmatizada que sustentou séculos de acumulação?

Não custa lembrar certa obviedade: corpos humanos ocupam espaço, de preferência o mais satisfatório que lhes estejam ao alcance. “Liberdade caça jeito”, como bem diz Manoel de Barros. A crescente população urbana de diversas cidades brasileiras (Manaus, Belém, Salvador, Santos, Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, etc), ao se encontrar despossuída de trabalho e espaço para sua própria reprodução, cria seus meios. Os bicos, o comércio informal, as terras e os edifícios sem uso, os aluguéis e, porque não, arranja-se a um só tempo nas áreas centrais da cidade, trabalho e moradia.

Desse modo, retomando o exemplo das ocupações imprevistas no trabalho de assessoria ao MSTB, reconheço que não faço nada além de juntar-me a um movimento que acontece na própria sociedade, assumo um posicionamento em um contexto de expressões diversas dessa luta: umas mais pragmáticas, outras menos, algumas mais verticalizadas, outras mais horizontais, ou seja, posiciono-me em meio às várias experiências de luta, seus processos de direção, relações com e entre a “base social”.

Diante da luta por moradia como um processo social complexo e fugidio, mescla de experiências singulares e de uma totalidade social, reconheço também que não é possível elucidar as estratégias e ações dos movimentos sociais e do governo na política urbana sem referencia à luta de classes. Os fenômenos urbanos encontram rigorosas explicações por meio de conceitos como “enobrecimento”, “gentrificação”, no entanto, por mais complexos e extensos que sejam as explicações destes fenômenos não prescindem dos fundamentos da exploração do trabalho pelo capital e as teias de sua realização.

Nesse sentido, é importante esclarecer, de antemão, a nossa perspectiva acerca da luta de classes, a fim afastar possíveis mistificações e equívocos quanto à forma que entendemos a sua ocorrência na realidade de disputa entre o governo do estado da Bahia e MSTB pelo espaço urbano do Centro Antigo de Salvador.

4.1 Breve debate sobre a natureza da luta de classes

A longa história das ocupações populares de terrenos e edificações para fins de moradia, bem como as revoltas e manifestações das classes subalternas nas cidades não ocorrem por mero acaso. Ao inferir um caráter supostamente espontâneo a esses fenômenos, os interlocutores mais expõem sua incompreensão e o reconhecimento de que tais acontecimentos ultrapassam seus horizontes de análise. Assim, o que escapa a compreensão é, convenientemente, tido como incidental.

Na atualidade, porém, as grandes cidades de todo o mundo cada vez mais tem sido palco de mobilizações e protestos, cujas características desafiam ativistas, cientistas e analistas políticos no conhecimento da extensão e do peso das suas implicações na sociedade (HARVEY; MARICATO et al, 2013). O que há de aparentemente inovador em movimentos recentes, como o Occupy Wall Street, 15M (movimento dos indignados) na Espanha, a ocupação da praça Taksim na Turquia, o movimento Passe Livre e as grandes mobilizações durante a copa das confederações e a copa do mundo de futebol no Brasil, é a exposição da insuficiência dos traçados explicativos frente ao alcance desses fenômenos. Para compreender esses “eventos” como acontecimentos de uma determinada conjuntura, algumas pré-noções da nossa tradição de esquerda são convidadas a uma revisão crítica, à medida que a própria esquerda se vê em confronto diante da realidade que lhe desafia a atualidade das práticas e discursos.

Essa dificuldade de leitura dos processos de luta arrasta-se há algum tempo em busca de referências. Vivemos uma longa travessia de reinvenção e redescoberta da política, um árduo esforço de acompanhamento das transformações atuais nas configurações das classes sociais, dos Estados e das lutas políticas. Mais do que nunca, é preciso aclarar o referencial teórico que permite a análise desses conflitos e, sobretudo, da luta dos trabalhadores.

A partir da década de 60, a emergência de novas modalidades de organização e de lutas sociais - movimentos negro, hippie, feminista, por direitos civis e políticos, por moradia, terra, entre outros - demandava explicações que excediam a cartilha do marxismo da época. Em resposta, novas teorias foram elaboradas em oposição a esse paradigma (GOHN, 2014). Junto a isso, nos últimos 30 anos do século XX, muitos intelectuais e militantes prestigiados em todo o mundo, até então identificados com o marxismo, passam a recusá-lo por uma suposta perda da sua capacidade explicativa (COELHO, 2012). Nesse contexto, surgem as teorias dos novos movimentos sociais, do

reconhecimento⁴¹, para as quais as mobilizações sociais exprimiriam, principalmente, valores culturais, identidades e processos de reconhecimento intersubjetivo.

Os trabalhadores de que trato, mais conhecidos como sem teto, ocupam imóveis nas cidades com uma perspectiva reivindicatória do direito à moradia, que difere da luta mais direta contra a exploração capitalista (abrangida na relação de extração da mais valia). Desde já, essa pesquisa também não poderia se confinar as perspectivas marxistas mais tradicionais. O olhar sublinhado não se restringe a contradição capital-trabalho no âmbito da produção das mercadorias (muito menos na produção industrial), nem somente aos conflitos encabeçados pelos sindicatos e pelos partidos, assim como não reduz a classe trabalhadora ao movimento operário. No entanto, ainda que o distinto ponto de vista sobre a oposição entre as classes exija a revisão da ortodoxia marxista, tampouco importa em ceder às tendências teóricas avessas, que se constituíram numa recusa da relevância das noções de classes sociais e da sua luta.

Por certo que o descomedimento estruturalista mereceu a crítica por desaparecer com a política real e com os sujeitos que a vivenciam (tal como Edward. P. Thompson dedicou às formulações de Althusser) (THOMPSON, 1981). Nessa leitura tudo acaba fatalmente determinado pela estrutura, os homens tem seus interesses e ações definidos de antemão no plano das categorias teóricas. Por outro lado, diante deste marxismo que reduziu as classes a meros reflexos de suas posições na estrutura econômica, as novas teorias vão à ponta oposta da negação, ao abdicar da própria dimensão estrutural.

Afinal, percebe-se que há nos dois polos explicativos, neste marxismo descrito e nas teorias dos novos movimentos sociais, um excesso seja de objetividade, seja de subjetividade. Ambas as elaborações mostram-se insuficientes, mas de algum modo parecem se complementar no esforço de exprimir o teor dialético das lutas sociais.

No campo da práxis dos movimentos sociais, esse confronto de perspectivas reflete um desafio bastante atual. Em um cenário de fragmentação das lutas, as mobilizações de negros, indígenas, entre outras, defrontam-se com a severidade da exploração nos processos de acumulação, que lhes dilapida os meios de vida e suas próprias identidades culturais. Discriminações que impedem o acesso ao trabalho, à renda e prossegue na espoliação dos seus territórios, seus espaços de reprodução social.

⁴¹ Dentre as novas teorias destacam-se: sobre reconhecimento, Honneth, Nancy Frazer; sobre os novos movimentos sociais – Claus Offe, Touraine; ainda tem destaque a formulação de Andre Gorz sobre o fim da centralidade do trabalho e o que denomina de “não classe dos não trabalhadores”.

As visões tradicionais da esquerda são também provocadas a reconhecer e integrar formas de opressão e dominação em variadas escalas e hierarquias de identidades raciais, sexuais, étnicas, tanto quanto os próprios movimentos identitários. Por exemplo, as organizações do movimento negro são incitadas por seus próprios militantes, submetidos a diferentes posições e hierarquias, a problematizar o reconhecimento e a necessidade de superação das opressões contra homossexuais e mulheres.

Por toda esta imbricação, antes de firmar a explicação dos movimentos sociais às pautas singulares e aos elementos identitários que movem, por exemplo, os sem teto na luta por moradia, é preciso reconhecer que esses agentes sociais ocupam uma posição na produção capitalista e em meio às hierarquias sociais. Aqueles que realizam ocupações para ter onde descansar e proteger sua família devem ser observados no processo histórico, em seus condicionamentos políticos, econômicos e sociais, na medida em que expressam os limites e possibilidades das ações de classe (ARIAS, 2008). Por conseguinte, ainda que os movimentos por moradia empenhem discursos referentes a identidades, nos quais os sujeitos não se autoproclamem parte da classe trabalhadora (embora possam se reconhecer nos seus dilemas no trabalho e na vida), é possível identificar a posição de classe em que se encontram.

Os ocupantes do MSTB no CAS têm seus valores, sentimentos, ideias, as condições de moradia e trabalho determinadas pelas relações sociais as quais pertencem, sobretudo, pela disposição em que se encontram no processo produtivo. São sujeitos com suas escolhas, interesses e práticas, mas que, em um determinado contexto, se fazem enquanto parte de uma classe social⁴² (THOMPSON, 2011).

Porém, algumas confusões podem surgir ao se referir a relação de luta que se estabelece entre as classes. Para afastá-las é importante demarcar determinados aspectos. Primeiro, as classes são uma experiência efetiva dos homens, em que se estabelece uma relação conflitual em razão das formas de produção material da realidade e de apropriação do trabalho. O que constitui essa relação é a apropriação do trabalho de uns por outro, como uma relação de dominação delineada pela propriedade privada e pela divisão social do trabalho.

Por certo que nas grandes cidades acumulam-se muitos dos problemas sociais, que incitam tensões, fazem ecoar apelos e protestos. Entretanto, no centro dessas contradições está o que a sociedade paga pelo trabalho, com o qual os trabalhadores

⁴² Sobre a condição de classe dos trabalhadores sem teto ler FALCÃO, 2013; BARRETO, 2015.

vivem como reféns diante da insídia da acumulação, que espolia os meios de uma vida autônoma e estorva o acesso ao transporte, a habitação, a alimentação, entre outros meios custosos da reprodução da força de trabalho (ENGELS, 2010).

Um segundo aspecto acentua-se: apesar de ser uma luta permanente, por resultar de uma contradição fundamental nas relações sociais (capital – trabalho), ela não é linear e homogênea. Ou seja, os conflitos podem se expressar de diferentes formas, com conteúdos distintos e diferentes intensidades. A estrutura das relações sociais deve ser entendida em seu processo histórico intrincado em cada formação social, para além da relação de exploração direta do trabalho, mas como uma concretização na vida social atravessada por diversas formas de opressões e de dominação.

Em suma, a luta de classes é acontecimento real, processo social e histórico complexo. Não há um lugar privilegiado onde aconteça a luta, assim como não há de se falar de uma única classe trabalhadora, mas de uma heterogeneidade de classes trabalhadoras (GALVÃO, 2011). Existem trabalhadores artesãos, camponeses, operários, entre outras condições de exploração, que divisam formas pré-capitalistas e de assalariamento; ainda, as frações de classe, delineadas pelas diferenciações econômicas e no papel exercido nas relações político-ideológicas; ainda há as diferentes identidades, experiências de vida e de luta dos trabalhadores, que revelam outras estruturas de dominação sobrepostas em hierarquias sociais de raça, etnia, gênero, etc.

A lógica do capital e as relações capitalistas impregnam a vida, seja no campo, na cidade, no trabalho, no lazer, na família, na educação. As contradições entre as classes podem aparecer ainda sob múltiplas formas de luta política, às vezes, mais abertamente, noutras de modo mais velado, mas que expressam a contestação as diferentes formas de exploração e de dominação que emergem no capitalismo em cada formação social.

As lutas são difusas e as resistências populares são componentes da própria dinâmica das relações sociais, muitas vezes silenciosas e cotidianas. Irreconhecíveis para muitas das perspectivas práticas e discursivas da esquerda, adaptadas a certas tradições organizativas, leituras estratégicas e conceituais. Os setores orgânicos da esquerda mostram-se condicionados ao longo da história, respondendo as correlações e limites da experiência de coletividade e debate político, inclusive, repetindo fórmulas e jargões.

Embora a luta por moradia seja uma necessidade incontornável para muitos trabalhadores, a organização como movimento social, com sua bandeira e mística,

advém de um acúmulo histórico da esquerda. Somente a partir do exame dessa herança, podemos conhecer as origens e traços políticos do Movimento Sem Teto da Bahia dentro do cenário mais amplo das lutas sociais no Brasil, no qual o Partido dos Trabalhadores alçou imensa importância tanto na sociedade civil quanto no Estado.

4.2 A formação da cultura política dos movimentos populares urbanos: origem e caminhos do MSTB

Ao longo de 30 anos, no período da recente ditadura militar instalada no Brasil, as organizações, as reivindicações e os protestos de âmbito coletivo foram proibidos por uma ordem polícial, a base de uma violência atroz praticada pelo Estado. A partir da reabertura política, no entanto, quando se podia imaginar a democratização como a via para garantia das necessidades sociais, as formas de controle mostraram-se bem estruturadas em nossa formação e renovadas em um cenário mundial de recuo político e programático das lutas da classe trabalhadora.

Ao considerar o andamento da nossa história, o centro de decisão política foi mantido sob o rígido controle das frações mais ativas da classe dominante. A hegemonia política refez-se sucessivas vezes na assunção de interesses, que seguiram escoltados pelas classes dirigentes a todo custo, “a ferro e a fogo” (FERNANDES, 2006; FAORO, 1979). Interesses que, por sua base valorativa e sua reprodução da estrutura de poder, são estranhos às necessidades básicas do conjunto dos trabalhadores, carente dos meios de sobrevivência e dos serviços públicos mais essenciais.

No contexto atual, por sobre o colapso dos Estados de bem-estar social e da União Soviética, um pensamento pretensamente original, mas abalizado no velho culto ao livre mercado, restaura o poder das classes capitalistas em todo o mundo (HARVEY, 2005b). Seja voluntariamente ou por meio de coerção, o neoliberalismo expande suas práticas político-econômicas sobre diversos Estados Nacionais. Quando se trata de Brasil, há um processo de restauração do poder político na transição ao regime democrático, pelo qual podemos conhecer mais da tradição de luta da esquerda e da organização de movimentos como o MSTB.

Tendo por marco político o ano de 1964, a formação de um Estado monstruoso em amplitude e práticas autoritárias varre a efervescência da participação social e política, que a partir de 1945 permitia a aspiração de algum fortalecimento da sociedade civil e de consumação das reformas de base. Os processos criminais na justiça, a

perseguição e os assassinatos de lideranças e membros de movimentos sociais devastaram os Centros Populares de Cultura (CPC), a União Nacional dos Estudantes (UNE), os movimentos populares, contra a carestia e operários grevistas.

Porém, feito memórias remanescentes sobre a nova dinâmica e a conjuntura dos nossos conflitos sociais, as consequências de três décadas dessas práticas do poder político desdobram-se sobre o atual regime democrático. A despeito da retomada de diversas lutas sociais que impulsionaram a abertura política, a sociedade civil continuou incrivelmente amortecida e controlada pelo Estado (DOIMO, 1995).

Acontece que quando a sociedade tem seus meios de reivindicação e luta bloqueados, os problemas enfrentados pela população somente são levados em conta se convergentes com os interesses da classe dirigente (KOWARICK, 1979). Se observarmos bem, no Brasil os problemas de interesse público são, mormente, aqueles instrumentalizados em função das necessidades da acumulação do capital. Mesmo problemas que afetam a todos que vivem nas cidades, tais como as condições gerais de vida urbana, o trânsito, a poluição, a violência, não tem resolução de alcance coletivo à medida que pouco importam aos anseios das classes capitalistas.

Em razão desse cerco fechado, principalmente, sobre os setores populares, as necessidades fundamentais relativas à reprodução ampliada dos trabalhadores, como é a necessidade de moradia, encontram condições restritivas para sua realização na vida do conjunto da classe. Padrões elevados de espoliação e exploração prevalecem em nossa formação social, sendo pouco admitidos quaisquer obstáculos à cobiça das frações capitalistas influentes na esfera do poder político.

No entanto, apesar de todo esse austero domínio que sustenta a superexploração no Brasil, a luta de classes é dinâmica entre avanços, retrocessos, conquistas e derrotas. O conjunto dos trabalhadores resiste às formas de controle e opressão no dia a dia e na nossa história política também obtiveram conquistas, chegaram a debilitar ou até mesmo pôr abaixo a hegemonia no poder diretivo do Estado.

Ainda que submetido a um sistema tão rígido de controle social, para quem vive no cotidiano a realidade dos conflitos da relação capital-trabalho, agir e resistir é o que lhe permite alimentar e proteger a si e aos seus familiares. Lutar é uma questão de sobrevivência. Se por um lado o poder político é vetado a todos aqueles subalternos na estrutura social – trabalhadores, negros, indígenas, mulheres –, por outro, no seio dessa ordem social eles persistem em luta como uma ameaça permanente.

Mesmo que as formas de controle e repressão cerceiem as tentativas de disputa e de pressão popular sobre os rumos desse Estado, tal exercício de poder também é ameaçado pelas insatisfações da grande massa dessa população. Não faltam exemplos históricos do caráter altamente explosivo de revoltas e movimentos das classes subalternas. Isso se percebe, principalmente, nos momentos de crise econômica quando as reivindicações e protestos populares tendem a crescer. Se mesmo para os setores médios as condições de vida pioram, são as frações mais empobrecidas entre os trabalhadores que sentem os efeitos mais perversos das crises e do avanço do capital sobre a vida na cidade e no campo (HARVEY, 1982).

Ao suscitar aspectos convergentes ou regularidades dos protestos populares em diferentes períodos da história brasileira, evito trata-las como meras coincidências. Não obstante as contradições existentes nessa sociedade sejam vivenciadas pelos sujeitos em tempos e lugares, que por sua vez são condições de experiências singulares, existem encadeamentos sociais mais complicados que articulam fenômenos aparentemente distantes.

Não por acaso, em diversas cidades brasileiras, as invasões de terra ocorreram em razão da total falta de alternativas para o problema da habitação popular, gerando processos de favelização pela impossibilidade do Estado de conter as necessidades sociais por meio da repressão. De modo similar, a partir de 1974, houve uma série de quebra-quebras, cujos principais alvos foram os meios de transporte coletivo, afetando algumas capitais em uma onda que se estendeu por uma década.

Ao analisar os sentidos políticos dessas revoltas populares que resultaram em ataques ao sistema de trens e bondes, José Álvaro Moisés e Verena Martinez-Alier reconheceram que esses movimentos sociais:

Representam uma clara reação das massas suburbanas diante da deterioração de suas condições de existência. (...) Subordinadas ao domínio do Estado, é precisamente na prática da ação direta, mas coletiva, única forma de expressão possível no momento atual, que essas massas populares apreendem os limites e também as possibilidades de sua atuação.

(...) Toda a violência de sua revolta – bastante limitada, certamente – dirige-se contra o Estado, ou melhor, contra a gestão dos serviços públicos – levada a efeito pelo Estado – que compõem o processo de sua reprodução. (MOISÉS; MARTINEZ-ALIER, 1978 p.55)

Na nossa história recente, a década de 70 tem marcante importância pela emergência e intensificação das lutas sociais no cenário político. Apesar da forte repressão, o

arrocho salarial, as carências de serviços públicos e das condições de vida dos trabalhadores contribuíram para as agitações e mobilizações após o período do dito “milagre econômico” (1968 a 1973)⁴³. A conjuntura pende para um arrefecimento do regime militar na coibição aos movimentos sociais, à medida que cresce os tensionamentos sobre a ordem social, principalmente, devido aos limites estruturais do agravamento das condições de infraestrutura urbana, em uma soma impetuosa com o rebaixamento salarial da classe trabalhadora (GOHN, 1991, 2003).

Nesse contexto, as ações da Igreja em sua tendência ligada à teologia da libertação cumprem papel importante como referencia no trabalho de base⁴⁴. Sob essa perspectiva prático-política de trabalho de coletivização e conscientização “no corpo a corpo”, condizente com o período de resistência, a militância impulsionou mobilizações dos trabalhadores do campo e da cidade, em experiências do tipo desenvolvido no Movimento das Comissões Pastorais de Periferia Urbana e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) (POLIS, 1989).

Muito em razão desse tipo de trabalho no chão da fábrica e do movimento de resistência dos operários, um ciclo de greves é deflagrado, a partir da greve dos metalúrgicos em São Bernardo entre 1978 e 1979. Acontecimento importante da história política contemporânea no Brasil, a retomada das greves pelo novo sindicalismo e a emergência de diversos movimentos sociais termina por forjar “novos” sujeitos coletivos no cenário político nacional. Portanto, em meio a todo o cerco repressivo às lutas sociais, uma reconfiguração da luta de classes tem início à medida que essas forças populares buscam suas formas de expressão e renovam a política com suas práticas e demandas (SADER, 1988; DOIMO, 1995).

Trata-se de um marco do fazer-se de uma fração da classe trabalhadora, cujas experiências permitiram a formação de laços de identidade, solidariedade e de intensificação da organização política. A partir de um amplo trabalho de discussão e equacionamento dos problemas cotidianos dos trabalhadores em seus bairros ou nas fábricas, “uma nova formação política estava para ser engendrada, e ela traria consigo

⁴³ Abre-se uma fase de maior enfrentamento a ditadura, que perde em legitimidade com o agravamento da situação econômica em razão da crise do petróleo, ocorrida a partir de 1973.

⁴⁴ Ressaltem-se algumas ambiguidades apontadas à práxis na estrutura eclesial, como suscita Gohn (1991): “A partir de uma ideologia basista, antimodernizante e anti-intelectual, a Igreja imprimiu uma direção e um sentido às lutas a partir do trabalho baseado na ação direta, em questões fundamentais para o cotidiano das classes populares. Estas questões passaram a ser vistas sob a ótica dos direitos dos cidadãos (...)” (p.37)

um grupo dirigente” (COELHO, 2012: 52). Cumprindo com o intento de disputa dos rumos das lutas dessa classe trabalhadora emergente, o Partido dos Trabalhadores é criado de modo a unificar todos os setores que não encontravam expressão entre os partidos políticos existentes.

Em fevereiro de 1980, o primeiro documento do ato de fundação do PT expressava as seguintes intenções:

O partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. [...] O PT pretende ser a real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998e, 65-66 apud COELHO, 2012, 67)

Como se pode perceber da pretensão de uma base social ampla, o objetivo de construção de um partido de massa exigia a assimilação das diversas organizações e coletivos de todas as regiões do país para o âmbito interno do partido. Ou seja, importava em atrair para dentro a disputa do projeto político e da hegemonia na direção das lutas sociais. Muitos sujeitos políticos dessas lutas foram seduzidos a ingressar na nova organização, ao ter nela considerada às variadas manifestações de luta que emergiam, fossem a luta sindical, reforma agrária, reforma urbana, a luta dos negros, dos índios ou das mulheres. Por isso, a complexidade da sua composição fez das relações internas do PT parte significativa da própria história dos conflitos entre frações da classe trabalhadora e dos setores médios, dos embates entre as organizações de esquerda no país.

Essa característica é reconhecida no arranjo abrangente de grupos que convergiram para a formação do PT: cumpriram papel central os militantes do “novo sindicalismo” (com destaque para o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo) e de outras oposições sindicais; juntam-se a eles as organizações clandestinas de esquerda (muitas delas bastante fragilizadas pelas ações repressivas) ou seus próprios militantes – do PCB, da Ação Libertadora Nacional (ALN), da Ação Popular (AP), da Política Operária (Polop), entre outros –, que recusavam as alianças estabelecidas pelos partidos legalizados; intelectuais de esquerda que compunham coletivos e grupos organizados ou independentes; parlamentares do MDB e do PMDB; e militantes dos movimentos populares, que vinham, sobretudo, das experiências mais difundidas da igreja com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), em movimentos sociais advindo do trabalho

nos bairros ou dos movimentos de trabalhadores rurais (AZEVEDO, 1995; COELHO, 2012).

Na década de 80, o PT assume espaço importante na expectativa de unidade das lutas em um contexto de maior profusão de movimentos e organizações. A lenta mudança ao novo regime democrático vem acompanhada de aprofundamento da crise com crescente elevação do índice inflacionário, o que gerou a multiplicação de mobilizações de estudantes, trabalhadores, desempregados, bem como de movimentos sociais envolvendo diversas problemáticas como as de saúde, moradia, transporte, questões raciais e de mulheres, etc. Nesse período, as lutas expressam-se desde a criação de organizações amplas, como as centrais sindicais (CUT, CGT) e as entidades representativas dos movimentos populares (Conam, Anampos), às manifestações genuínas de revolta popular de saques a supermercados (SADER, 1988)

A ocasião também era de transição, com o restabelecimento do jogo parlamentar e partidário, em meio ao qual a dinâmica das lutas é movida no sentido de uma maior participação popular nos espaços estatais. Os processos eleitorais resultam em governos administrados por representantes populares o que absorve a militância, tanto quanto o processo de debate, formulação e disputa em torno da conquista de direitos com a Constituinte de 1988. As demandas por uma participação cidadã no jogo democrático conduziram as esperanças para a possibilidade de uma efetiva tomada de poder pelas classes subalternas por dentro do novo regime político, o que esbarra numa transição política conduzida por herdeiros da ditadura.

Na década de 90, o contorno da democracia na nova república, ainda que inconclusa, pende para uma maior institucionalização da atuação dos movimentos sociais. As lutas por reformas – em que podemos destacar a urbana e na saúde – após significativos enfrentamentos na manutenção e conquista de direitos constitucionais, ingressam numa etapa seguinte de disputa pela regulamentação e implementação desses direitos. No âmbito dos movimentos populares urbanos, a participação nas esferas de governo e a vinculação a mandatos de políticos ou aos partidos no processo de disputa eleitoral geram tensões quanto às propostas e diretrizes da práxis dos diversos movimentos (GOHN, 1991; POLIS, 1989). Os embates colocam-se no novo contexto dos desafios democráticos de negociações, de eleições diretas e dos desafios de gestão governamental, estimulando as articulações em redes e fóruns, tal como o desencadeado pela reforma urbana (MARICATO, 2014).

Nesse interim, enquanto o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) torna-se uma referência das lutas sociais no Brasil, o governo federal conduzia políticas neoliberais em todos os âmbitos. Uma crise silenciosa pela qual passavam (e passam) os movimentos populares quanto aos seus rumos e projetos políticos expressava, mais a fundo, os efeitos severos da reconfiguração do padrão de acumulação capitalista sobre a organização e a luta da classe trabalhadora. O enredo passa a ser o da globalização, da reestruturação produtiva, da flexibilização e precarização das relações de trabalho, do desmonte das políticas sociais, das ONG's e das parcerias público-privadas. Essas políticas tão logo geraram o aprofundamento da desigualdade social, com o aumento da pobreza, do desemprego e da violência no campo e na cidade.

De tudo quanto foi dito até aqui, percebemos que os dilemas, conjunturais e estruturais, encarados pelos movimentos populares na luta na cidade são delineados dentro de uma cultura política, que para ser entendida exige um olhar sobre as suas experiências e relações ao longo da história. Nesse sentido, temos uma história recente em que os diferentes movimentos populares urbanos, com suas particularidades, localismos, o teor das suas relações políticas, enfrentaram processos de controle do Estado, bem como conquistaram políticas participativas e espaços no interior dos aparelhos de governo.

4.3 As transições políticas do MSTS ao MSTB

O Movimento Sem Teto de Salvador (MSTS)⁴⁵, criado em 2003, é precisamente uma experiência social de seguimento condicionado e imprevisível de um acúmulo histórico dos movimentos populares urbanos. Sua origem elucidada muito de toda essa cultura política que delineamos nesse tópico a partir da década de 70. Do mesmo modo como ocorreram diversas experiências de organização dos movimentos populares em todo o país, a sua procedência remonta as “invasões” – ações diretas e necessárias à conquista da moradia –, cujos sujeitos, mediante a articulação ou vinculação com a Igreja, as assessorias populares e os partidos políticos, compõem as resistências, as lutas ou mesmo os movimentos sociais (GOHN, 1991).

A ocupação de um terreno particular por centenas de famílias em uma região periférica ao norte de Salvador, em 2003, foi o estopim de um processo de

⁴⁵ O MSTB surge de um racha desse movimento.

mobilizações, que assume formas organizativas de movimento social com a influência de militantes do Partido dos Trabalhadores. Dentre as lideranças, Raphael Cloux reconhece a destacada participação de alguns integrantes (Pedro Cardoso, Idelmário Proença, João Dantas, Johnes Bastos), todos com passagem por tendências interna do PT, com uma maior concentração de militantes na organização que, por meio de fusões, tornar-se-ia a Ação Popular Socialista (APS) –, sem embargo as distintas trajetórias traçadas por cada um (CLOUX, 2008).

Para se ter em conta os tipos de experiências que informavam a construção desse movimento, Pedro Cardoso, dos mais experientes nas lutas populares, reporta sua trajetória a uma tradição político-organizativa:

Eu, particularmente, participo de movimentos populares desde 1979 com o grupo jovem da Igreja Católica na Paróquia de Periperi. Tínhamos uma influencia muito forte da Teologia da Libertação e questionávamos a própria existência de Deus. Porém naquela época da ditadura militar o movimento religioso era um guarda-chuva para os movimentos contra a ditadura. Desde aquela época organizamos diversas associações de moradores e movimentos populares, lutando também pela moradia e infra-estrutura (Pedro Cardoso, in CLOUX, 2008, p.63)

Nas raízes do MSTs estão inscritas as experiências das associações e movimentos em bairros periféricos, que no período de maior repressão estabeleceram espaços de reunião, organização e de luta reivindicatória sobre os problemas cotidianos das comunidades. Dentro desse percurso, a reprodução da estrutura organizativa do MST⁴⁶ (ocupação, núcleos, brigadas, coordenações estaduais e locais, etc) atualiza as referências de construção dos processos de autonomia na base e de luta política.

A partir do processo de direção exercida pelo PT sobre diversos setores da esquerda e das lutas sociais, a expectativa de uma revolução socialista (ou ao menos social) era respaldada na tese de uma acumulação progressiva de forças, sobre a qual o partido já alcançava uma ampla base social. Em 2003, sob essa leitura, os militantes baianos citados acima se unem ao engajamento dos trabalhadores sem teto para organizar um movimento de luta por moradia no rastro das conquistas porvir nas pautas da reforma urbana. Esperavam acumular forças para garantir o lastro necessário à ascensão e ao avanço progressivo da política de Luiz Inácio Lula da Silva na

⁴⁶ “Entretanto, há que se ressaltar o forte apelo social que os métodos de organização dos movimentos do campo traziam na sociedade, com impacto no imaginário dos grupos urbanos e, no mesmo sentido, a existência de militantes com experiência na luta urbana, e a presença de ex-integrantes dos próprios movimentos camponeses, entre aqueles que somaram forças à ocupação original. Esta junção de fatores possibilitou a formação de um movimento urbano de tipo novo em Salvador” (FALCÃO, 2013).

Presidência da República (FALCÃO, 2013). Não por acaso, em São Paulo, diversos movimentos de luta por moradia começam a surgir nesse período. Parecia ser a hora e a vez dos movimentos populares no poder, mas não foi bem isso o que aconteceu.

Se a sistema repressivo da ditadura decaiu em favor de um regime democrático, o controle tornou-se, progressivamente, mais sofisticado entre as formas de difusão ideológica. Desde a década de 50, o Banco Mundial, Partidos social-democratas e fundações privadas corporativas, tais como a Ford, a Rockefeller, a W. K. Kellogg, entre outras, contribuíram para a consolidação de agendas e perspectivas teóricas do desenvolvimentismo no Brasil (LEHER, 2012). As pesquisas científicas sobre a economia e a sociedade foram dominadas por uma perspectiva evolucionista de desenvolvimento, segundo a qual os países passariam por diferentes etapas: subdesenvolvidos, em desenvolvimento e desenvolvidos.

Eixo importante da hegemonia da classe dominante no Brasil, na atualidade, a ideologia do desenvolvimento foi oportunamente restaurada nas estratégias de governo sob os interesses do capital e nas políticas sociais voltadas ao combate à pobreza. O que parece um contrassenso é que o campo majoritário do PT e importantes lideranças de movimentos sociais passam a sustentar justamente a via desenvolvimentista.

O caminho remonta a uma estratégia adotada no passado por setores influentes da esquerda, que acreditavam na necessidade de uma aliança da classe trabalhadora com as frações da burguesia favoráveis ao desenvolvimento nacional e anti-imperialista, como uma etapa para a construção do socialismo. Desta feita, setores diversos da esquerda sob a forte influência da direção petista (que tão logo apaga das suas pretensões o socialismo) ingressam em uma perspectiva desenvolvimentista, passando por cima de vozes críticas como a de Florestan Fernandes⁴⁷, que por terem alertado sobre o caráter do Estado e sobre a hegemonia do imperialismo terminaram silenciadas pela ditadura militar.

Todavia, essa inflexão somente pode ser entendida em sua totalidade ao se considerar as consequências e o alcance do restauro político promovido pelo projeto neoliberal. Entre as décadas de 80 e 90, em resposta a crise, supostamente determinada pelo esgotamento do padrão de acumulação keynesiano-fordista, um receituário de saída propõe reduzir o aparelho de Estado, eliminar a regulação da exploração capitalista

⁴⁷ Sobre a crítica de Florestan Fernandes a ideologia do desenvolvimento: FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

sobre o trabalho, a fim de promover o sonho liberal do livre mercado. No entanto, nos anos 2000, em razão da crise financeira que atinge os Estados Unidos e, a reboque, a economia mundial, abre-se um novo processo de restauração do poder das classes dominantes no sentido de manter a direção e estabilidade política em seus respectivos Estados nacionais (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012). Para enfrentar a crise do “novo liberalismo” recria-se o “novo desenvolvimentismo”, que assume grande importância nas perspectivas de governos latino-americanos com origem em partidos de esquerda.

A partir do consenso de Washington, o neoliberalismo expandiu-se em forma de pacotes de resgate político-econômico de países “em desenvolvimento”, o que, na prática, resultou em imensos processos de privatização do Estado, redução de benefícios da proteção social dos trabalhadores e a financeirização do capital. Na América Latina, os processos espoliatórios tomam forma de saqueio das empresas estatais e dos recursos naturais promovido por grandes corporações.

Frente a esses governos neoliberais, à globalização e aos tratados de livre-comércio (como foi à proposta da ALCA⁴⁸) ergue-se um novo ciclo de mobilizações com um abrangente conjunto de lutas sociais, que resultou na queda de quinze presidentes na América Latina⁴⁹. Porém, essas políticas tampouco agradavam frações da classe dominante, que descontentes com os rumos políticos atraem setores importantes da esquerda para o seu bloco de poder, do que decorreu o transformismo do PT e sua chegada ao poder (COELHO, 2012).

No combate ao neoliberalismo, diversos setores das lutas sociais foram dragados pela direção política petista para o sonho de um desenvolvimento nacional com a harmonia dos interesses de classe. A conquista do consenso na sociedade é sustentado no contraponto à política anterior, ao buscar equilibrar crescimento econômico e desenvolvimento social. Assim, o governo assegura o avanço desmedido dos processos de acumulação das frações do capital, atendendo suas exigências, sendo até mesmo seu interlocutor no mundo dos negócios, ao tempo que atende reivindicações e

⁴⁸ Área de Livre Comércio das Américas, proposta pelos EUA a fim de eliminar barreiras alfandegárias entre 34 países americanos.

⁴⁹ “Collor de Mello (1992); Jorge Serrano Elías, Guatemala (1993); Carlos Andrés Pérez, Venezuela (1993); Abdalé Bucaram, Equador (1997); Raúl Cubas, Paraguai (1999); Jamil Mahuad, Equador (2000); Alberto Fujimori, Perú (2000); Fernando de La Rúa, Ramón Puerta, Adolfo Rodríguez Saá, Eduardo Camaño, Argentina (2001); Gonzalo Sánchez de Lozada, Bolívia(2003); Carlo Mesa, Bolívia (2005); Lucio Gutiérrez, Equador (2005)” (LEHER, 2012: 13)

necessidades imediatas das classes subalternas, no que toca ao acesso a renda e ao consumo.

A conciliação somente se fez possível por meio de políticas que respondiam às lutas históricas da classe trabalhadora com a abstração do trabalho, da produção da riqueza e a negação do antagonismo entre as classes. De tal modo, apesar do avanço de políticas sociais, do combate à pobreza e do acesso a bens e serviços dedicado aos trabalhadores pelo governo, a repartição da riqueza entre capital e trabalho revela um aprofundamento da desigualdade (SINGER, 2010). Eis a constatação dos limites dessa política conciliatória. O que se estabelece é a dinâmica de uma pequena política, que mediante a oferta de escassos recursos aos trabalhadores abre espaço nas resistências para padrões elevados de exploração e espoliação.

Nesse sentido, Ruy Braga faz a seguinte síntese em artigo à revista *Cult*, na edição de 08.07.2010:

O governo Lula apoia-se em uma forma de hegemonia produzida por uma revolução passiva empreendida na semiperiferia do capitalista que conseguiu desmobilizar os movimentos sociais ao integrá-los à gestão burocrática do aparato de Estado em nome da aparente realização das bandeiras históricas desses mesmos movimentos que passaram a consentir ativamente com a mais desavergonhada exploração dirigida pelo regime de acumulação financeiro globalizado. (BRAGA, 2010)

Nos primeiros anos de sua criação, o movimento dos sem teto de Salvador cresce muito rapidamente em número de ocupações e em reconhecimento político, justamente quando sua militância se defronta com o desvio do partido dos trabalhadores para um governo de projeto político desenvolvimentista. A questão que se colocava para sindicatos, movimentos sociais, tendências internas do PT e demais partidos de esquerda girava em torno da possibilidade ou não de disputa dos rumos da direção política exercida pelo campo majoritário sobre as lutas da classe trabalhadora. Logo, diante da ausência de democracia interna, das alianças espúrias, de denúncias de corrupção (escândalo do mensalão) e das suas opções políticas conservadoras, o PT estende as consequências dos seus antagonismos e dissidências para todo o conjunto da esquerda e dos movimentos populares.

Em 2005, alguns setores rompem com o PT e passam a construir o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), outra parcela de militantes decide por permanecer no partido, assim como existiram também aqueles que seguiram por outras trilhas de construção

política ou de isolamento e desencanto. O mesmo processo atravessa o MSTS de modo a gerar a sua cisão, de acordo com Miranda (2008),

No MSTS, os então filiados ao PT rompem com o partido e se filiam ao novo partido, dentre eles Pedro Cardoso, Ana Vaneska, João Dantas, Antonio Raimundo (Dinho), dentre outros. Importante salientar que Idelmário também sai do PT e se filia inicialmente ao PSOL, porém, ao perceber que tal posição política contrariava seu projeto de movimento, além do PSOL fazer oposição ao governo Lula, o mesmo torna a filiar-se ao PT. Seu retorno ao Partido dos Trabalhadores marca também a cisão irreconciliável. (MIRANDA, 2008, p.106)

As divergências de leitura de conjuntura, de concepção e prática, se acentuam entre os quadros diretivos deste movimento. Nesse contexto, a oposição entre os campos de luta no movimento torna-se mais explícita a partir do seu 1º Congresso (2005), quando foi deliberada a estadualização e passou a se chamar Movimento Sem teto da Bahia (MSTB).

Ao pesquisar esse processo político de disputa interna no MSTB, Cesar Miranda discrimina dois distintos grupos, suas orientações e práticas:

De um lado, um campo formado por Pedro Cardoso, João Dantas, Ana Vaneska, Dinho e outros militantes, ao qual chamaremos de Campo A; outro campo formado por Idelmário Proença, Jhones Bastos, Walter Sena e outros, o qual denominaremos de Campo B. O primeiro com uma concepção de autonomia do movimento, de construção de poder popular, de mobilização, de conscientização da base, de projeto estratégico para a sociedade. O segundo, como veremos mais adiante, propõe um movimento nos limites da reivindicação economicista e imediatista, sem projeto estratégico, atendendo aos interesses do Estado, embora no discurso não explicita isso, muitas vezes dizendo o contrário. (MIRANDA, 2008, p.3)

O que se apresentava no MSTB não era tão somente uma contraposição localizada, mas a realidade de condicionantes políticas que passam a operar sobre as lutas da classe trabalhadora. O imenso poder de atração historicamente exercido pelo PT sobre uma variedade de setores da esquerda e de movimentos populares, como é o caso daqueles engajados na luta pela reforma urbana, caminhava há algum tempo em direção aos desafios da luta no regime democrático. Todavia, a disputa no âmbito dos aparelhos de Estado não assume apenas um caráter tático para o avanço das conquistas nas lutas sociais, mas o que se efetiva é um estreitamento da política por um recuo programático.

Na prática, as organizações e os movimentos sociais são convidados a engrossar as fileiras de uma política de teor institucional, cujos embates nos processos eleitorais e

nos espaços representativos trouxeram conquistas e aprendizados de extrema importância para as lutas populares. Todavia, nessa trilha, os movimentos sociais alienam-se das experiências de luta que emergem da vida cotidiana da classe trabalhadora para cercar suas práticas nos estreitos limites do governo e da sua pequena política. As organizações de luta popular assimilam o discurso do imperioso crescimento econômico, a medida que caem na armadilha do jogo da política de gabinete, de cargos e interesses particulares da democracia representativa.

Assim, o caminho traçado pela hegemonia protagonizada pelo PT ofusca a luta de classes sobre um consenso precário em sua sustentação. Precário, porque no seio do neodesenvolvimentismo, o aprofundamento das políticas de preceito neoliberal acirra as contradições, agrava as condições de vida e o nível de exploração, desse modo, explicitando as fragilidades na base da hegemonia de frações da classe dominante.

Em suma, a direção exercida pelo campo majoritário do PT termina por colocar muitos movimentos sociais e seus militantes “no saco do governo”, restringidos ao apelo as políticas sociais compensatórias, sobretudo, ao atraí-los para a esfera das relações institucionais e da política de participação popular. Conselhos, fóruns, reuniões em gabinetes, processo eleitoral e todo um conjunto de práticas políticas que renderam aos setores populares à garantia de conquistas imediatas, oferecidas pelo governo, como são, destacadamente, os conjuntos habitacionais ou o aluguel social para os movimentos de trabalhadores sem teto.

No âmbito da disputa interna no MSTB ocorre um racha, no qual o campo de prática mais detida à pequena política eleitoral e institucional reassume o MSTS, trazendo seu arco de alianças e as ocupações entre as quais tinham maior entrada na organização e mobilização. Vale ressaltar que a orientação político-programática do novo MSTS revela-se na afinidade com suas alianças, que convergem na aposta e no engajamento nos avanços das políticas públicas no processo de direção exercido pelo PT no governo: FABS – Federação das Associações de Bairro de Salvador, MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia, UNMP - União Nacional por Moradia Popular, CMP – Central de Movimentos Populares, CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores e UMP-BA - União de Moradia Popular (MIRANDA, 2008).

O MSTB segue em outra direção, ainda que submetido aos limites de uma conjuntura de conquistas pontuais e voltadas para o mercado. Apesar da posição de

autonomia do movimento e de compromisso com a base, são exatamente as conquistas na política de governo que passam a alimentar os sonhos e as necessidades dos trabalhadores sem teto. Nas ocupações e núcleos, os sem teto clamam pela moradia e por conquistas nesse sentido.

Mesmo quando as regras do jogo apontam para a cooptação de seus militantes e engessamento das lutas, não obstante a oposição a hegemonia a qual o PT dá sustentação, os movimentos sociais não podem abdicar dos recursos em disputa no âmbito dos aparelhos de Estado. Assim, o MSTB seguiu entre “a cruz e a espada”, lutando pelos avanços sociais que se podia alcançar, todavia, numa conjuntura em que os avanços mais impetuosos foram nos processos de acumulação das mais diversas frações do capital, sob uma lógica financeirizada em todo o mundo.

Ressalte-se que as alternativas discursivas e práticas ensejadas na relação com o governo e suas políticas sociais são variadas e divergentes. Muito embora dois campos de luta sobressaíam entre a adesão e a oposição à hegemonia dirigida pelo PT, as práxis são heterogêneas nos contextos concretos da luta de um amplo campo de esquerda em reconfiguração. Os coletivos, movimentos sociais, partidos e sindicatos dão diferentes respostas à conjuntura, o que se expressa em dissensos e disputas no âmbito da própria perspectiva hegemônica ou da contra hegemônica.

Diferentes espectros das concepções de autonomia e horizontalidade no MSTB tencionam possíveis caminhos, estratégias e práticas em um momento de revisão das formas tradicionais de organização das lutas sociais. No entanto, o contexto político tem exposto um esfacelamento dessas organizações de posição contra-hegemônica, o que se pode constatar ao elencarmos algumas das alianças que o MSTB mantinha em 2008:

- SAJU – Serviço de Apoio Jurídico da UFBA,
- CJP – Comissão de Justiça e Paz (extinta),
- COMUNA (extinta),
- CEAS – Centro de Estudos e Ação Social (significativa redução de equipe),
- CAJUP – Centro de Assessoria Jurídica Popular (extinto),
- CMI - Centro de Mídia Independente (perda do volume de sua militância).

Nesse contexto de crise, fragmentação e reconfiguração da esquerda, a direção política exercida pelo MSTB sobre a luta de uma parcela de trabalhadores sem teto do estado da Bahia é disputado em sua orientação discursiva e prática não apenas pelos militantes da APS-Psol. Apesar da preeminência dos mesmos, essa tendência passa por

disputas e fragmentações internas, assim como outras organizações atravessam à construção do movimento, sobretudo, as assessorias populares.

4.4 As percepções do espaço (ou o discurso sobre)

As formas de olhar o bairro, o território ou o local são uma dimensão fundamental das práticas de apropriação e de produção do espaço. Os homens conferem-lhe significados e signos, do discurso acadêmico ao senso comum. São diferentes pontos de vista abarcados por interesses, expectativas e usos conflitantes, de quem transita, mora, comercializa, gere a saúde, o saneamento, enfim, uma infindável teia de visões. Desse modo, o espaço é objeto de discursos que revelam identidades, pertencimentos, ambições, hierarquias, mapeamentos, representações visuais, um conjunto de expressões de variadas práticas sociais sobre o espaço.

Henri Lefebvre identifica três dimensões das práticas espaciais em sua obra “a produção do espaço”: o vivido, o percebido e o imaginado (LEFEBVRE, 2006). O percebido ou as representações do espaço, acima explicitadas, podem atuar como força produtiva material de práticas espaciais e são conhecidas, efetivamente, nas relações dialéticas com as demais dimensões. Junto a esta, o vivido revela a materialidade das práticas espaciais, nos fluxos de pessoas e mercadorias, os usos do solo, dos ambientes construídos e a produção de infraestruturas físicas, garantindo a produção e a reprodução social. Por fim, as representações podem ser também imaginadas como invenções mentais que expressam familiaridades, manifestações artísticas, planos e paisagens imaginárias, espaços simbólicos, etc. (HARVEY, 2013)

Em meio ao cenário histórico e literário do Centro Tradicional de Salvador existe um conjunto de moradores, cujas percepções são ignoradas. Embora sejam sujeitos indesejados, volta e meia ameaçados de expulsão pelos órgãos de governo, são eles que tecem a cultura negra local, assim como foram seus ascendentes e antepassados que reproduziram tradições, usos e práticas cotidianas hoje consagradas. Justamente, em razão dessa negação, que invisibiliza e estigmatiza as práticas socioespaciais dessa fração de trabalhadores do centro, importa trazê-las à tona.

Ao ser entrevistada, uma moradora de ocupação do MSTB no Centro Histórico de Salvador⁵⁰, apresenta sua família da seguinte forma:

O nome de minha avó é Maria, o nome de minha mãe é Maria. Tudo do Centro Histórico. Minha avó vendia acarajé no Centro Histórico. Chamavam ela Maria da retranca, porque ela parecia um... Batia em todo mundo (risos). Minha mãe era barraqueira do pelourinho. Ela vende cerveja, vende feijão no pelourinho, desde nova minha mãe vende cerveja e eu estou seguindo o mesmo caminho que ela vendendo cerveja, vendendo churrasco no pelourinho (entrevista concedida ao autor em 2015).

Mãe de família e descendente de antigos moradores, expressa suas percepções/representações espaciais a partir das vivências de quem é nascida e criada nesse território e, assim, fala da sua relação com o Centro Histórico:

É o meio ambiente de trabalho, é um ambiente da pessoa sobreviver, para quem mora no Centro Histórico. Aí a gente coloca uma trança, vende, a gente coloca uma água de coco, ganha dinheiro. A gente coloca uma latinha, ganha um dinheiro. A gente bota uma comida, ganha dinheiro. O Centro Histórico é bom demais, o centro histórico é bom, o centro histórico é mãe da gente, né? Agora mesmo, se eu for lá e for vender uma latinha com o meu marido eu ganho um dinheiro. E aí se eu for sair por aqui, essas obras, esses lugar, é “sai daqui sacizeiro, cambada de ladrão”. Diga aí, né não? Eu não quero sair do Centro Histórico. Eu quero ficar no Centro Histórico. O dia a dia acaba a pessoa. O estresse também acaba a pessoa. Esse negócio também, a gente morando dentro de movimento acaba a pessoa. (Entrevista de moradora concedida ao autor, 2015)

Apesar de reconhecerem suas vidas expostas a um contexto territorial de precariedade e violência com todas as dificuldades enfrentadas pelos moradores das ocupações, são as experiências com o trabalho, por serem essenciais ao exercício diário da sobrevivência, que definem a percepção das suas práticas socioespaciais. Embora siga na mesma linha, Maura Cristina, liderança do MSTB nas ocupações do centro, traz mais elementos para essa percepção do espaço:

Olhar para o Centro Histórico é ver que o povo negro, o povo preto construiu esse lugar, que construiu o Brasil que tem hoje é o melhor: a referência da capoeira, da feijoada, do samba. Toda simbologia é nossa e nós não podemos usufruir disso. Então, você vê tudo isso e nós não temos condições de viver numa casa legal, digna. As ruas são super sujas, as ladeiras, os becos, sabe? Rato é uma coisa comum e não deveria ser em 2015, sabe? Então, assim, da gente viver com tanta precariedade, sabe? Da gente não ter direito a trabalho. Aqui no

⁵⁰ A identificação da entrevistada foi aqui mantida em sigilo.

Pelourinho as pessoas vivem de fazer festa. De fazer festa, não de ir para a festa, né? De carregar. Quando você vê um bocado de gelo é o nosso povo que carrega, aquelas cervejas. No dia de Santa Bárbara eu ficava olhando, meu Deus, uma disputa. E que perspectiva os nossos jovens tem? Eles nunca vão poder ser doutor, é? Eles nunca vão poder ir para uma faculdade, ter o direito à moradia digna, poder ter seu carro, sua família, viver com o mínimo de conforto? E o Centro Histórico ele me dá isso o tempo todo. É um bocado de mulher preta sozinha, criando os seus filhos e isso não é uma culpa nossa. É o Estado que faz isso conosco. (Maura Cristina, entrevista concedida ao autor em 2015)

Diante disso, compreende-se o Centro tradicional de Salvador enquanto territorialidade, cuja história é marcada por uma acirrada disputa entre práticas espaciais, deriva de uma estrutura de relações sociais. Mais especificamente, de relações raciais, de classe, de gênero, das quais provem os processos de segregação, violência e espoliação de seus moradores mais representativos: trabalhadores negros, que consagraram a forte identidade cultural dessa área central. Outra liderança do movimento, Sandra Coelho percebe essas contradições e a oposição de interesses de cunho classista e racial, em que assinala a proeminência do Estado como agente do processo de espoliação:

[...] esse espaço aqui é um espaço onde exploração da mão de obra preta foi um exagero, um excesso de exagero, né? E que não é justo que o Estado queira colonizar o Centro Histórico. Dá prioridade à elite branca, né? A especulação imobiliária que não tem interesse nenhum de nós, que a gente permaneça no Centro Histórico, porque, primeiro que eles acham que nós somos feios. Segundo, não temos capital, né? E terceiro, são lugar onde os turistas querem estar à vontade. E nos tirando daqui, achando eles, nos tirando daqui não iria ter a marginalidade da forma como está. Tudo ele acha que é culpa nossa, culpa da gente, tudo é culpa da gente. Mas, por questão de honra, por questão de ancestralidade, por questão de termos sido arrancados de um país para vir para outro país desconhecido, eu fico aqui nessa cota. Minha filha também, não é filha? (Dirigindo-se à sua filha). (Sandra Coelho, entrevista concedida ao autor em 2015)

Entre os ocupantes populares do MSTB é reconhecido, ainda que com diferentes percepções, o conflito dos seus interesses por moradia e trabalho na área central como oposição às intervenções do Estado⁵¹. De alguma maneira, localizam suas posições no

⁵¹ Há alguma margem as controvérsias nas comunidades do Centro Histórico. Alguns dos moradores mais velhos apenas reconhecem a oposição de seus interesses frente às intervenções do Estado no período posterior ao domínio político de ACM. Para estes moradores, é como se esse sujeito político divisasse o passado idílico do presente de caos. Nesse sentido, uma antiga moradora, que relata ter recebido uma maior indenização por sua remoção, fala sobre ACM nos seguintes termos: “Ele tinha muito amor por

processo de disputa pela apropriação deste espaço, no qual os sucessivos governos precisaram compor e difundir sentidos de modo a justificar suas práticas socioespaciais.

Com outras representações, o Governo do Estado da Bahia vem reiterando discursos sobre as vantagens do turismo cultural e seus “impactos positivos” sobre a vida comunitária. A fundo, um enredo em que as intervenções do governo, sobretudo, as restaurações de imóveis trariam desenvolvimento econômico, social, empregos e oportunidades. Ao analisar o conjunto das intervenções do Estado sobre o Centro Histórico de Salvador, Paula Marques Braga identifica elementos discursivos que se repetem:

(...) é possível ressaltar o uso do Patrimônio Cultural como justificativa (necessidade de preservação e restauro) e meio de intervenção. Também verificamos o destaque atribuído à atividade turística, foco das intervenções realizadas. O discurso, neste caso, está atrelado à temática do Turismo Cultural, veiculado como forma de promoção da cidade, meio de preservação do Patrimônio Cultural e atividade capaz de gerar incremento econômico para a cidade, viabilizando tanto as ações de conservação e manutenção das edificações existentes quanto novos investimentos. (BRAGA, 2013, p.148)

Sob o comando de Jaques Wagner (PT), todavia, a atualização dos elementos discursivos do governo assume imensa importância à medida que é incitado a diferenciar-se drasticamente das antecessoras práticas estatais. É sobre essas representações espaciais em revisão pelo governo, que a presente pesquisa passa a se debruçar.

Nesse sentido, ao se defrontarem com a mudança de governo, que instiga as expectativas de transições na relação política, os integrantes dos movimentos populares do centro antigo de Salvador encontram o desafio de entender o novo contexto do conflito de seus interesses com as intervenções de governo e de como se posicionar na relação com um agente em revisão de suas práticas e discursos.

Muitas das esperanças dos movimentos e comunidades populares já apontavam para grandes inflexões nas práticas políticas desse governo e, de fato, existiam motivos suficientes para tais expectativas. No período anterior, quando ao longo das etapas do Programa de Recuperação ocorria a expulsão massiva da população, a atuação e as

isso aqui. Depois que o velho morreu, morreu tudo. Acabou tudo, tudo, tudo. Liberdade acabou” (Entrevista de moradora, concedida ao autor em 2015).

críticas de militantes e assessores do PT foram importantes no auxílio às resistências (no que podemos destacar o papel desempenhado pela assessoria jurídica do deputado estadual Zilton Rocha, por exemplo, na resistência dos alfaiates na 6ª etapa) (REBOUÇAS, 2010). Além do mais, por trás de um governo estadual petista, que significava a vitória dessa oposição à esquerda contra a longa hegemonia do carlismo na Bahia, estavam em curso avanços jurídico-institucionais de um projeto político de âmbito nacional, comprometido historicamente com as pautas da luta popular por reforma urbana.

Sigo as pistas deixadas pelo governo frente ao movimento social, buscando identificar, na relação em que se defrontam, as estratégias empregadas na defesa das suas efetivas representações do espaço, sejam imaginadas no processo de planejamento ou mesmo vividas. Porém, vale enfatizar que apesar de toda e qualquer descontinuidade que possa haver nas práticas e representações espaciais do governo, não podemos nos deter a uma visão restrita da política. Não bastaria encadear as práticas dos governos e suas respectivas “intencionalidades” para então estabelecer comparações e distinções. Há uma relação de luta pelo espaço de produção e reprodução social, mais complexa nas condições históricas, sociais, econômicas e culturais dessa formação social.

Se observarmos mais detidamente, as tensões sobre o conteúdo do discurso e das práticas estatais devem-se, principalmente, as correlações de forças, aos avanços e retrocessos das lutas da fração da classe trabalhadora envolvida na apropriação do centro. Basta dizer que os limites às práticas socioespaciais do governo de Jaques Wagner foram impostos antes mesmo da eleição de 2006, quando a população moradora local, através da resistência as remoções previstas na sexta e sétima etapas, obtém conquistas e obrigam o Estado a promover reformulações.

A resistência dos 44 moradores do “Prédio dos Alfaiates”, edifício nº 1 da rua da Misericórdia, abre em 1999 um ciclo de reações dos ocupantes populares ao processo espoliatório realizado pelo governo desde o início da década de 90. Conferindo uma forma organizativa própria da tradição das associações de bairro, em julho de 2002, 103 famílias do total de 1674 afetadas pelas remoções da sétima etapa, fundam a AMACH – Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (BITTENCOURT, 2011; BRAGA, 2013). A luta de resistência dessa associação contra as remoções resulta na paralização das intervenções em novembro de 2002, de modo que a sétima etapa

somente pôde iniciar mediante a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta em 2005, entre CONDER, Governo do Estado e Ministério Público da Bahia.

Portanto, as práticas socioespaciais do governo são colocadas em questão quando as reivindicações e os protestos dos moradores do centro alcançam conquistas e grande repercussão, inclusive provocando a restrição do acesso a recursos do Programa Monumenta pelo reconhecimento do caráter excludente das intervenções (BRAGA, 2013; MOURAD, 2011). Nesse contexto, diante das denúncias de violações de direitos humanos cometidas contra seus antigos moradores e do reconhecido fracasso na dinamização do turismo, a gestão petista é impelida em seu ingresso no mandato a um esforço de distinção e de resposta às críticas oferecidas aos governos anteriores. Diante dos entraves políticos e da necessidade de diferenciação, o esforço de construir um novo discurso tem lugar em um processo de planejamento urbano.

4.5 O esforço distintivo do planejamento urbano petista

Para o novo governo, o problema habitacional torna-se o principal mote para a reformulação das intervenções. Por sinal, as experiências de avanços institucionais do Partido dos Trabalhadores davam enfoque a reapropriação pelos cidadãos das áreas centrais, inclusive como parte do enfrentamento ao déficit habitacional. Nessa trilha, no âmbito do governo federal petista, ainda em 2003, o Ministério das Cidades cria no Conselho das Cidades o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (PRAUC). Os termos da política nacional contribuíram para a delimitação do olhar sobre a problemática dos centros históricos e os caminhos para a política de governo. Ao analisar o Programa Nacional, Laila Mourad (2011) destaca algumas diretrizes, dentre as quais cito algumas:

- Contribuir para a redução do déficit habitacional por meio da ocupação dos vazios urbanos e da recuperação do acervo edificado;
- Estimular a diversidade de ocupação e a complementaridade de usos e funções;
- Reforçar as funções econômicas e os pequenos negócios;
- Contribuir para o cumprimento da função social da propriedade, por meio da aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
- Estimular a criação de instrumentos complementares que disponibilizem o estoque imobiliário ocioso e que estabeleçam mecanismos de regulação sobre a

valorização imobiliária advinda dos investimentos públicos na reabilitação urbana;

- Ampliar o acesso à moradia com diversidade social;
- Incentivar a permanência e inclusão social da população de baixa renda que reside ou trabalha na região, por meio da gestão de ações de melhoria das condições de acesso à moradia, ao trabalho e aos serviços públicos;
- Articular investimentos públicos/privados;
- Estimular a gestão integrada, participativa e continuada;
- Promover e apoiar a integração das ações públicas municipais através de planos de gestão para reabilitação das áreas centrais;
- Assegurar a participação da sociedade nas decisões, acompanhamento e controle dos projetos de reabilitação, por meio da gestão democrática e compartilhada;
- Buscar consolidar a cultura da reabilitação urbana e edilícia nas áreas urbanas centrais em oposição à cultura dominante da construção nova, da periferação e expansão horizontal das cidades brasileiras. (Ministério das Cidades: 2005, p.12 apud MOURAD, 2011: 84-85)

No sentido apontado por essas diretrizes, o Ministério das Cidades abre uma etapa de debate e formulação nas três esferas de governo com o objetivo de construir o PRAUC. Na esteira de conquistas legislativas da luta por reforma urbana (com destaque para o Estatuto das Cidades), uma agenda estratégica é traçada a fim implementar esse programa em algumas capitais, de modo que iniciam em 2005 os debates acerca da elaboração do Plano de Reabilitação do Centro de Salvador. Nas “Oficinas sobre a Área Central”, realizadas no mesmo ano em Salvador, organizadas pelo Ministério das Cidades e pela Caixa Econômica Federal com participação de órgãos da administração direta e indireta, além de organismos internacionais, foram realizadas importantes problematizações sobre os riscos e desafios nas questões fundiárias, nos usos habitacionais, na participação da sociedade civil, entre outras orientações.

Apesar dessas iniciativas anteriores, somente em 2007, sob o comando do PT, o governo estadual vincula-se ao programa e ao empenho de elaborar o seu Plano de Reabilitação do Centro. Principia por uma rearticulação institucional, promulgada pelo

Decreto nº 10.478, que cria o Conselho Gestor do Centro Antigo de Salvador⁵², as Câmaras Temáticas⁵³ e, por fim, o Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS). Esse último órgão obtém importante abrangência ao assumir o planejamento e a gestão do Centro Antigo, conforme detalha o artigo 6º do decreto:

O Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador tem as seguintes atribuições: elaborar e implantar o Plano Estratégico de Gestão, de curto, médio e longo prazo; preparar a estrutura definitiva de governança do Centro Antigo de Salvador - CAS; gerir as atividades de reforma, recuperação e manutenção física do CAS; atuar na captação de recursos necessários à implementação das atividades, planos e projetos referentes ao CAS; atender e encaminhar as demandas locais; avaliar os planos e projetos em desenvolvimento no CAS; promover a conciliação das atividades de todas as instâncias de governo; estabelecer parcerias com órgãos ou entidades, públicas ou privadas, relativas às atribuições previstas neste Decreto; implementar as decisões emanadas do Conselho Gestor do Centro Antigo de Salvador; apresentar relatórios quadrimestrais acerca da situação e avaliação dos planos e projetos em desenvolvimento. (Decreto nº 10.478 de 02 de outubro de 2007)

Ademais, o Termo de Cooperação Técnica, assinado em dezembro de 2007, completa a estrutura institucional do Plano com um grupo executivo de representação paritária nas três instâncias de governo (União, Estado e Município) e, entre outras propostas, reforça o caráter participativo da construção da política urbana. Em abril de 2008, a Secretaria Estadual de Cultura assina Convênio de Cooperação Técnica Internacional para traçar uma estratégia de sustentabilidade econômica, física e social dos moradores do Centro Antigo.

O Plano de Reabilitação Integrado, Participativo e Sustentável é formado por três etapas: a primeira de diagnóstico do CAS, com estudos, pesquisas e análises para subsidiar a sua elaboração. A segunda em que são apresentadas as propostas e estratégias. Por último, em fase de implantação do Plano, são apresentados e debatidos o plano operacional de investimentos, a proposta da estrutura de governança e o Fundo de Investimento Imobiliário (BAHIA; UNESCO, 2010: 24-25).

⁵² É composto pelos secretários de cultura (presidente e coordenador do conselho), de Desenvolvimento Urbano, de Turismo, da Segurança Pública e de Promoção Racial.

⁵³ Com a finalidade de garantir a participação no processo de formulação da política, quatro grupos temáticos são criados: 1) Cultura, Educação, Turismo e Lazer; 2) Planejamento, Comércio, Serviços, Emprego e Renda; 3) Direitos Humanos, Segurança, Cidadania e Justiça ; 4) Habitação, Infra-estrutura, Meio Ambiente e Mobilidade.

Toda essa ampla reformulação adota um arcabouço de planejamento, diretrizes e formas de intervenção, que persegue a aceitação de um teor distintivo às práticas socioespaciais. O Governo petista, desta forma, busca se reposicionar diante das práticas de governos anteriores, de forma a escapar às mesmas críticas.

A abrangência da área de intervenção é ampliada para o Centro Antigo de Salvador, o que remete Paula Marques Braga “à crítica quanto aos perímetros delimitados de atuação que as intervenções adotam, levando a processos de segregação e fragmentação do território” (BRAGA, 2013: 169). Essa nova delimitação territorial institucional, entretanto, destoa das representações dos seus próprios moradores, que continuam a reconhecer sua territorialidade como Centro Histórico.

Ao mesmo tempo, o Plano afirma-se “Participativo” por levar em consideração os anseios da população, principalmente, dos seus moradores. Assume também o slogan de *Integrado* por sua pretensão de incorporar a área à dinâmica da cidade, consagrando o uso habitacional atrelado ao trabalho na área, as atividades econômicas e as características culturais. Desse modo, intenciona afastar a imagem negativa da prática autoritária dos governos anteriores de expulsão dos seus moradores com o esvaziamento do uso habitacional.

Acerca do processo de elaboração do Plano, Laila Mourad pondera:

(...) foi desenvolvido através de uma participação extremamente controlada e dirigida, amparada em lógica de resultados, com uma estratégia de marketing que transforma cada ação do plano em um grande acontecimento, ainda que não traga uma mudança significativa de concepção e prática. A possibilidade de manifestação dos diversos representantes foi sempre muito restrita, com controle drástico nas plenárias, sobretudo no que se refere ao acesso e ao tempo de exposição de propostas, o que se contrapõe à concepção de participação - participar vai muito além do ato de estar presente. (MOURAD, 2011, p.106-107)

Ademais, a autora ressalta que a metodologia utilizada nos debates das câmaras temáticas (ocorridas entre 2009 e 2010) seguiu os conceitos e as técnicas do planejamento estratégico, incorporados pelo consultor Léo Orellana (Idem: 90). Esta é uma perspectiva declaradamente empresarial, que direciona o conteúdo do planejamento e a execução das políticas aos interesses do capital. Logo, onde se apregoa participação e habitação para os moradores do centro, uma lógica neoliberal de cidade exhibe-se incondizente com tais expectativas.

Evidente que há reveses e imprevisibilidades na passagem do planejamento à execução. O Plano de Reabilitação Participativo de Centro Antigo de Salvador atua mais como uma promessa, que anuncia as perspectivas mais gerais da política urbana. Entre o discurso do governo e a sua atuação há sempre uma parte da conta que não fecha. Conquanto o discurso do governo Jaques Wagner sinalize para uma mudança de postura, o tratamento que confere a habitação popular no centro revela-se na materialidade das suas práticas socioespaciais.

A gestão do novo governo com origem e história nas lutas sociais urbanas fica em meio ao fogo cruzado. De um lado, entram em cena movimentos sociais e organizações populares, que reivindicam o direito de morar no centro, onde encontram suas raízes familiares, culturais e as oportunidades de trabalho. De outro, esse governo também herda as consequências de um projeto político em curso, que prioriza os usos relacionados ao turismo, de forma a atrair consumidores e investidores, o que impele a mudança do perfil socioeconômico dos moradores locais, sem levar em conta os problemas sociais e econômicos da população que dá vida ao Centro Histórico.

O que temos nessa fase de reformulação da política é uma correlação entre formas de apropriação e uso divergentes, que encontra na baixa margem de acumulação e na resistência popular os entraves à continuidade ao processo de espoliação da fração da classe trabalhadora negra que ocupa esse território. As tendências da política que surgem a partir do novo plano indicam o enfrentamento ao quadro de decadência do projeto de exploração econômica do centro, provocado pela política anterior de esvaziamento habitacional e mortificação da vida comunitária. Com base nas diretrizes do seu planejamento, o governo parece caminhar para um esforço conciliatório entre os interesses populares e do capital.

Abrimos algumas brechas para a compreensão das representações do governo diante das demandas populares por moradia e trabalho no centro, mas para entender como se coloca numa perspectiva político-estratégica, passamos a análise mais detida da sua correlação com essa fração da classe trabalhadora em meio a qual ressaltamos as experiências do MSTB.

4.6 Estratégias, ações e resistências em um conflito negociado

“Aos amigos tudo, aos inimigos, a lei”. Esse dizer, tão conhecido e de autoria desconhecida, é bem apropriado às práticas de Antônio Carlos Magalhães (ACM), governador biônico por duas vezes, um destacado exemplar de político formado a base das benesses da ditadura militar. Desse modo, traduz-se a tônica das intervenções sobre o Centro Histórico que antecederam o governo de Jaques Wagner: alguns poucos favorecidos com a garantia da casa ou da indenização e para todos os outros a expulsão sem os mínimos direitos assegurados. Há nessa prática de governo uma estratégia tácita, uma combinação engenhosa com a finalidade de conter a indignação e obter a adesão popular. A astúcia está em premiar os obedientes elegidos, cooptando lideranças, e punir a todos os outros, expondo aos governados o céu e o inferno que separa a fidelidade da resistência⁵⁴.

Como consequência, as pesquisas e os relatos sobre as práticas socioespaciais do governo no período de domínio político de ACM dão conta da situação de maior vulnerabilidade em que foram colocados os antigos moradores em decorrência das expulsões (BARROS; PUGLIESE, 2005). O irrisório valor indenizado as famílias foi fator de agravamento das condições de sobrevivência, em um processo de expulsão que se estendeu até a 7ª etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico, conforme expõe Laila Mourad:

O processo de expulsão da 7ª etapa foi de forma rápida e em escala significativa, considerando que, entre a 1ª e a 6ª etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico, ‘2153 famílias’ 190 foram expulsas e na 7ª etapa, em fevereiro de 2002, antes da assinatura do convênio com o Programa MONUMENTA, a CONDER já tinha efetuado o pagamento e a retirada de 1023 famílias. A somatória dos valores pagos nas 1023 indenizações perfaz R\$1.925.284,90, sendo o valor médio de R\$1.881,99 (MOURAD, 2011, p.134).

No entanto, entre todos os moradores expulsos, sem alternativas de moradia e trabalho, alguns deles não acataram a ordem higienizadora, resistiram ou voltaram ao centro histórico e ao seu entorno (na 7ª etapa, por exemplo, cerca de 30% das famílias – 241) (MOURAD, 2011: 132). Após serem expulsos de suas casas, muitos ficaram na rua ou mantiveram o aluguel até quando possível; outros decidiram retornar após um período em bairros afastados. Cada um procurou arranjar-se ao seu modo, como relata

⁵⁴ Ao menos, essa foi a estratégia mais evidenciada pelas pesquisas e relatos dos moradores que viveram esse processo de expulsão, o que não expressa todas as formas de coação e de convencimento utilizadas por ACM e seus aliados no poder. Não está ao alcance das pretensões desta pesquisa adentrar mais detidamente as relações dos governos anteriores com os moradores do centro antigo.

uma dessas moradoras: “Eu fiquei pulando de galho em galho. Mora aqui, mora ali”. O certo é que, apesar do estímulo do governo à ocupação voltada para o comércio e os serviços, um grande quantitativo de edificações permaneceu sem uso, o que foi o ensejo para que alguns desses antigos moradores sem teto respondessem as medidas do governo com a reocupação de imóveis.

Vale ressaltar que as reocupações de casarões no centro tradicional não podem ser tidas por ações estritamente planejadas e coordenadas por um movimento social ou grupo determinado, muito embora estes sejam meios organizativos de suma importância. As ocupações fazem parte do próprio repertório de práticas políticas da fração mais precarizada e negra da classe trabalhadora de Salvador. As estratégias são as manhas que a vida ensina, em que as famílias com suas crianças e os seus mais velhos encaram o medo da arma policial, aproveitam as brechas da propriedade privada para entrar pelas janelas dos fundos ou arrombar os cadeados, as trancas das portas dos imóveis abandonados. Desse modo, uma liderança do MSTB relata as experiências de reocupação de outra moradora, expulsa na leva das remoções forçadas da década de 90 e que ainda hoje precisa ocupar para continuar sobrevivendo no centro:

E eu vou falar o que eu vi de Antônia. Antônia estava devendo dois meses de aluguel. Ela sai do Water Center e vai morar numa casinha, ela me levou na casa. Casa minúscula com quatro filhos e ela queria colocar a bandeira do MSTB para garantir, para se blindar. E eu vi no olho de Antônia: - Dona Maura, a senhora sabe, né? Se eu sair daqui eu vou morar na rua. Eu vi Antônia na festa de Santa Bárbara e em todos os dias que se seguiu, trabalhando nesse largo do pelourinho com uma barraca, que eles tem que pagar para ter a barraca. E esse dinheiro tem que dá para pagar a barraca, tirar o lucro e poder se manter. E não dava para ter aluguel. Então, tipo assim, porque as pessoas ocupam? Porque não dá para pagar aluguel e comer. Mal comer. Então, o vínculo que se estabelece com a ocupação é de total necessidade de moradia mesmo, sabe? É precisar. (...) As pessoas, elas não estão na ocupação porque são desonestas, porque gostam de viver nessa situação insalubre. É porque é a última entrada. Para mim é a última entrada, sabe? Eu vou para onde? (Maura Cristina, entrevista concedida ao autor em 2015)

Vale advertir que não apenas antigos moradores reocuparam alguns casarões do Centro Antigo. Por ser a urgência das necessidades de reprodução social antes uma condição de classe e racial, nas novas ocupações do centro ingressam em busca da moradia e das oportunidades de trabalho também sujeitos de outras localidades dessa mesma classe trabalhadora negra. Afinal, é a necessidade dos trabalhadores de Salvador que os impulsiona a ocupar edificações sem função social, cuja satisfação, por sua vez,

no período de ACM, não se fazia sem a atuação repressiva do Estado em defesa da propriedade privada e do projeto de exploração turística do seu patrimônio edificado.

Sandra, mulher negra e militante do MSTB, veio grávida para o centro em 1994, quando inicialmente foi acolhida por uma tia. Pôde observar “os desmandos de Antônio Malvadeza” (como caracteriza a gestão do Programa de Recuperação do Centro Histórico) e, com base nessas percepções, explicita o caráter repressor como distinção para o governo petista no trato governamental das tentativas de reocupação de prédios abandonados. Ao recordar uma experiência de ocupação no período de controle político de ACM, Sandra compara:

Eu vou chegar agora na diferença do governo Paulo Souto, na época o PFL. Não era o governo PT, a diferença estava aí, a única diferença que eu vi foi essa: essa rua ficou infestada de polícia, era carro de camburão, era moto, era aquele carro grande que parece que pega preso num presídio para levar para o fórum. Essa rua ficou fechada, os homens todos armados de escopeta. (...) E aí eu fiquei olhando assim: meu Deus, pense numa pessoa que morria de vergonha da vizinhança, da polícia, do Estado. A polícia parece que ia pegar bandido, cara. Meu Deus do céu, eu fiquei assim. Mas isso não me intimidou não. (Sandra Coelho, entrevista concedida ao autor 2015)

De fato, os governos petistas no âmbito federal e estadual carregam uma vinculação com o Movimento de luta por reforma urbana⁵⁵ em sua trajetória de ascensão ao poder, que conduz para as políticas públicas um compromisso com a problemática dos conflitos fundiários urbanos. Como principal meio de pressão dos movimentos populares de luta por moradia sobre o Estado, as ocupações de áreas de domínio público e privado são marcadas por um histórico negativo de violência e de criminalização. Diante disso, o novo governo petista estabelece, na base de sua perspectiva político-estratégica de apropriação do Centro Antigo, uma determinada

⁵⁵ Os mais diversos documentos e relatórios de governo demarcam a vinculação com a tradição de luta pela reforma urbana. Por exemplo, no relatório de atividade da Diretoria de Regularização Fundiária, 2007-2010, aparece o compromisso com uma nova ordem política urbanística:

“Buscou-se ainda traçar breves críticas e aventar perspectivas, almejando extrapolar as linhas de uma política de governo e permitir a construção de uma política de Estado compatível com a nova ordem social, jurídica e política trazida com a publicação da Constituição Brasileira de 1988, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), da Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009 (dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas) e da Lei Estadual nº 11.041 de 07 de maio de 2008 (que institui a Política e o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social e cria o Fundo Estadual de Interesse Social)” (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010: 1).

forma de se relacionar com o MSTB e suas práticas de apropriação popular deste espaço urbano.

4.7 Como entrar com o pé direito no movimento social? A política de mediação de conflitos fundiários urbanos

A fim de prevenir as violações de direitos humanos que marcam os processos de ocupação de imóveis sem função social e de responder politicamente as demandas por habitação popular⁵⁶, o Ministério das Cidades cria, no âmbito do Conselho das Cidades/Comitê de Planejamento Territorial, o Grupo de Trabalho de Conflitos Fundiários Urbanos (Resolução nº 31, de 10 de março de 2005, alterada pela Resolução Administrativa nº 01, de 30 de agosto de 2006).

Eram objetivos do GT, propostos inicialmente:

- i) o fortalecimento das ações de prevenção aos conflitos fundiários urbanos;
- ii) construção de uma metodologia de mediação, mapeamento e identificação de tipologias dos casos de conflitos para subsidiar a futura construção de uma Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos;
- iii) discussão e proposição junto ao Poder Judiciário e ao Legislativo de propostas de mudanças legislativas e criação de procedimentos relativos à prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos;
- e iv) acompanhamento e monitoramento dos casos de conflitos fundiários urbanos mediante a proposição de medidas concretas para a solução dos conflitos, com prioridade para os casos coletivos e referentes a imóveis públicos e áreas de investimentos públicos. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p.6)

Em uma conjuntura que permitia a consolidação de políticas públicas que efetivassem os avanços legais conquistados (tais como o capítulo da Política urbana na Constituição, o Estatuto das cidades, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, as Conferências da Cidade, etc), ganha fôlego a Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Nessa direção, o Governo do Estado da Bahia seria precursor ao realizar em Salvador, em agosto de 2007, o Seminário Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, cujo objetivo de subsidiar a construção dessa Política Nacional somente toma forma com as orientações

⁵⁶ A regularização fundiária obtém destaque na política urbana com o Estatuto da Cidade e Lei nº 11.977/09 – Lei do Programa Minha Casa Minha Vida e regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

da 3ª Conferência Nacional das Cidades. Assim, ao longo de 2009, com a realização de cinco seminários regionais encaminha-se a Resolução Recomendativa n.87, de 8 de dezembro de 2009, do Conselho Nacional das Cidades, que “Recomenda a instituição da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos”⁵⁷.

Quando o governo da Bahia passa a direção do PT, em 2007, as mudanças da política urbana na relação com os ocupantes populares e movimentos sociais refletem o acompanhamento desses avanços institucionais consagrados na estrutura participativa de construção e execução das políticas públicas. A oferta de espaços de participação, GT's, oficinas, seminários, para em seguida, conforme as diretrizes e prioridades delineadas, materializar as conferências, o conselho estadual da cidade, a política de mediação dos conflitos fundiários urbanos, a política de habitação de interesse social, entre outras, desponta em um progresso nas formas de controle social e de democratização do governo.

No entanto, essa não é uma transmissão “automática” de modelos da esfera federal para a estadual, mas que procede de um complexo e particular jogo político de disputa no âmbito do aparelho de Estado, cujos agentes sociais diversos buscam por caminhos diferentes a expressão de seus interesses. Em termos gerais, o governo do estado da Bahia segue a consolidação de uma política urbana no país, que se delineava desde a constituinte, entretanto, com a pouca estrutura material e de recursos humanos da pasta era preciso criar toda uma base normativa e visibilizar a política pública para abrir espaço dentro do governo. Nesse cenário de estruturação da política, as prioridades da gestão correm em disputa, respondem às correlações de forças entre políticos influentes, agentes alocados nos cargos disponíveis, além das pressões de movimentos sociais, frações do capital, entre outros.

⁵⁷ Essa resolução traz as seguintes definições em seu artigo 3º:

I. conflito fundiário urbano: disputa pela posse ou propriedade de imóvel urbano, bem como impacto de empreendimentos públicos e privados, envolvendo famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis que necessitem ou demandem a proteção do Estado na garantia do direito humano à moradia e à cidade.

II. prevenção de conflitos fundiários urbanos: conjunto de medidas voltadas à garantia do direito à moradia digna e adequada e à cidade, com gestão democrática das políticas urbanas, por meio da provisão de habitação de interesse social, de ações de regularização fundiária e da regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo, que garanta o acesso à terra urbanizada, bem localizada e a segurança da posse para a população de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis.

III. mediação de conflitos fundiários urbanos: processo envolvendo as partes afetadas pelo conflito, instituições e órgãos públicos e entidades da sociedade civil vinculados ao tema, que busca a garantia do direito à moradia digna e adequada e impeça a violação dos direitos humanos.

À frente da diretoria de Regularização Fundiária, Adriana Nogueira pôde acompanhar o processo de definição política que conformou uma estratégia da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) na relação com as ocupações populares e suas entidades representativas. Logo no início do governo, quando essa secretaria aumenta substancialmente sua importância, seu número de cargos e o alcance do seu trabalho sobre o centro tradicional (gerido até então, principalmente, pela Conder e pelo IPAC), Adriana destaca a primeira ordem de reintegração de posse que chega a mesa do secretário, Afonso Florence, de um prédio do IPAC no Centro Histórico, ocupado pelo MSTB. Diante de situações como essa, ela relata a resistência e o tensionamento dos quadros técnicos para evitar a desocupação, o que foi assimilado pelo secretário e transformado em uma estratégia de condução das relações com o MSTB, estendida aos demais movimentos em outros episódios e, em seguida, institucionalizada como política de governo:

(...) Ele percebeu que fazer a medição seria bacana e se aquilo pudesse manter as pessoas iria ser importante para ele entrar com pé direito no movimento social. Então, ele começou a mudar essa tônica, pra que a gente pudesse fazer uma negociação onde aquele pessoal pudesse ficar nesse prédio ocupado. Aí eu acho que juntou isso, juntou uma conjuntura que o secretário ele era representante no Conselho Nacional das Cidades e no plano nacional estava se discutindo a política nacional de mediação de conflitos fundiários e o secretário achou interessante que o Estado da Bahia pudesse sediar o Seminário Nacional de Conflitos. Então, nessa época, chegou até a secretaria o caso tubarão⁵⁸, que foi o caso que ocuparam uma área que estava já destinada ao movimento vinculado a União de Moradia Popular para construir um projeto com recursos do crédito solidário, juntamente com o Município de Salvador. O pessoal ocupou e a prefeitura disse: eu não vou tirar ninguém a força, porque não nos cabe fazer isso. O projeto ficou ameaçado. E essa demanda veio para o secretário e a gente conseguiu trabalhar durante alguns meses. Durante meses não, essa mediação durou anos. Mas, assim, a retirada do pessoal a gente conseguiu fazer nesse pequeno grupo, ainda não constituído formalmente como coordenação de mediação de conflitos. E aquilo também ajudou a projetar o trabalho. Então, com o seminário nacional de mediação de conflitos vindo para a Bahia, o

⁵⁸ Sobre o caso de Tubarão, o Relatório de Atividades de 2007 a 2010 da Diretoria de Regularização fundiária discrimina o processo de mediação:

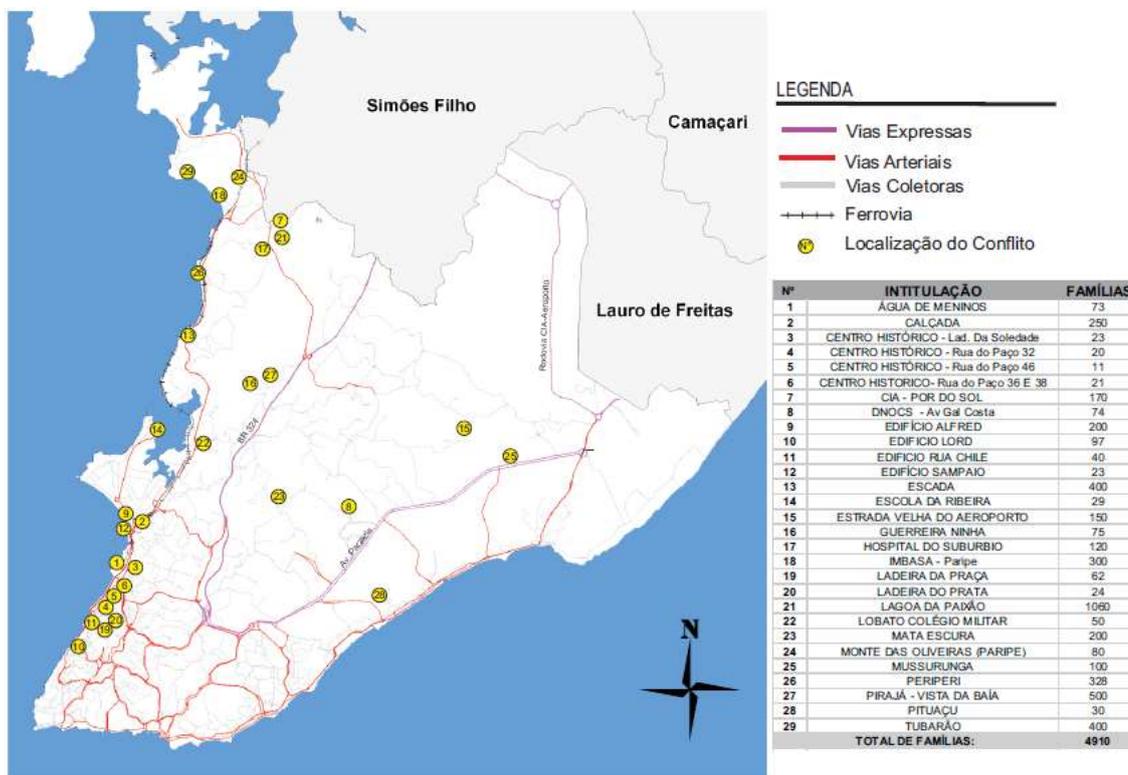
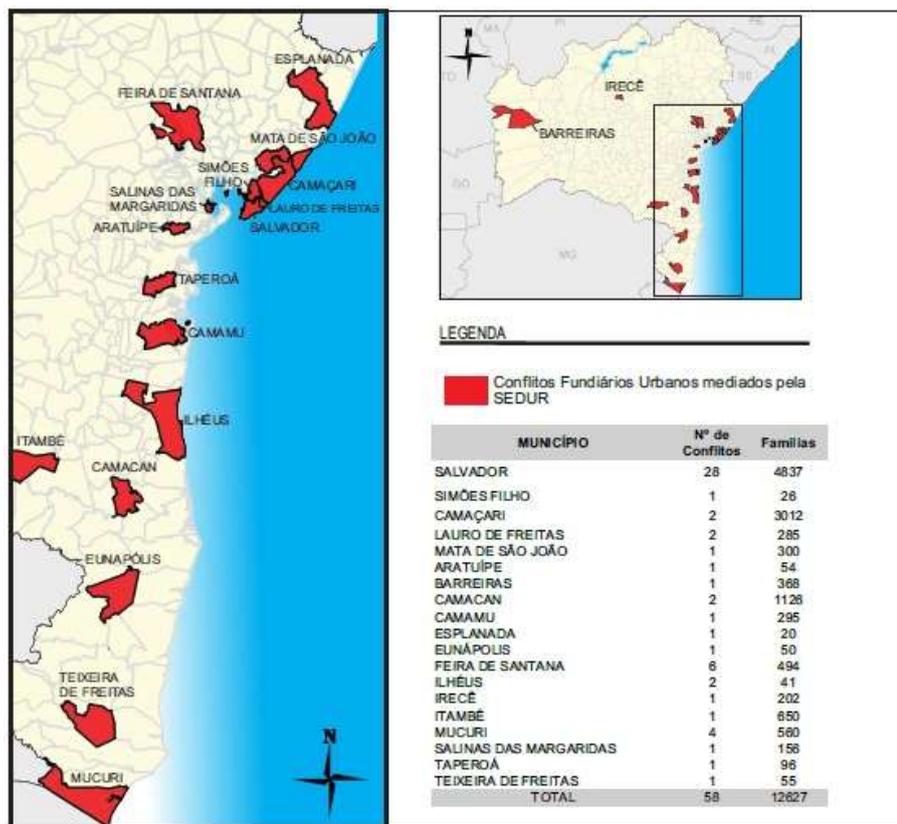
“Foi realizada mediação com as famílias que anteriormente ocupavam área de Tubarão/Paripe, (Salvador), que desocuparam o imóvel pacificamente e estão sendo beneficiadas pelo aluguel-social até a conclusão das obras, para implantação de Projeto de Habitação de Interesse Social que beneficiará 330 famílias ocupantes, além de outras famílias de baixa renda, através da construção de 816 unidades habitacionais. O imóvel, de propriedade do grupo Votorantin, foi adquirido pelo Estado através de dação em pagamento, em atuação conjunta com a PROFIS, no âmbito das negociações para resolução de conflito fundiário instaurado no local” (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010, p. 65).

conflito do centro, então o movimento social passou a ver a SEDUR e perceberam que era muito mais estratégico negociar com a SEDUR. Nessa conjuntura a SEDUR, assumiu o protagonismo da mediação. Havia umas diretrizes para mudar a forma de atuar nas ocupações, havendo inclusive uma determinação para que a CONDER não fizesse mais a tal das derrubas sem uma mesa de negociação. E aí, essa demanda veio muito do MSTB, mas depois outros movimentos, como União de Moradia começaram a acionar a SEDUR. (Adriana, entrevista concedida ao autor 2015)

Portanto, com a perspectiva de avanços na política urbana e sob a pressão dos movimentos sociais que ansiavam por conquistas na luta por moradia popular, o trato do governo muda com o empenho em construir uma inovadora política de mediação dos conflitos fundiários urbanos, promovida pelo Grupo de trabalho de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários na SEDUR, com a coordenação executiva exercida pela Superintendência de Habitação.

Para se ter uma dimensão dessa política, a coordenação executiva do GT, que tem como base normativa a Portaria nº 55 de 2008⁵⁹, no período de 2007 a 2010, foi provocada a mediar 58 conflitos urbanos na Bahia, alcançando 12.600 famílias em 19 municípios (SEDUR, 2010: 20). Interessante observar os dados do governo sobre o alcance dessa política na Bahia e em Salvador:

⁵⁹ A estrutura organizativa no âmbito da SEDUR somente é consolidada com o Decreto nº 12.021/10, que aprova o regimento interno da secretaria e institucionaliza a Diretoria de Regularização Fundiária, composta por duas Coordenações: a Coordenação de Regularização Fundiária e a Coordenação de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Trata-se apenas da consolidação de avanços institucionais das políticas relacionadas à questão fundiária, que desde o início do governo começa a tomar forma, sobretudo, com a Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS – Lei estadual nº 11.041/2008) e com o Programa de Habitação Casa da Gente (Lei Estadual nº 11.361 de 20 de janeiro de 2009).



Fonte: BAHIA. Cadernos do Programa de Habitação do Estado da Bahia: Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Salvador: SEDUR, 2010.

Apesar do pequeno alcance da política frente ao volume de conflitos em todo o estado, no Centro Antigo de Salvador as expectativas de uma gestão do PT favorável aos interesses dos setores populares e dos movimentos de luta por moradia obtém como retorno mais imediato à contenção da repressão nos processos de reintegrações de posse e de novas ocupações.

Quando provocada, a SEDUR passa a oferecer um modo de atuação nos conflitos fundiários que enceta uma metodologia ou certa pragmática de condução. O processo de mediação percorre um caminho em que se procuram as soluções negociadas e pacíficas, em que as medidas não necessariamente resultam na permanência das famílias na área ocupada, mas envolvem o acompanhamento da comunidade em sua demanda por moradia e, no melhor dos cenários, a aquisição da terra e construção/reforma das unidades habitacionais. Em termos gerais, conforme descrição no Relatório de Atividade (2007-2010) da Diretoria de Regularização Fundiária, o *modus operandi* era o seguinte:

As ações de mediação têm início, basicamente, com a abertura de mesas de negociação com as famílias ocupantes, Movimentos Sociais, proprietários e atores institucionais ligados à questão. A resolução final esperada de um conflito fundiário se dá com a garantia da regularização fundiária e em determinados casos com a implantação de projeto de habitação de interesse social.

Nos casos em que, por diversos fatores, a desocupação do imóvel é indispensável, atua-se no sentido de garantir os direitos humanos e sociais das famílias ocupantes, através do cumprimento pacífico das decisões judiciais de reintegração de posse, bem como estudo das possibilidades de relocação ou inclusão em aluguel social das famílias envolvidas. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010, p.60)

Reconhecida a distinta forma de atuação, interessa observar como a mudança de governo refletiu na dinâmica das ocupações do MSTB. Antes do governo Jaques Wagner, em 2002, dentro do processo de reocupação de imóveis abandonados pelo Estado, antigos moradores expulsos nas reformas ocupam um prédio na Ladeira da Soledade, no Bairro da Lapinha. Ao vê-lo abandonado, 21 famílias, que antes das desapropriações viviam de aluguel no imóvel, decidiram ocupar para morar⁶⁰. A

⁶⁰ O levantamento das ocupações do MSTB no CAS a seguir tem por base os dados pelas publicações: Atlas sobre o direito de morar em Salvador / Elisabete Santos [coordenação geral], Roseli de Fátima Afonso ...[et al.] – Salvador: UFBA, Escola de Administração, CIAGS: Faculdade 2 de Julho, 2012 e CLOUX, Rafael F. MSTs: A Trajetória do Movimento dos Sem-teto de Salvador. Salvador: Livros. 2008.

ocupação chamada de IPAC I, por ser de propriedade deste órgão do governo, no final de 2003, passa a compor o MSTS por decisão dos ocupantes em busca do apoio na organização da luta. Assim, nasce a primeira ocupação deste movimento social no centro, que permanece atualmente sob a bandeira do MSTB.

Na ocupação IPAC II, localizada na Rua do Paço, nº 32, CHS, onde moram cerca de 32 famílias, repete-se em 2006 a necessidade de reocupação pela ausência de alternativas de habitação aos antigos moradores, conforme relata o ocupante Jorge Luiz Oliveira dos Santos:

[...] os atuais moradores vieram de um prédio no Taboão. O prédio estava em péssimas condições e nós tínhamos a assistência da CONDER. Depois de oito anos, chegou uma verba da Caixa Econômica pra fazer reforma ou realocar a gente. A verba chegou, se passaram quatro anos e ninguém fazia nada. Era só reunião, reunião, reunião e não se fazia nada! O terceiro andar desabou. Veio outra verba de emergência e nada. Passaram-se mais três anos com a gente dentro, e nada. Com a chuva, o prédio desabou. O prédio começou a tremer, tremer e caiu todo. A gente saiu correndo... e o prédio atrás! Perdemos tudo. Passamos três dias na rua. Queriam levar a gente pra albergue, mas com criança não pode. A CONDER não tinha solução nenhuma. Traziam uma sopa com pão e a gente é que teve que se virar. Prometeram auxílio-moradia, que só saiu 60 dias depois. Várias vezes a verba pra resolver a nossa situação foi liberada e o dinheiro sumia. O Movimento viu a nossa situação e nos colocou aqui. Entraram em contato com a CONDER e com o IPAC e deixam a gente aqui. Esse prédio estava fechado há dezesseis anos. Fechado! (SANTOS, Jorge Luiz. Entrevista concedida a SANTOS, Elizabete Coord., 2012, pp.98-99)

Contudo, a primeira ocupação a confrontar o governo de Jaques Wagner acontece no CHS ainda no primeiro mês de sua gestão. O IPAC III, na rua do Paço, nº 46, desapropriado e abandonado pelo Estado, passou por uma tentativa de ocupação ainda no mandato de Paulo Souto em 2006, mas em poucos dias, em razão do forte aparato policial movido pelo governo, os ocupantes decidiram sair. Entre as pessoas expulsas, Sandra Coelho seguiu com a intenção de voltar a ocupar, desta vez, buscou frequentar e estabelecer amizade com a vizinhança, articulou outros moradores com dificuldades de manter o aluguel e, por fim, procurou o apoio do MSTS para organizar a ação. Sobre o planejamento da ocupação, a entrevistada Sandra narra o processo:

E a gente se reuniu novamente, duas vezes nos reunimos. Em setembro e depois em novembro, no começo de... Antes das eleições, foi em setembro mesmo. Ai eu falei: olha, o PT está com papo para ganhar, eu acho que se o PT ganhar a gente consegue invadir. Ai Ana falou: invadir não, ocupar. E aí teremos menos problemas. Vamos

esperar as eleições e aí no ano que vem, no começo do ano que vem a gente entra. Aí marcamos para o dia 26 de janeiro (...), às nove horas da noite. Como a gente já tinha invadido, ocupado antes, que o IPAC fez? Fechou tudo de bloco. Foi aquele janelão grandão ali, você via a marca. Janelona linda, eles fecharam tudo de bloco. Porta, tudo, ficou tudo fechado. Inclusive a frente, só ficou a porta da frente, por segurança, e botou segurança, que foi esse segurança que a gente esperou sair para poder entrar. (Sandra, entrevista concedida ao autor em 2015)

A ocupação ocorreu como esperado. Desta vez, não houve excesso na abordagem da polícia e o IPAC suscitou a necessidade da reintegração de posse, sobre a qual o governo deu os primeiros passos nas ações de mediação de conflito. A partir de então, a relação do MSTB e suas ocupações com o governo do estado entra em uma dinâmica de maior diálogo, recepção das demandas e pautas do movimento.

A estratégia da reocupação seguiu em conformidade com a práxis convencionalizada entre os antigos moradores desalojados, antes acostumados a serem expulsos de um prédio e a ocupar outro, logo adiante, em meio à infinidade de casarões abandonados no Centro Histórico e no seu entorno. Todavia, com a mudança dos métodos e práticas do governo, essas famílias começam a se fixar nas ocupações, ao disputar e conquistar a permanência através da Coordenação de Mediação de Conflitos Fundiários.

Durante o governo de Jaques Wagner, três novas ocupações do MSTB são realizadas no CAS: 1) Ocupação Rua das Flores: localizada na Rua das Flores, s/n, CHS, de propriedade particular; moram 25 famílias; 2) Ocupação Water Center: localizada na Avenida Jequitiaia, Comércio (no entorno imediato do CHS), de propriedade do governo do estado; moram 75 famílias; 3) Ocupação Baixa dos Sapateiros: localizada na rua J. J. Seabra, s/n, Baixa dos Sapateiros (no entorno imediato do CHS), de propriedade particular; o edifício foi destruído por um incêndio e atualmente as 24 famílias recebem aluguel social do governo estadual, mas permanecem na luta pela moradia.

Para todas estas novas ocupações, o movimento deparou-se com uma determinada sistemática institucional na relação do governo, como elucidada Maura Cristina, coordenadora do MSTB:

Então, eu fiz parte da ocupação da rua das flores, da Water Center, de uma que aconteceu no fórum, que foi pra mim uma ocupação, a reintegração de posse mais rápida que eu vi em toda minha vida. Foi num fim de semana, do lado do fórum, porque era muita ousadia, né? Outro dia eu contei, tem mais. E baixa dos sapateiros que foi muito intensa. Então, assim, a primeira foi rua das flores. Eles vieram buscar

o apoio de Sandra e Sandra me convidou para ir junto, né? Nós fomos, eles estouraram, nós estávamos lá na hora que eles estouraram. E quando estoura a porta o que tinha era um monte de sapato, eu entrei, vi os sapatos... E achava que nós não deveríamos pegar nenhum sapato, e sim ocupação e tal... Tinha alguns móveis e tal... E aí estourou, nós entramos e no dia seguinte a polícia veio. Quando a polícia veio aí já estava Pedro, acho que Raimundo, aí nós fechamos o prédio, e aí a negociação foi tranquila e a polícia foi embora. Não tivemos nenhum problema. A partir daí, na reunião que nós tínhamos à mesa nós já apresentamos as rotações. No Water Center também foi da mesma forma. Nós estouramos. Eu estava lá. Nós fizemos uma cozinha coletiva, uma grande cozinha no dia. (...) E aí, na do Water Center tem muitas pessoas que sai da baixa do sapateiro e vem fazer ocupação no Water Center. Com Daniela... Porque Daniela sai da baixa do sapateiro, né? E aí, também, fizemos ocupação, passamos pelo mesmo rito, tá? Chega os policiais no dia seguinte, negociamos, dissemos quem somos, e eles se afastam sem nenhum problema, né? E aí, começa também as negociações na mesa de negociação. A baixa do sapateiro ela aconteceu. Foi Bai... Bai veio buscar meu apoio. No dia eu não estava não sei por quê. Mas logo em seguida eu fui em algumas reuniões, orientamos, colocamos a bandeira (Maura Cristina, entrevista concedida ao autor em 2015)

Portanto, o governo Wagner distingue-se das práticas autoritárias das etapas anteriores do Programa de Recuperação do Centro histórico e, de tal modo, inibe as contestações do MSTB ao trazê-los para um planejamento participativo e ao oferecer um novo tratamento para os conflitos que o movimento encara nos processos de ocupação. Ao enfrentar o esgotamento do modelo de intervenções anteriores sobre o centro, o governo busca renovar o projeto de viabilização do turismo cultural assentado numa estratégia de conciliação.

4.8 A perspectiva político-estratégica de apropriação do Centro Antigo do governo Jaques Wagner

A incoerência entre o discurso governamental e as práticas socioespaciais efetivamente realizadas não tem nada de incomum, posto que revela a distância do planejamento urbano para com a sua execução. Por si só, a coerência entre o falar e o fazer é um grande desafio dos homens, que na política abrange muitas vezes os elementos retóricos e os discursos de convencimento sem lastro em atuações reais. Por essa razão, para alcançar nosso objetivo de conhecer mais sobre a perspectiva político-estratégica de apropriação do Centro Antigo empreendida pelo Governo de Jaques

Wagner, é imprescindível a pesquisa, mais aprofundada, da materialidade das suas práticas espaciais.

O aparelho de Estado, com toda sua estrutura organizacional e sua capacidade de mobilizar recursos na sociedade, promove usos do território e dos ambientes construídos, estimula fluxos de pessoas, meios de transporte, mercadorias, assim como produz infraestruturas e estéticas, ou seja, responde por uma produção e uma reprodução social do espaço. A fim de conhecer tais práticas, a observação direta do pesquisador, do assessor jurídico popular ou até mesmo do morador da cidade de Salvador tem valia, mas pode identificar, de modo mais completo, investimentos, pactos, projetos executados e suas ações, nos diversos documentos, notícias e, principalmente, nos relatórios de governo de 2007 a 2014.

Em termos gerais, do conjunto dos dados analisados, o que compromete as práticas socioespaciais do governo é a corrida sem fim por contornar o quadro de decadência e de abandono desse espaço urbano. Sobre os ombros do governo pesa o reconhecimento do patrimônio arquitetônico, seu modelo de apropriação e uso como Centro Histórico, destinado à apreciação e incremento pelo consumo dos turistas. Além do mais, o fracasso das etapas anteriores do programa de recuperação, verificado na queda do movimento turístico, exige um trabalho constante de cenografia.

A arte de decorar, reformar e construir um cenário arquitetônico é uma parte fundamental do espetáculo, porque expõe uma época da história, permite a identificação de personagens e de representações de uma cultura. O espetáculo não pode parar e precisa aliciar visitantes para toda sorte de consumo de entretenimento, hotelaria, bares, restaurantes, museus e tudo mais.

Para tanto, as práticas espaciais voltadas para o patrimônio cultural e arquitetônico são minuciosas e dispendiosas. Em notícia de 01 de julho de 2013, publicada pelo IPAC, “Estado inicia novas restaurações e reformas no Centro Histórico de Salvador e interior da Bahia”, é possível entender como o governo realiza, por exemplo, o processo de iluminação. Vejamos abaixo:

ILUMINAÇÃO CÊNICA – Nesta etapa serão iluminados agora mais quatro monumentos do CHS com recursos estaduais de R\$ 1,05 milhão beneficiando as igrejas do Carmo, Boqueirão e Santo Antônio, além do Oratório da Cruz do Pascoal, com previsão de quatro meses de obras. (...)

“O objetivo é ressaltar as linhas e estilos arquitetônicos das construções seculares, incorporando sombras e texturas como elementos de composição e contraste, para um impacto cênico ainda maior para quem visita o Pelourinho à noite”, revela o arquiteto fiscal da intervenção no IPAC, Adolfo Roriz. O projeto cria oportunidade de visualização ampla e moderna, desde o nível das ruas até os pontos mais

elevados, onde a iluminação pública não é capaz de proporcionar luz. (...)

LAMPIÕES COLONIAIS – O IPAC já havia implantado extensa iluminação nas ruas e travessas do Pelourinho. Em 2009, implantaram-se 305 luminárias em estilo ‘Caiscais’ – remetendo ao colonial – na grande extensão de ruas entre a Ladeira da Praça e o Largo do Carmo, com investimento de R\$ 1,2 milhão do Tesouro Estadual. (IPAC, 2015)

Todavia, essa empreitada torna-se ainda mais difícil para o novo governo, que busca responder a uma conjuntura em que as expulsões da população local geraram um severo esvaziamento. A área central torna-se, mais do que nunca, um espaço de cidade cenográfica. A saída imediata dada pelo governo é continuar a encenação de um bairro, não sendo exagerada a comparação de suas práticas ao sustento da rotina de um grande teatro.

As intervenções e desapropriações promovidas pelo governo do estado ao longo do programa de recuperação do Centro Histórico não o tornou sustentável social e economicamente. Basta pensar que em qualquer bairro da cidade, espaços residenciais ou comerciais onde a vida social corre em sua rotina corriqueira, para entender que são responsáveis pelo custeio desses serviços os proprietários ou inquilinos e pela gestão e manutenção da cidade, precipuamente, a Prefeitura Municipal. Em sentido contrário, muito da dinâmica da territorialidade do Centro Histórico é sustentada artificialmente, mediante as intervenções do governo do estado da Bahia, que arca com a manutenção das fachadas das edificações, ruas e calçadas, com os custos da coleta de lixo, iluminação pública, entre outros.

Durante todo o governo estadual petista, as práticas socioespaciais de diligência aos usos e apropriações relativas ao turismo foram constantes, sob o risco de escassez do fluxo de pessoas e de falência de seu sistema de comércio e serviços. Desse modo, não pôde faltar ao longo dos oito anos as ações de manutenção, a fim de conservar a boa aparência de sua arquitetura e melhorar a acessibilidade para os turistas. Antes mesmo da conclusão da elaboração do Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo em 2009, diversas foram as iniciativas:

- Articulações para a realização de ações emergenciais no CHS, no valor de R\$ 2,5 milhões, que incluiu as áreas de acesso ao Centro Histórico, a pintura e reparos gerais do Mercado Santa Bárbara e do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia;
- Ainda, no Centro Antigo de Salvador, foi concluída a 1ª etapa da recuperação das fachadas da Rua J.J. Seabra (Baixa dos Sapateiros) no trecho Aquidabã-Taboão e elaborado o projeto do segundo trecho (Taboão-Barroquinha), entre a Rua Padre Agostinho Gomes e a Ladeira do Ferrão. Além disso, também foi concluída a manutenção e

conservação de 17 imóveis, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,5 milhão.

- Celebração de convênio com o Ministério do Turismo (Mtur) para reconstrução do Mercado de São Miguel e recuperação dos acessos ao Centro Histórico – Rua Ruy Barbosa, Baixa dos Sapateiros, Carmo, Passo e Taboão, no valor de R\$ 28 milhões, envolvendo melhoria da acessibilidade, sinalização, iluminação e requalificação de fachadas; (SECULT, 2009)

Diante do desafio habitual de alimentar a dinâmica de apropriação pelo turismo cultural, além de gastos de infraestrutura, o governo traz a produção de diversas manifestações artísticas e culturais para os largos, praças e ruas do Centro Histórico. Por exemplo, segundo previsões do governo, o Projeto Pelourinho Cultural em 2008, alcançou 187.963 pessoas com 416 atrações (investimento de R\$ 3,4 milhões); em 2009, foram 731 apresentações; em 2013, cerca de 596 atrações (GOVERNO DA BAHIA, 2009, 2013; SECULT, 2009). As datas festivas também são momentos de alta no calendário, que todos os anos envolveram altos investimentos, principalmente, nos períodos de carnaval e São João.

Mas, sem dúvida, as práticas de restauração de edificações e monumentos tem maior importância na forma de apropriação estimulada pelo governo. Daí o volume imenso de recursos financeiros que desaguam em intervenções sobre o Centro Antigo de Salvador. Entre tantos outros gastos públicos, podemos destacar exemplos de práticas especiais de 2010, que revelam o padrão adotado ao longo dos dois mandatos:

- Conclusão, pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – Ipac, das obras de reforma e restauro do Palácio Rio Branco (R\$ 7,7 milhões), da Casa das Sete Mortes (R\$ 3,4 milhões) e da Igreja do Boqueirão (R\$ 3,2 milhões) mediante convênio com o Ministério do Turismo através do Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur;
- Em fase final de execução encontram-se as obras de reforma e restauro da Igreja e Cemitério do Pilar (R\$ 5,4 milhões) e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (R\$ 2,3 milhões), executadas pelo Ipac com recursos do Prodetur II asseguradas pelo Mtur, pelo BNB e com contrapartida do Estado; (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2010, VOL1: 146)

Mesmo com tantas outras cifras milionárias a serem elencadas, a cenografia e a espetacularização dessa área não se faz somente na ludicidade inventada, sem a comparecimento da realidade da fração da classe trabalhadora negra que vive nas bordas desse cenário. Literalmente, pode-se dizer que os seus ocupantes populares, verdadeiros sobreviventes – ambulantes, usuários de drogas, domésticas – enegrecem o espaço com

toda a veracidade cruel de suas posições sociais, com seus comportamentos e seus modos de vida que remontam a ancestrais explorações. Sem fantasia, eles mancham com o estigma negro dos seus modos de apropriação a reputação desse centro antigo de Salvador que os governos querem devotado ao desfrute de classes sociais com melhores rendimentos.

As formas de uso e apropriação do centro dos seus ocupantes populares negros persistem como um problema para o Estado. Para além dos efeitos negativos das expulsões e da resistência popular para as perspectivas de apropriação sob a lógica de mercado, o governo não deixa de lidar com a pressão pela retirada de cena das práticas espaciais indesejadas dos seus moradores mais antigos, como um apelo para evitar os prejuízos aos negócios.

Assim sendo, o governo precisa ir além das práticas socioespaciais de beneficiamento da exploração econômica do turismo, direcionando outras práticas a fim de encarar o impasse da sua política urbana com os interesses desses ocupantes populares. Neste caso, como já foi dito, as resistências populares contiveram o avanço do processo espoliatório, que sobrepunha uma apropriação turística e cultural no centro. Por conseguinte, ao governo Jaques Wagner interessava apresentar uma prática diferenciada com o intuito de destensionar o conflito com o Estado, o que fez mediante o convite aos movimentos populares para a construção da política e negociação de suas pautas.

No início do governo, para se ter uma ideia da sutileza dos caminhos adotados, a cerimônia de posse do Secretário de Cultura (que passa a ter importância fundamental na construção da política urbana para o Centro Antigo) aconteceu em uma encosta ocupada pela comunidade da Rocinha (RELATORIO DPPH, 2007-2010). Assim, o gestor procura mostrar a que veio e marca como seu primeiro ato político o compromisso com esses ocupantes populares do centro para a construção de 66 unidades habitacionais.

Em 2012, após uma série de reuniões desses moradores com os diversos órgãos das esferas de governo – estadual, municipal e federal –, fica previsto o início das obras de Requalificação da Vila Nova Esperança (como passa a ser chamada) com o investimento total de R\$ 7,9 milhões do Programa PROMORADIA, em parceria com a empresa Dow Química. Contudo, a despeito de toda expectativa posta no gesto político,

as obras nunca saíram do chão sob justificativas de entraves de realização e financiamento.

De antemão, frente a essa classe trabalhadora negra, exposta as ameaças e as oportunidades das práticas de cenografia e espetacularização das suas territorialidades pelo Estado, a aparência das intenções e dos gestos do governo Jaques Wagner exhibe-se numa disposição em atender as suas demandas. O lócus das oportunidades de atendimento das suas pautas são os espaços participativos e de negociação: conselhos das cidades, GT's, oficinas, mesa de negociação, etc. Mas as promessas logo se mostrariam “de pernas curtas”, sem a concretização das reivindicações.

Interessa destacar essas expectativas que se abrem aos movimentos populares e aos seus ocupantes do centro, pois através de sua vazão realiza-se um novo arcabouço de relação com o governo. Por sua vez, como consequência, o espaço de diálogo exaure as tensões e o acirramento dos conflitos. Há o esvaziamento do embate dos ocupantes populares com os interesses de classe, que o Estado resguarda com seu modo excludente de apropriação territorial do centro.

Para entender melhor o teor dessa relação do governo com o MSTB, importa observar a rotina de pressões, reuniões e compromissos selados. As atas de reunião, documentos e depoimentos revelam muito das condicionantes do diálogo e da particular relação, que indica posicionamentos e reposicionamentos de ambos os lados ao longo do período discriminado nessa pesquisa.

4.9 O rumo do MSTB na luta pelo direito à moradia no centro

Para o MSTB, a transição política no governo do estado da Bahia exigiu mudanças de orientação. Sob a influência da eleição de Jaques Wagner, entre outubro e novembro de 2006, o movimento decide compor a Frente de luta por Moradia Popular com o objetivo de unificar diversos movimentos em torno de uma jornada de luta e de suas demandas. A partir desta articulação, por exemplo, no dia 27 de abril de 2007, os movimentos dessa Frente reuniam-se com a CJP, SEDUR, CONDER, SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação) e representante do Ministério Público do Estado, como resultado de um pleito encaminhado pela Secretária Municipal de Habitação, Angela Gordilho (Ata de Reunião, 27.04.07). O amplo espectro político da composição da frente conformava uma tentativa de unidade entre os movimentos sociais na relação

com o governo petista, que logo destoou da oposição nas orientações da direção política do MSTB.

Um ano depois, o MSTB mudava por completo o seu rumo no sentido de garantir maior autonomia. A deliberação foi seguir em seus processos de mobilização, sem arrefecer os meios de pressão sobre o governo do PT. O desígnio era ocupar imóveis vazios no centro e, sobretudo, investir na ocupação de terrenos públicos ou objeto de especulação imobiliária no Subúrbio e no Miolo. O MSTB assume uma posição aguerrida e de pressão, desviando da rota de participação dos espaços de construção das políticas públicas (adotado pelo conjunto dos demais movimentos sociais), o que termina por forçar o governo à efetiva negociação das suas pautas. Por essa razão, o movimento ocupa, principalmente, o espaço da política de mediação de conflitos para alcançar o avanço das suas conquistas.

Ponto alto dessa reorientação, no dia 17 de abril de 2008, o movimento realiza uma manifestação na Governadoria com a participação de muitos militantes das suas ocupações, o que resultou em uma reunião com os secretários de governo da SERIN – Relações Institucionais (Rui Costa), da SEDUR (Afonso Florence) e da SEMARH – Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Juliano Matos). Naquela oportunidade diversas reivindicações obtiveram resposta do alto escalão do governo e uma mesa de negociação permanente foi criada para tratar das pautas do movimento.

No entanto, observe-se, desde já, que naquela oportunidade as demandas das ocupações do MSTB no Centro Histórico foram consideradas de difícil acolhimento pelo Estado: “Ele (Afonso Florence-SEDUR) explicou que os imóveis do IPAC são administrados pela SECULT. O Pelourinho é um bairro com prédios antigos. A reforma é muito cara” (Ata da Reunião, 17.04.2008).

Sobre a posição estratégica adotada pelo movimento, a Superintendente de Habitação no primeiro mandato do governo, atuante na coordenação das mesas de negociação com o MSTB, Liana Oliveira, tece as seguintes considerações:

Não estar na institucionalidade tem um ganho de vôo próprio, de autonomia e de uma postura mais de enfrentamento, e de crítica do governo, e foi uma opção. Mas, ao mesmo tempo, o movimento, o MSTB criou uma estratégia própria, dentro de si, para se aproximar dessa institucionalidade, também. E foi por meio da mediação de conflitos. Foi o caminho que o movimento escolheu que foi muito interessante e como era um movimento de oposição, o único que se colocava nessa condição de oposição, estar fora da institucionalidade, estar fora do conselho significava, também, não disputar suas pautas

dentro de um órgão legalmente instituído, de construção de política. Então, eu acho que tem a perda nesse sentido, né? E perda não é para o movimento só, né? É perda para a política na construção, né? Porque se o MSTB estivesse dentro do conselho, talvez a gente tivesse conseguido avançar mais em determinados pontos, em determinadas pautas. Então, eu acho que tem uma perda para a política e do ponto de vista da pauta dos próprios movimentos, o movimento conseguiu, a partir do enfrentamento, da opção estratégica e até tática, conseguiu ter um espaço na institucionalidade que discutia seus projetos. Então, na mediação de conflitos a gente tinha uma agenda praticamente mensal com o MSTB, com as lideranças de direção, e, também, com as lideranças das ocupações. Então, tinha uma rotina de encontros e de acompanhamento das ações que estavam mais alinhadas. Tanto é que com todas as conspirações que também acontecem na política, uma das coisas que diziam foi que eu tinha favorecido o PSOL dentro do governo, né? Como gestora diziam isso e, na verdade, aquele espaço do MSTB dentro do governo e a comissão de mediação de conflitos foi uma conquista do movimento. O movimento ocupou a governadoria. O movimento foi pra cima da SEDUR e conquistou o seu espaço, que não era um espaço de construção da política pública que era o conselho. Então, foi uma opção e uma experiência pra nós, na condição de gestores, assim, muito interessante, também. E foi a forma que os demais movimentos, por estarem alinhados com o governo, eles tinham um espaço, também. E o MSTB ele conseguiu o espaço pelo enfrentamento que é uma forma própria dos movimentos sociais, principalmente nessa condição de oposição. (Liana, entrevista concedida ao autor em 2015)

Nos espaços institucionais abertos a discussão da situação das ocupações, sem embargo de todos os desafios colocados sobre a problemática da habitação popular no Centro Histórico, os técnicos dos órgãos responsáveis pela sua gestão urbana assumem a responsabilidade por recepcionar e dar encaminhamento as reivindicações das ocupações do MSTB. Isso fica evidenciado ainda no primeiro ano de governo, quando seus órgãos, por exemplo, reúnem-se para discutir a situação das ocupações do movimento, conforme ata abaixo:



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Av. Tancredo Neves, 450 – Ed. Soares Trade, 34º andar sala 3401 – CEP 41820-020 – Salvador – Bahia – Brasil
Tel: (71) 3116 5716 – Fax: (71) 3116 5719
Site: www.sedur.ba.gov.br

DATA: 17.10.07

LOCAL: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER (Pelourinho).

PARTICIPANTES: Adriana Nogueira Lima – Coordenadora SEDUR, Bruno Barbosa Heim – agente público SEDUR, Leila Santana – Estagiária SEDUR, Edmilton Cerqueira – Assessor SEDUR, Laila Nazem Mourad – CONDER, Mauricio Araújo – CONDER, Sônia França – IPAC, Raul Chagas – IPAC, Madalena Menezes – IPAC.

ATA DE REUNIÃO

Aos dias dezessete do mês de outubro do ano de 2007, os acima indicados reuniram-se na Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, com objetivo de dar continuidade às discussões, visando encontrar uma solução definitiva para a situação de moradia das famílias ocupantes dos três imóveis do Centro Antigo. Discutiu-se a possibilidade de aproveitar o espaço ocupado, se por acaso for viável, visando a permanência nos imóveis ou relocando para áreas, no próprio centro antigo, as famílias que porventura não estejam vivendo de maneira adequada. Foi entregue, durante a reunião, o relatório da visita técnica realizada nos três casarões ocupados, nº. 125 (Ladeira da Soledade), nº. 32 (Rua do Paço) e nº. 46 (Rua do Paço). Com intuito de acelerar a reestruturação das casas, foi proposto um diagnóstico de cada imóvel, dentre outras providências. Mas, de antemão como encaminhamentos desta reunião ficou definido que: dia 19/10/07 - Dra. Sônia (IPAC) iria encaminhar a lista dos ocupantes para a SEDUR; dia 22/10/07 - Laila (CONDER) iria encaminhar o cadastro dos ocupantes para a SEDUR; dia 01/11/07 – Raul (IPAC) iria apresentar relatório contendo o custo da obra, tempo, número de famílias por imóvel, etc. dos imóveis ocupados; e no dia 06/11/07 – Edmilton e Adriana (SEDUR) iriam encaminhar relatório consolidado para IPAC e CONDER. Ficou acertado que no dia 07/11/07 às 09:00, acontecerá uma nova reunião na CONDER, com o propósito de encaminhar possíveis soluções que possam assegurar o direito à moradia digna.

Vale ressaltar que, ao mesmo tempo, em que se demonstra diligência no atendimento às reivindicações das lideranças do MSTB, o governo mantinha o artificial cenário do Centro Histórico, seus usos contemplativos e de entretenimento voltados para o público consumidor. O governo parece recepcionar os interesses populares,

estabelecendo acordos, pactos, trazendo os conflitos e reivindicações para uma composição, mas sem colocar em questão os modos de produção e reprodução deste espaço que atentam contra as territorialidades dessas mesmas famílias negras.

O MSTB, por se constituir como movimento de oposição a direção política do PT, conquistou espaços institucionais importantes, o que permite um olhar privilegiado sobre a maneira pela qual o governo conduziu a sua relação de conflito com os interesses dos ocupantes populares. Assim sendo, para entender mais a fundo o contrassenso das práticas do governo enfocamos a observação sobre o desenrolar das negociações estabelecidas com movimento. Qual o teor de tal conciliação para as reivindicações do MSTB?

Nesse sentido, elaborei uma síntese das reuniões entre governo e MSTB, onde destaco os encaminhamentos e as decisões referentes às ocupações no Centro Histórico, em um período que vai até o final de 2011. O marco final deve-se às alterações na política e na equipe de governo no segundo mandato, que geraram uma descontinuidade das negociações. Entre resumos da literalidade e a transcrição de trechos das atas, as discussões nas reuniões estão descritas abaixo:

Data	Atividade	Conteúdo relacionado às ocupações do MSTB no CAS
03.09.2008	Reunião entre MSTB, a CJP e a SEDUR, SERIN e SEMA	Indicada a aprovação de recurso para projeto de adaptação de moradia através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com início de obras previsto para abril de 2009. SEDUR, IPAC e CONDER realizaram vistorias técnicas. “O Estado reafirmou o compromisso, assumido em dois mil e sete, que as famílias dos IPAC’s ficarão no Centro Histórico.”
30.04.2009	Reunião que dá seguimento a mesa de negociação entre SEDUR, CONDER, SERIN, MSTB e CJP.	A reunião foi aberta com a explicação do Programa Minha Casa Minha Vida pela Superintendente de Habitação; “Ficam pendentes informações relativas ao IPAC I, II e III cujos recursos estão assegurados pelo PAC (...)”.
04.08.2009	Reunião entre SEDUR, SERIN, MSTB e Coordenadora do curso de arquitetura do UFBA.	“IPAC I, II e III: SEDUR encaminhará relatório das obras ao movimento num prazo de aproximadamente 15 dias”
02.12.2009	Reunião entre SEDUR, SERIN, MSTB,	“IPAC I, II e III: o IPHAN já aprovou o estudo preliminar arquitetônico. SEDUR informou que o início das obras está

	CJP, IDCP/IFBA e Cozinheiros Sem Fronteiras.	previsto para março de 2010”.
04.05.2010	Reunião entre SEDUR, CJP e MSTB.	“IPAC I, II e III: tendo em vista novas informações sobre o cancelamento do financiamento pelo PAC, fica deliberado uma reunião específica no prazo de dez dias para tratar de todas as ocupações do Centro Histórico do MSTB”
27.07.2010	Reunião entre SEDUR, SERIN e MSTB	“IPAC I, II e III: As famílias do prédios IPAC I, II e III, serão mantidas na região do Centro Histórico. O processo licitatório para a contratação da empresa construtora que fará a adaptação de dois dos prédios já foi iniciado”; “NOVAS DEMANDAS: O movimento informa ainda a ocorrência de nova ocupação na Baixa dos Sapateiros e solicita que a SEDUR atue na mediação do conflito fundiário e busque a inclusão das famílias em projetos de habitação. A SEDUR se compromete a incluir em programas futuros os dois imóveis ocupados pelo movimento: o imóvel localizado na Rua das Flores e o outro localizado na Baixa dos Sapateiros, bem como assume o compromisso de intervir no processo de mediação do conflito fundiário dos imóveis”
02.12.2010	Reunião entre SEDUR e MSTB	“Pedro Cardoso iniciou a reunião informando que, no dia 12 de novembro de 2010, a CONDER ordenou o corte de energia da ocupação localizada na região da Jequitaiá-Comércio. O movimento registra a gravidade do fato tendo em vista que a ocupação é composta por 73 (setenta e três) famílias, incluindo crianças e idosos”. “IPAC I, II e III: Encaminhou-se que a SEDUR irá encaminhar à Diretoria de habitação da Conder a lista das famílias que serão contempladas em projeto habitacional; a SEDUR irá solicitar a CONDER informações sobre o início das obras”.
25.03.2011	Reunião entre a SEDUR e o MSTB	“IPAC I, II e III: A SEDUR informa que o projeto está inscrito no PAC – Centro Histórico e a SEDUR reafirma o compromisso assumido com as famílias. A CONDER irá receber o pleito do movimento sobre o teto do casarão nº46 e realizará vistoria no local”. “ED. WATER CENTER/ÁGUA DE MENINOS: A CONDER afirma que o projeto está em fase final de análise na CAIXA”.
26.05.2011	Reunião entre CONDER, SEDUR e representantes das ocupações do MSTB no Centro Histórico.	Foi finalizado o cadastro das famílias da ocupação na Baixa dos Sapateiros para a inserção no aluguel social.
10.06.2011	Reunião entre a	“CENTRO HISTÓRICO: MSTB e SEDUR concordam com a necessidade de discutir e elaborar procedimentos

	SEDUR e o MSTB	específicos para a mediação de conflitos na região do Centro Histórico de Salvador, em virtude da especificidade do local. (...) ocorrerá reunião específica entre SEDUR, SECULT, IPAC, CONDER e MSTB para tratar das demandas das ocupações do MSTB que estão localizadas no Centro Histórico”. “ÁGUA DE MENINOS –WATER CENTER: A SEDUR informa que a obra do imóvel foi encaminhada ao PAC I e ainda não ocorreu a licitação. A SEDUR mantém o compromisso da permanência das famílias no imóvel até a licitação da obra”. “BAIXA DOS SAPATEIROS: O MSTB irá apresentar proposta para reverter a ida das famílias para Simões Filho e manter as famílias na cota do movimento em Salvador”
18.08.2011	Reunião entre SEDUR, CONDER e MSTB.	<p>Demandas: 1) Participação do IPAC; 2) Projeto amplo para o CHS, não restrito a habitação; 3) As famílias do centro estão sendo remanejada por programas habitacionais para áreas periféricas, sem infraestrutura e serviços; 4) Reivindica que os prédios do IPAC ocupados sejam reformados e as pessoas mantidas; 5) Pede a desapropriação de imóveis no CAS – Jequitaia Edf. Water Center, Soledade e Rua das Flores.</p> <p>Encaminhamentos: 1) Eleonora (superintendente de habitação) encaminha reunião em 15 dias com os órgãos responsáveis pelo CHS; 2) Ubiratã (Conder) informa que o governo do estado está retomando obras no CHS, incluindo a 7ª etapa; 3) Eleonora informa que o IPAC III passará por uma reavaliação com a possibilidade de uso para habitação de interesse social; 4) Eleonora informa que a deficiência de equipamentos nos empreendimentos da 1ª etapa do MCMV não deverão ocorrer na 2ª etapa e que há o esforço de inclusão produtiva. 5) Eleonora informa que um responsável da SEDUR acompanhará a realização dos dossiês do MCMV, para verificar a possibilidade de reversão de pendências. 6) Ubiratã informa que a ocupação do Jequitaia está em estudo pela conder, com revisão de recursos na CAIXA, todavia as unidades serão destinadas as famílias remanejadas da via expressa. As famílias ocupantes serão cadastradas e depois encaminhadas para projetos habitacionais dentro do Centro de Salvador; 7) Eleonora informa que serão realizadas visitas a rua das flores e ladeira da prata.</p>

Sobre esse processo de negociação, o MSTB expressa seu entendimento no “Dossiê das ocupações do MSTB no Centro Histórico”, no qual tece críticas sobre o trabalho desempenhado pelos gestores:

O percurso desta morosidade, que se mistura em vários momentos à incompetência, pode ser visto nas transcrições das atas de reunião em anexo a este dossiê, mas há padrões bastante evidentes. Promessas de obras de adaptação para fins de moradia dos imóveis ocupados com recursos do PAC sendo descumpridas porque o financiamento teria sido “cancelado”. Promessas de obras adaptação com recursos do PAC Cidades Históricas também sendo retiradas. Completa incapacidade da SEDUR para chamar o IPAC – os dois são órgãos do Governo da Bahia – a participar das mesas de negociação entre Governo da Bahia e MSTB. Ineficácia para suspender reintegrações de posse movidas pelo IPAC envolvendo prédios ocupados pelo movimento e em processo de negociação com a SEDUR. (As possessórias arrastam-se desde 2007 e impedem inclusive a aplicação da demarcação urbanística aos imóveis ocupados.) Contratos para reforma de 16 casarões são subitamente “suspensos”, sem previsão de retomada. Visitas e selagens cuja memória se perde nos porões da burocracia do Estado e demanda nova realização, que se perde novamente no mesmo sumidouro. (MSTB, dossiê das ocupações do MSTB no Centro Histórico, 2013)

Nesse primeiro período de governo, as reuniões tinham a participação de representantes de várias ocupações do movimento e, do outro lado da mesa, os representantes do governo. Existiam esforços envolvidos na escuta das demandas e na tentativa de oferecer respostas, mas nas sucessivas reuniões as expectativas de projetos de produção, reforma e melhorias para habitações de interesse social são todas frustradas. Apesar da permanência nos imóveis, os processos de reintegração de posse são mantidos a intimidar os ocupantes. Condições outras limitavam as possibilidades dos sujeitos em negociação, quanto ao alcance e o teor da política de habitação de interesse social do governo para a região do antigo centro.

Há, entretanto, mudanças na passagem ao segundo mandato de Jaques Wagner, que rebatem na relação com o MSTB. Uma mudança significativa ocorre com a redução da equipe de trabalho da SEDUR. Embora essa secretaria tenha crescido e ganhado importância pela gestão de programas como o PAC, o “Água para Todos”, PMCMV, a redução progressiva dos investimentos e repasses do governo federal geraram, principalmente, a desestruturação da Diretoria de Regularização Fundiária.

Ademais, com a saída de Afonso Florence do comando da secretaria em 2010 para dar lugar a Cícero Monteiro, o movimento perde espaço de interlocução dentro do governo. Um indicativo fundamental da mudança na relação é a substituição de João Pereira na Coordenação da Mediação de Conflitos Fundiários por um Major da Polícia Militar, Paulo Cesar Cabral, em 2013.

Sobre essas mudanças, especialmente, o ingresso de um militar a frente deste que é um cargo importante no apoio ao movimento em seus conflitos com proprietários, posseiros e grileiros, o MSTB apresentou a seguinte carta endereçada a diversas organizações do Estado, da sociedade civil e outros movimentos sociais no conselho das cidades, da qual destaco o seguinte trecho:

A atuação da CONF (Coordenação de Mediação de Conflitos Fundiários) foi um dos elementos responsáveis pela solução pacífica e negociada de diversos conflitos urbanos que ocorreram no Estado, fato que se deu ao papel da mediação e à relação de confiança entre movimentos sociais e os representantes do estado ali lotados.

Entretanto, a SEDUR, desde 2010, vem passando por um forte processo de desmantelamento interno, com redução drástica do quadro de funcionários que lidam com a questão da moradia popular e regularização fundiária de interesse social. Em setores onde trabalhavam mais de 30 pessoas, hoje existem apenas 4 para tocar as questões de todo o Estado.

Para piorar a situação e demonstrar o descaso e a mudança de postura do Governo do Estado com relação as reivindicações dos movimentos urbanos, o novo coordenador da CONF é nada mais nada menos que um Oficial da PM, Major Paulo Cezar.

Este mesmo Major esteve envolvido em uma das ocupações realizadas pelo MSTB – Ocupação do Capelão – em 2013 e chegou a ameaçar o movimento: “Ou vocês aceitam a proposta, ou vamos ter que usar outros métodos”. Ou seja, a força, para retirar os ocupantes.” (Carta aberta do MSTB, 2013)

Desse modo, o MSTB vê arrefecer o seu potencial de comprometimento do governo com as pautas das suas ocupações. A redução e alteração de equipe na SEDUR revela um esvaziamento da prioridade em atender suas demandas, o que se consolida numa progressiva redução da capacidade de acompanhamento por falta de pessoal e de recursos. As reuniões continuaram com menor intensidade e abatimento das expectativas de conquistas e avanço das pautas do movimento. Ao perceber esse caminho, o MSTB realiza em 2013 uma nova marcha das suas ocupações à SEDUR, no que vale destacar, algumas reivindicações que não foram acolhidas:

Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB)

Pauta de mobilização – 11 de abril de 2013

1) Geral

a) A abertura imediata de concurso público para recompor a equipe técnica da SEDUR, com especial atenção para os setores de mediação de conflitos e de regularização fundiária.

b) Ampliação dos órgãos presentes na mesa de negociação entre MSTB e governo, incluindo CONDER, SEMA, SEDES, IPAC, SERIN, SESAB e SSP.

(...)

2) Centro Histórico

- a) Retirada imediata das reintegrações de posse movidas pelo IPAC contra ocupações do MSTB feitas em prédios abandonados e que estão sob sua gestão.
- b) Titulação imediata para as famílias residentes nos prédios IPAC I, II e III, Rua das Flores, conforme artigo 169 da Constituição Federal.
- c) Consolidação da permanência das famílias do Water Center no prédio através de titulação e requalificação do imóvel para fim habitacional.
- d) Apresentação imediata de informações sobre os projetos Pilar 2 e Pilar 3 – que já tem imóveis desapropriados para requalificação (ex: Caminho Novo do Taboão, nº 23, 27 e 27; Rua do Julião, 06; Ladeira do Taboão) – e sobre a situação das famílias que hoje residem no ocupação IPAC II e estão cadastradas para estes projetos.
- e) Adequação em caráter de urgência de quantos entre os 1.100 imóveis vazios do Centro Antigo identificados pelo Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS) forem necessários para garantir moradia digna para as 46 famílias da ocupação Baixa dos Sapateiros que estão no aluguel social.
- f) Uso prioritário dos 1.100 imóveis vazios do CAS já identificados pelo ERCAS para moradia das famílias de baixa renda residente no Centro Histórico. (MSTB, pauta de mobilização, 2013)

Apesar das inflexões do governo no segundo mandato, não há uma mudança substancial na dinâmica de luta dos militantes do MSTB contra o processo de expulsão no Centro Antigo de Salvador. A situação de conflito é estabilizada a partir do compromisso assumido pelo governo de que as famílias permaneceriam no Centro, o que se materializa com a contenção das reintegrações de posse, sem a retirada dos processos judiciais. No entanto, exatamente nesse contexto, mediante a continuação das mesas de negociação, ainda que com menor frequência e sem tantas expectativas na renovação dos compromissos, uma perspectiva político-estratégica de silenciamento das expulsões continua o seu curso.

4.10 Política social de habitação para o capital

Em termos gerais, o Governo constrói uma política destinada a assegurar o direito à moradia para a população de baixa renda no estado da Bahia. Há a desígnio de enfrentamento do déficit habitacional em iniciativas como o Programa de Habitação Casa da Gente, estruturando-se uma política a partir da construção participativa da Lei nº 11.041/2008⁶¹, que trata da Política Estadual de Habitação de Interesse Social. Tendo a população de baixa renda como foco (famílias que recebem até três salários mínimos),

⁶¹ Essa legislação resultou de 16 audiências públicas até a aprovação na Assembleia Legislativa.

a Lei institui um Fundo de Habitação de Interesse Social e a SEDUR desenvolve um plano estadual de habitação e regularização fundiária.

Diversos programas habitacionais com recursos federais captados pelo Estado da Bahia, através da SEDUR e CONDER, permitiram o repasse de valores previstos para as obras do PAC, PAC/FNHIS e PMCMV. Para se ter uma ideia mais abrangente, segundo os dados do governo, considerando os contratos e convênios firmados com todas as esferas de governo, incluindo o repasse de recursos de programas federais e do próprio governo estadual, os investimentos previstos em 2010 totalizavam R\$ 661.690.822,27. No universo amplo de incidência desses investimentos, o quantitativo de 951 unidades habitacionais foi destinado a atender as reivindicações dos movimentos sociais, sob o valor total de R\$ 39.277.541,06 (DPPH, 2010, p.111).

No rastro do grande volume de recursos do Programa MCMV, os movimentos sociais obtiveram a conquista de reverter o impedimento de projetos em áreas ocupadas, de forma a abrir espaço entre critérios sob o largo domínio dos interesses empresariais. Nesse quadro, a posição estratégica do MSTB de continuar a pressionar o governo e priorizar a ocupação de terrenos, sobretudo, na Suburbana, mostrou-se acertada.

A conquista de conjuntos habitacionais pelo movimento foi possível, principalmente, porque acompanhou a lógica de (re)produção da espaço urbano que empurra a classe trabalhadora exatamente para o subúrbio, para as periferias onde são escassas as oportunidades de trabalho e deficitários os equipamentos e serviços públicos. Desse modo, na luta da classe trabalhadora pela moradia, algumas ocupações chegaram à frente ao apropriar a terra, imprescindível a uma política de habitação popular que, ao mesmo tempo, adota uma lógica de negação do direito à cidade.

O que se pode notar é como a conquista da moradia digna pende de uma adaptação dos movimentos populares a uma lógica institucional de produção de habitações de interesse social, que ruma para as periferias, exatamente, por resguardar as dinâmicas de apropriação das frações capitalistas e das classes sociais com melhores condições econômicas sobre as centralidades e os espaços privilegiados.

Por esse motivo, as negociações como via estratégica do MSTB somente puderam surtir efeitos positivos entre algumas daquelas ocupações adaptadas aos ditames de uma política urbana de teor compensatório. Ou seja, algumas ocupações do movimento puderam acessar os ganhos de uma política de ajuda aos mais pobres, porque passavam pelas exigências do processo de acumulação do capital sobre o espaço urbano.

A despeito dos esforços e até do compromisso político de técnicos e servidores, quando falamos das promessas de uma política de habitação de interesse social para os ocupantes populares do Centro Tradicional de Salvador, essas intenções acabaram funcionando mais como elementos retóricos de condução da relação do governo com os movimentos sociais. A impossibilidade de honrar os compromissos são anteriores e remontam aos limites estabelecidos na própria política de governo, como revela Adriana Nogueira, Diretora de Regularização Fundiária no primeiro mandato:

Tinha uma decisão de governo de que quem iria ficar mesmo no centro histórico, ao meu ver, era sétima que já estava e o pessoal da rocinha. Mas, eu nunca vi uma definição de governo de que o pessoal sem teto iria ficar no centro. Eu acho que a coisa foi rolando muito por uma questão conjuntural de que o secretário viu ali a possibilidade de uma relação com o MSTB e dali ele criar até uma governabilidade interessante. E aí, todos os projetos envolvendo o MSTB nos prédios do Centro, todos eles eram considerados tecnicamente inviáveis. O que vinha: isso é inviável. Isso era inviável porque não existe tecnicamente inviável. Era porque era um custo alto e o governo não priorizava o investimento. Um custo alto para recuperar. O Programa Minha Casa Minha Vida foi utilizado inicialmente na mediação de conflito. Foi possível através dele viabilizar a mediação do DNOCS e Mata Escura. (...). E aí, essas coisas terminaram? Eu acho que terminou muito mal, porque terminou várias pessoas saindo do Centro para o Minha Casa Minha Vida em lugares distantes. (Entrevista concedida ao autor, 2015)

Não houve por parte do governo o reconhecimento do patrimônio imaterial do antigo centro, mantido vivo por seus ocupantes negros entre os seus improvisos e experiências populares de ancestralidade africana. Continuou engajado, tal como os governos anteriores, na preservação do patrimônio material, buscando salvaguardar uma apropriação reificada da cultura e da história. Por isso, ao delinear uma estratégia de negociação com os movimentos sociais, o governo estadual de Jaques Wagner tão-somente dá sustentação às práticas socioespaciais que abrem alas, principalmente, para a exploração rentável concentradora e especulativa pelo atrativo comercial desse território para o turismo.

Interessante observar como as condições de realização da política suplantam as posições contrárias no âmbito do próprio aparelho de Estado. A frente da Superintendência de Habitação no primeiro mandato, Liana Viveiros conta sobre sua posição e embate com outros entendimentos no governo:

O que eu percebia dentro do governo da época era uma visão, de algumas instâncias de governo, inclusive a instância de patrimônio,

que persistia num certo preconceito, com a dificuldade de entender que a política de habitação do centro antigo ela não tinha uma dimensão apenas de política habitacional, ela tem uma dimensão de política cultural, de política de cultura. Então, fazer habitação social no centro histórico, no centro antigo, implica num investimento muito maior e esse investimento muito maior significa que, de um lado, você está fazendo uma política de habitação para atender as famílias que moram naquele lugar, que tem toda uma história naquele lugar e, ao mesmo tempo, você está fazendo uma política de proteção de patrimônio, uma política também de manutenção das vivências, das práticas, das vidas cotidianas daquelas pessoas e tal. Então, quando você orçava, e aí entra uma questão muito prática no projeto habitacional do centro antigo. Dentro do governo, as instâncias de gestão de recursos públicos, a própria casa civil, questionava muito, porque fazer habitação social no centro histórico já que custa tanto e você pode fazer uma casa e atender uma família em Cajazeiras, em Mussurunga, em um bairro que tem um preço do solo menor, que implica num custo menor. Então, essa foi uma dificuldade muito grande e no PAC que isso ficou muito... Foram vários embates com outras instâncias do governo. Embates nossos com instâncias outras do governo para defender essa posição. (Entrevista concedida ao autor, 2015)

Por certo que a luta política pela apropriação do centro não foi definida nos gabinetes pelos simples intentos daqueles que à mesa representavam o governo nas sucessivas reuniões com o MSTB. Tampouco as demandas apresentadas pelos moradores das ocupações puderam ser prontamente atendidas nesses espaços institucionais, sem a aversão de interesses poderosos que também disputam cada palmo de valorização do Centro Antigo de Salvador.

Essa experiência institucional conduzida pelo PT, que atravessa o processo de direção das lutas sociais no país, fecha o cerco dos horizontes de entendimento de muitos militantes sobre as correlações de forças em que se encontram. Inclusive, não lhes permitindo reconhecer o recuo político, assim como a burocratização e a cooptação que lhes inferem sucessivas derrotas, perdas de direitos e garantias nessa conjuntura de conquistas imediatas e de ampliação do acesso popular ao consumo.

Não obstante a orientação política contra hegemônica do MSTB, cujo processo de direção convoca ao enfrentamento ao governo, a disputa dos recursos da política social de habitação também até as expectativas e práticas do movimento aos limites dessa institucionalidade. É nessa relação com o governo que se forma as experiências de luta dos sem teto. Logo, eu mesmo, enquanto assessor popular, pude constatar como muitos dos militantes sem teto atuavam com listas intermináveis, faziam cadastros das famílias,

quando não agiam nas ocupações e núcleos como verdadeiros gestores do programa de habitação do Estado.

O que talvez não se perceba é que, desse modo, o governo obtém o consentimento ativo dos movimentos populares em uma política de produção de habitações que serve, sobretudo, ao imenso acúmulo de grandes construtoras e demais beneficiários do circuito de realização da mercadoria habitação.

Quem está vencendo essa batalha, os trabalhadores na luta pela moradia ou o capital imobiliário, as construtoras, etc? Uma resposta difícil, dúbia: avança a largos passos a concentração da riqueza das classes dominantes, muito embora, a resposta objetiva não dê conta do muito que são as conquistas das políticas sociais com transferência de renda para aqueles acostumados a não ter garantidos os seus direitos fundamentais.

Assim, o governo petista tenta construir um determinado consenso em torno da política urbana do Centro Antigo de Salvador, condizente com a expressão da hegemonia burguesa e de seus projetos conduzidos no interior do movimento dos trabalhadores.

4.11 O silente despejo: ou o planejamento neoliberal de pilhagem da classe trabalhadora

A consequência imediata da imersão dos militantes do MSTB em uma instância de negociação com o governo é a permanência das famílias nas ocupações do CAS, exceto pelos antigos moradores da Baixa dos Sapateiros, beneficiários do aluguel social. Através dessa institucionalidade, todavia, não tiveram as prometidas reformas, restauros e melhorias, fundamentais a segurança e ao saneamento dessas ocupações. As vistorias técnicas foram em vão, assim como as previsões dos recursos do PAC não revertidos em moradia. Dentro desse contexto, essas omissões do governo revelam-se na disputa pela apropriação do centro como parte fundamental de uma estratégia de expulsão dos ocupantes, a qual uma liderança local tanto reconhece como esboça a sua própria forma de resistência:

O PT, o governo Wagner, ele não nos botou para fora, mas também não nos garante, não nos garantiu, e não nos garante que a gente fique. Eles não permitiram que reformasse, por a gente não ter condições financeiras de manter o patrimônio (...). Eles não nos permitiram fazer rede de esgoto pra fora, a gente joga os dejetos para o fundo, mas

ofício foi mandado. A gente mandou ofício para vim, para ele dar uma olhada no telhado, que o telhado é uma das coisas que ajuda a piorar a situação de uma casa é um telhado. Nunca deram ouvidos, mas o ofício está aí guardado. Acho que foi três ofícios que a gente mandou, pedindo para o governo fazer um reparo no telhado porque molha tudo. “Joana e Maria”⁶² sofrem até hoje quando chove. Pedimos para vim ver as rachaduras. A rachadura aí, agora que eu vou mexer. Eu não vou esperar mais eles virem, porque o prédio vai cair por cima da gente, né? Uma coluna, duas colunas, três, quatro, cinco colunas. Da entrada, então, é a pior de todas é aquela ali. Eles não permitem que mexam em nada. Mas não é para mexer? Eu vou fazer isso agora. Não vou mentir não, já vou até me preparar com advogado, porque eu vou rebocar, botar o remédio, para os ferros não ficar estourando tudo. Mas, realmente, eu não posso ficar assim. Ainda mais molhando do jeito que está, porque molha mesmo. Quer dizer, ele não nos deu direito nenhum. Então, eles são sutis, mas agem da mesma forma. Eles violentam. Mas tipo assim, deixa lá, deixa cair por cima dele, deixa lá. Pra quê esse povo quer morar de frente para o mar? Não é? Um bocado de gente feio, pobre, preto. O governo Wagner não foi diferente. (Entrevista concedida ao autor, 2015)

Imperceptíveis à observação mais superficial, as expulsões continuam a acontecer no íntimo de cada ocupante em forma de cansaço, desesperança, aliado ao medo e a angústia que as famílias enfrentam a cada dia. São vidas sempre por um fio, ameaçadas. Nem sempre tem toda a comida para alimentar a família, mas paciência, que se cata uma latinha, um papelão e vende cerveja. Explicam: “Se eu não trabalhar, eu não ganho”. Dependentes do trabalho nas ruas, dos “bicos”, vez ou outra, o órgão de fiscalização da Prefeitura restringe, regulamenta, proíbe de colocar a barraca ou o “rapa” leva as mercadorias. O Estado não beneficia a economia popular desses moradores locais e segue no sentido da repressão.

Também, se o ocupante anda na rua, olham feio, apontam e dizem que é sem teto, que é ladrão. São as principais vítimas da violência das facções do crime organizado e da polícia. Quando pergunto: “e você, pensando no futuro, o que queria para você e sua família dentro do Centro Histórico?”, uma ocupante responde:

Eu queria que eles me permitissem andar na rua de cabeça erguida e não de cabeça baixa. Ter uma melhora para as minhas filhas, porque eu tenho mais filha mulher do que homem. Amanhã ou depois minhas filhas não estão nem podendo sair nas ruas, né não? Mas é assim, se for sair na rua, ou a polícia vai mata, ou o vagabundo. Os dois estão sendo vagabundo, os dois estão sendo ladrões, os dois estão sendo descarados. (Entrevista concedida ao autor, 2015)

⁶² Esses são nomes fictícios com objetivo de preservar a identidade do (a) entrevistado.

Independentemente de quem violenta e de quem mata, o medo é um só, principalmente, das mães com os filhos, como explica outra moradora, que precisa sussurrar dentro do seu próprio espaço na ocupação:

Hoje as famílias não têm quase respeito nenhum aqui, quase respeito nenhum. Outro dia teve a polícia aí. A gente não pode nem falar. Quando a polícia pega os filhos dos outros aí é para arrebentar. Não importa se ele seja certo, se ele seja errado. Eles fazem miséria. Fazem miséria e tem coisa que a gente não pode falar. A lei do silêncio: nem tudo a gente pode falar. Isso aí agora fica por conta do governo, o governo que tem que tomar providência, entendeu? De todas as partes. Você está entendendo o que eu estou lhe dizendo? Porque como aqui é um lugar muito pequeno, só em você entrar aqui eles já ficam já achando que a gente vai fazer alguma denúncia, alguma coisa. Entendeu? (Entrevista concedida ao autor, 2015)

Existe a omissão de práticas que comportem a permanência das famílias em condições dignas. Nas ocupações, vivem atemorizados e em uma situação precária. Viram-se como podem, principalmente, quando vêm as chuvas fortes, mas o governo não investe nem sequer nos mínimos reparos. O Estado contribui para o mantimento do seu infortúnio, da sua exploração à base do desprezo e da repressão. Diante dessas circunstâncias, que são de conhecimento do governo, o encaminhamento mais evidente para toda a problemática que circunda a moradia desses ocupantes do MSTB é a oferta do cadastro do PMCMV.

A única saída que o governo lhes abre. O sonho da casa própria, do papel passado, poder fugir e tirar seus filhos desses perigos da rua. Ao pensar nessa possibilidade, alguns falam em desistir da luta no centro, como exemplo: “Ah, estou querendo ir embora, porque não está como era antigamente. Muita gente está querendo ir embora daqui. Muita gente. Não é mais como antigamente, mas isso aí demora”. Com a possibilidade de acessar a moradia pelo PMCMV, muitos ocupantes tendem a render-se ao objetivo de expulsão do Estado, vencidos pelo cansaço de anos de luta por moradia. Sobre aqueles que não suportaram continuar na ocupação o enredo é conhecido: “Os outros foram embora. Saíram, ou por causa do tráfico, ou por viver oprimida, saíram, foram para outro lugar”.

Percebi a devastação produzida por essa política do governo, atuando como assessor jurídico popular, quando pude conhecer o núcleo do MSTB no Centro Antigo. Este espaço de organização, que envolve todos aqueles dispostos a lutar pela moradia, sejam ocupantes ou pessoas inscritas no movimento para fazer novas ocupações, reunia

pessoas com o aflito interesse pelo PMCMV e na expectativa de conseguir a casa através do movimento social. A frente do núcleo, uma coordenadora do MSTB via-se envolta do cadastro no programa, dos problemas nas ocupações, atrasos no aluguel social, fazendo repasses que unicamente reafirmavam a ausência de respostas do Estado.

Maura Cristina, coordenadora estadual do MSTB, analisa da seguinte forma as decorrências da perspectiva estratégica utilizada pelo governo na relação política com o movimento:

O Minha Casa Minha Vida e essa mesa de negociação foram a maior conquista do MSTB. A partir daí nós não tivemos mais estratégias. Nós estivemos na mão de quem sabe como nós pensamos. E aí, foi um atraso para o MSTB. Nós não tivemos estratégias, nós tivemos negociação. Nós tivemos listas, imagine, listas. Nós fomos para a frente do nosso povo para responder por um trabalho que era do Estado. Sem receber por isso. Então, assim, nós passamos esses nove anos aí na mão do Estado, na mão do Wagner, porque a gente tem que tirar o chapéu e dizer que esse governo soube nos levar direitinho, porque ele sabia o B-A-BÁ da nossa história, né? (...) E para o centro histórico? O que é que efetivamente o governo Wagner fez? Nada! Nada! Não tem um empreendimento que ele entregou. Mas nós temos atas e atas de promessa. Até mesmo de aporte financeiro, que é o projeto, que foi o PAC que entrou, está na ata. Tenho ela guardadinha. (Entrevista concedida ao autor, 2015)

Reiteradas vezes, ao governo foi possível suscitar a falta ou cancelamento de recursos financeiros, mas o que não aparece nas frustradas promessas é a sua impossibilidade de superar um arraigado processo de segregação socioeconômica e racial, que remontam as raízes das nossas relações sociais de produção das cidades. Por ser área central de interesse do capital, ocupada por uma população negra e de baixa renda, o governo não ultrapassa esses bloqueios, mas, pelo contrário, promove a dinâmica racista da reprodução capitalista da cidade, em que as periferias são as suas áreas de despejo.

Minar as resistências e a luta dos ocupantes do MSTB é somente parte do posicionamento do governo na consecução de um amplo processo de higienização social. A gestão de Jaques Wagner previu investimentos prioritários destinados ao uso habitacional no seu Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador. Em verdade, consiste na principal crítica e revisão quando comparado aos governos anteriores. Porém, onde se lê diversidade social e habitação para a população de baixa renda, na prática existe um plano de elitização, ao que os estudiosos denominam gentrificação.

É possível constatar como o Governo Wagner dá seguimento à lógica de expulsão dos ocupantes populares no andamento do convênio para a Requalificação da 7ª etapa do Centro Histórico de Salvador. Mesmo após a reestruturação forçada do projeto decorrente da luta da AMACH em 2005, com a inclusão de 103 moradores e 13 pontos comerciais pelo Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS), o novo governo mantém a perspectiva de substituição dos antigos moradores por outros com renda suficiente para financiar a aquisição dos imóveis restaurados, constituindo um processo de valorização imobiliária e fundiária da área (MOURAD, 2011).

As poucas famílias que conseguiram resistir à expulsão massiva dessa etapa foram alocadas em áreas segregadas, estigmatizadas e distantes dos espaços mais valorizados. Ainda assim, as prioridades nas obras foram os monumentos, enquanto as famílias aguardavam a lenta condução do governo e tiveram descumpridos os acordos de fomento à economia popular com formações e acesso a pontos comerciais. Desse modo, a exceção termina por confirmar a regra. A política habitacional visa atrair a ocupação por famílias de maior renda com a construção de estacionamentos e tendo como destinatários servidores estaduais (em 2009, dois imóveis foram concluídos pelo PROHABIT – programa destinado, justamente, a esses servidores) (REBOUÇAS, 2012; MOURAD, 2011).

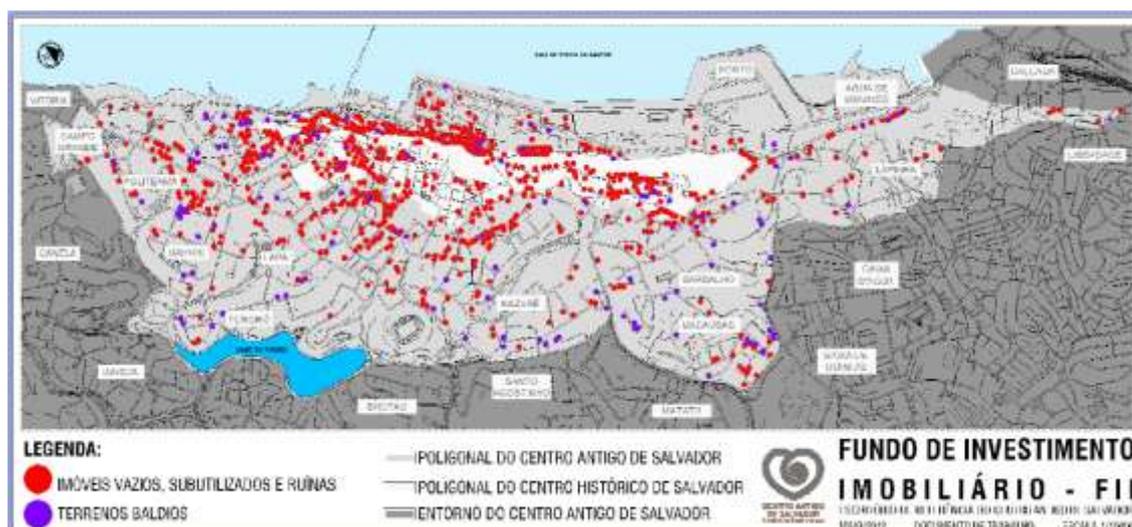
Dessa maneira, o governo argumenta combater o esvaziamento habitacional que impede a sustentabilidade econômica e social do Centro Histórico. Acontece que na luta contra as formas de apropriação popular, não bastaria ao governo continuar com as reformas e o incentivo a moradia de servidores públicos. Além de exigir o dispêndio de altos investimentos, a grande quantidade de imóveis abandonados ou subutilizados mantém descoberta a retaguarda da política do governo para a já conhecida estratégia de reocupação dessa fração da classe trabalhadora do CAS. Vale lembrar que a necessidade dos trabalhadores sem teto e sem emprego continua a atraí-los para as oportunidades de apropriação da região central.

Depois de sucessivas etapas das expulsões, duas décadas de diversas irregularidades e violações de direitos em ações desapropriatórias, o governo do estado prepara o arremate final de um processo espoliatório, que não se completou em forma de capital. Ficou pelo meio do caminho como bens públicos, sem uso e, portanto, sem valorização de mercado. As edificações do Centro Histórico sob o domínio do Estado não foram viabilizadas como mercadorias, exatamente o que permitiu a permanência ou

retomada da autonomia precária de trabalhadores negros sobre seus territórios, legatários das habilidades de sobrevivência e de resistência dos africanos libertos da escravidão.

Desta feita, o Estado ultrapassa os limites do Centro Histórico para alcançar todo o Centro Antigo. De certa forma, porque muitas moradias populares estabeleceram-se no entorno, como a ocupação do Water Center, por exemplo, o que ainda deixaria uma lacuna para as apropriações ou reapropriações de territórios. Não expandir as intervenções do Estado significaria conservar os antigos incômodos das desigualdades sociais de classe e raça sobre as atividades relacionadas ao turismo. Mas o interesse de expansão deve-se, principalmente, ao olhar de mercado, que já não se prende ao patrimônio arquitetônico e passa a cobiçar outros atrativos comerciais, como o contato e a vista da baía de todos os santos.

Sobre os ombros do governo do estado pesam práticas socioespaciais de conservação de uma centralidade, que, com o avanço das políticas neoliberais, tendem a pertencer, cada vez mais em nossa sociedade, ao âmbito de disputa dos interesses privados, regulados pelo mercado. No sentido de efetivar a transferência do domínio sobre esse espaço urbano de Salvador às ações de empreendedores privados, o planejamento de estado previu um Fundo de Investimento Imobiliário. Em suma, um arranjo complexo de instrumentos de gestão regido por uma dinâmica financeirizada e especulativa, que visa a alienação fiduciária de um patrimônio imobiliário do Estado, estimado em R\$ 60 milhões (BAHIA, 2010). A aplicação desse modelo de urbanismo do mercado corporativo pretende dar o suporte financeiro necessário à construção de empreendimentos voltados a moradores de maior poder aquisitivo, o que alcançaria o total de 1500 imóveis vacantes (MOURAD; REBOUÇAS, 2012), conforme mapa apresentado abaixo:



Em consonância com o atual avanço da acumulação capitalista na (re)produção do espaço urbano, a luta de classes pela apropriação do Centro Antigo de Salvador assume um dimensão espantosa. Diversos órgãos de todos os âmbitos do Estado e investidores privados atuam como agentes de grandes empreendimentos, convergindo em um processo de acumulação primitiva diversas intervenções que ampliam em número e alcance os verdadeiros roubos de territórios, espaços de moradia e de trabalho de comunidades e movimentos sociais.

Decretos de desapropriação, demolições ilegais, projetos de urbanização elitista e eivados de irregularidades, remoções forçadas feitas por policiais sem identificação, mediante ameaça, violência e tanto mais a perder de vista. Seus autores: Prefeitura Municipal de Salvador, IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Cluster Santa Tereza, Yacht Clube da Bahia, Governo do Estado da Bahia, LGR empreendimentos, entre outros envolvidos.

Os alvos das expulsões são comunidades de vivências e experiências sociais com suas similaridades e particularidades – Moradores da Gamboa de baixo, Ladeira da Preguiça, Vila Brandão, Dois de Julho, Chácara Santo Antônio, MSTB, artífices da Ladeira da Conceição da Praia –, mas compostas por uma mesma classe trabalhadora de imensa maioria negra. Classe social heterogênea, fragmentada nas diferenças, porém, submetida à exploração do seu trabalho e às mesmas práticas violentas, ilícitas e ilegítimas, que caracterizam os processos espoliatórios.

Persiste entre os ocupantes populares o desafio de tecer espaços de solidariedade de classe. Arquitetar a luta por seus territórios de autonomia, de relações humanas não mercantilizadas e contra o poder da classe dominante sobre suas vidas. Entretanto, cada

uma das comunidades e dos movimentos sociais do CAS responde, além disso, por correlações específicas, embates que lhes afetam de forma mais direta, alguns abertos, outros mais sutis.

Os ocupantes do MSTB no Centro Antigo de Salvador têm diante de si a política do Governo do Estado da Bahia, com a qual não podem ajustar os seus interesses. Precisam romper o silêncio da institucionalidade para enfrentar o processo de expulsão, encarar as injustiças que vivem, munindo uns aos outros de entendimento sobre essa luta. O discurso dos militantes desse movimento precisa encontrar o eco das experiências partilhadas entre as guerreiras e os companheiros sem teto nesse território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disputa pela apropriação do centro antigo de Salvador apreendida nessa pesquisa, em alguma medida, na diversidade das suas condições e determinações históricas, aproxima-nos do contexto atual da luta de classes no Brasil. Nesse espaço urbano local, em meio às transformações pelas quais passam as relações socioeconômicas, a luta política entre as classes sociais e o papel desempenhado pelo Estado adquire traços que desafiam a análise, ainda mais quando encaradas às dubiedades da chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo.

Tal como transcorre a disputa política brasileira atual, a problemática da relação da classe trabalhadora com o Estado e seus grupos dirigentes adquire proeminência. A ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder estatal, que ao longo das últimas décadas congregou sob a sua direção muitas das lutas sociais no campo e na cidade, fez-se como o “canto da sereia” para as organizações de esquerda e os movimentos sociais. A combatividade e o enfrentamento ao avanço das políticas que alimentam a exploração e a devastação do capital foram refreados por um projeto vitorioso de disputa dos aparelhos de Estado pela “esquerda” (reconhecida dessa maneira quando cotejada com os velhos partidos liberais e conservadores).

Ponderando a extensão disso: muitos são os militantes de esquerda hoje que, em algum momento dos últimos 30 anos, foram orgânicos ou norteados pelas orientações políticas do PT. Esse alcance do partido coloca-nos frente a frente não apenas com o projeto neodesenvolvimentista, cujo caminho abriu alas à ruína de conquistas históricas

da classe trabalhadora por frações enérgicas da “burguesia nacional”, mas também com a própria cultura política da esquerda a ser intimamente revisada em suas guias práticas e teóricas.

Diante dessa esquina da história, não progredimos somente empilhando mais dados e demonstrações das consequências e sintomas desse enredo político desastroso para a classe trabalhadora. Para desfazer o “feitiço” só virando o caldeirão das ideias, deixando derramar sobre o chão, no qual trabalhador vive suas experiências, os ingredientes dessa esquerda de referências em crise. Literalmente, sobre o solo do Centro Antigo de Salvador, permeado de interesses e práticas que revelam formas divergentes de reprodução social e de apropriação do espaço, pude conhecer o que desvanece as lutas sociais, bem como o que as faz brotar.

Nesta pesquisa, alguns eixos de análise foram desenvolvidos no estudo da relação entre movimento social, governo e Estado, conformando, desde o seu ponto de partida, uma determinada revisão das lentes metodológicas. Merecem destaque:

- 1) **Caráter relacional** – Em lugar da ênfase ao movimento social como “objeto”, a preferência seguiu pela investigação da sua dimensão relacional com o Estado em sua complexidade e correlações de força.
- 2) **Dimensão dos sujeitos e suas práticas** – Para além das interações mais evidenciadas, centradas no governo e nas instituições, na esfera das “políticas públicas”, os sujeitos e as suas práticas no cenário urbano foram ressaltados.
- 3) **Processos territorializados e historicizados** – A análise de processos políticos foi feita em delimitações específicas de espaço e tempo, ou seja, reconhecendo as particularidades dos lugares, das distintas territorialidades, em cada momento histórico.

Afinal, nessa atitude de observação, as experiências de luta dos sem teto em seu caráter relacional com o governo conformam um conhecimento arraigado, de âmbito particular e ao mesmo tempo de uma totalidade. É principalmente nessa relação, em suas discontinuidades, transformações, nas suas repercussões na vida e nas expectativas de conquista da moradia, que esses trabalhadores sem teto experimentam as contradições e os condicionamentos do embate de interesses entre as classes sociais e suas frações. Mediados pela organização do movimento social, os ocupantes e militantes enfrentam as práticas socioespaciais do governo do estado da Bahia, em um

confronto que revela o teor de práticas políticas divergentes entre as forma de apropriação do centro antigo de Salvador.

Todavia, é preciso reconhecer que há nessa análise uma tessitura mais aparente na relação da sociedade civil com o Estado, cuja dinâmica é de alternância de grupos políticos a frente do governo. No senso comum, a distinção entre discursos e práticas de governo faz-se na passagem entre partidos de situação à oposição ou na troca de quadros dirigentes. Sobre esse tópico, os mandatos simultâneos do PT nos governos federal e estadual assinalam para o conjunto da população, uma mudança na relação do Estado assentada, historicamente, na repressão aos movimentos sociais e na depreciação de uma massa da população brasileira, apresentada como inviável, esfarrapada e indigente.

Assim, em 2007, o governo Jaques Wagner inicia suas práticas sobre o Centro Antigo de Salvador, cercado de expectativa de satisfação dos interesses dos ocupantes populares, bem como de pôr fim às expulsões de moradores promovidas pelos governos anteriores. Nesse contexto, a perspectiva estratégica do governo busca romper, ao menos no plano discursivo, com uma “velha política” marcadamente repressiva, para dar lugar a novas balizas de democracia participativa e de acolhimento das demandas populares.

O Movimento Sem Teto da Bahia, no contexto e período explicitado, segue uma orientação de continuidade da oposição ao governo, ou seja, decide por auxiliar e estimular a luta social por moradia com os processos de ocupação. Os conflitos urbanos daí decorrentes, por sua vez, são abrigados pelo governo em uma específica e inovadora política de mediação de conflitos. Mas apesar da postura de aparência receptiva e não repressiva, ao observar os discursos e as práticas do governo no contexto de luta do Centro Antigo de Salvador deparamo-nos com:

- Práticas socioespaciais voltadas ao beneficiamento dos usos e apropriações relativas ao turismo e a atração de uma população de melhores rendimentos, que implicaram em elevados investimentos em infraestrutura, reformas e obras de recuperação de edificações e monumentos, assim como eventos e apresentações artístico-culturais.
- Uma política habitacional destinada à apropriação por frações de classe com renda média ou elevada, utilizando-se para tanto de uma gestão especulativa e

financeirizada do patrimônio imobiliário, com a expectativa de transferência a empreendedores privados.

- A relação com o MSTB, na qual o governo recebe as reivindicações em uma mesa de negociação permanente estabelecendo acordos e pactos, o que resulta, por um lado, na permanência dos ocupantes nos imóveis, mas com a manutenção dos processos de reintegração de posse e, por outro, na frustração de todas as promessas de produção, reforma ou melhorias para habitações de interesse social.

Entre interesses e formas de apropriação contrapostas nessa centralidade histórica de Salvador, o governo estadual coloca em ação a ambiguidade de seu projeto político ao intentar uma via de conciliação do inconciliável. Em verdade, o processo de expulsão dos ocupantes populares segue o seu curso, ainda que de maneira abrandada, mas não menos violenta. Todas as prioridades e perspectivas de atuação do governo salvagam a continuidade de um processo de espoliação, que visa transformar em capital o patrimônio imobiliário e arquitetônico do centro.

Mas, desta feita, após um ciclo de resistências populares contra as expulsões, o governo de Jaques Wagner faz acordos e promessas aos ocupantes do MSTB, para ao cabo não cumpri-las. Assim, mantém-os em situação de vulnerabilidade social, em condições precárias de moradia e saneamento, sem meios de subsistência e expostos a violência, ao tempo que a sua diretoria do CAS (DIRCAS) prepara o arremate final de desapropriação e transferência do conjunto dos imóveis considerados vazios, subutilizados ou em ruínas para investidores privados (o governo quantifica um número em torno de 1.500 imóveis).

Nesse cenário do centro de Salvador, o partido que se dispunha a ser de todos os trabalhadores não somente embarca no sonho do desenvolvimento capitalista nacional, como demonstra reproduzir uma lógica repressiva, segregadora e racista. Nas práticas do governo Wagner, as raízes da formação de uma dominação colonial-escravista da sociedade brasileira ficam expostas. Ao desvelar as posições políticas na relação singular entre o movimento social e o governo, levando em consideração as trajetórias, dinâmicas e processos locais e nacionais, foi possível, portanto, reconhecer determinados padrões da relação entre Estado e sociedade.

De certo modo, o objetivo de oferecer uma leitura territorializada das medidas e deliberações do governo do estado, a partir da experiência de enfrentamento do Movimento Sem Teto da Bahia, fez erguer muitas das tessituras e determinações do cenário político. Em seu andamento, esse debulhar da pesquisa foi atravessado por uma necessidade profunda de revisão das maneiras de observar e analisar as lutas sociais. Conhecer as estratégias do Governo de Jaques Wagner exigiu do pesquisador o esforço de colocar em questão certos pressupostos, a fim de esquadrihar as raízes mais profundas da relação investigada.

De tudo quanto foi trazido a tona nesta pesquisa, algumas chaves analíticas merecem aprofundamento em estudos posteriores acerca da luta de classes no Centro Antigo de Salvador, bem como em outras diferentes territorialidades:

- A permanência de severas hierarquias na estrutura social brasileira coloca-nos diante de diferentes status na sociedade, que expõem e demonstram a complexidade das experiências das classes sociais entre as variadas formas de dominação e opressão. O desafio coloca-se sobre a possibilidade de uma análise não hierarquizada e fragmentária dessas experiências de racismo, misoginia, discriminação e ódio como parte estrutural da nossa formação social, cuja reprodução na relação entre Estado e a sociedade civil mostra-se determinante aos padrões exacerbados de repressão e controle social.
- O estudo das relações entre movimentos sociais e Estado precisa levar em conta a desnacionalização dos Estados, expressa na alteração da dinâmica espacial do poder nos crescentes processos de acumulação flexível: grupos econômicos nacionais vinculados a uma dinâmica global e as corporações transnacionais (dentro de um capitalismo cada vez mais transnacional) exige a adaptação dos movimentos sociais nas formas de organização e articulação das suas lutas.
- A noção de classe trabalhadora convencionada no campo da esquerda submetete-se a uma necessária revisão crítica. Ao ser confrontado com a realidade brasileira, o pensamento que elege grupos prioritários como se fossem protagonistas escolhidos para realizar a transformação de toda sociedade mostra-se permeado de preconceito. A ideologia amplamente reproduzida no Brasil retira o conjunto da classe trabalhadora da arena política, à medida que reflete as próprias estruturas de dominação, materializadas em uma negação

profunda à base de estigmas depreciadores dos trabalhadores informais, dos moradores das periferias e da população negra.

- Conquanto os processos de acumulação primitiva tenham larga assiduidade entre as formas de exploração da classe trabalhadora no Brasil, as práticas espoliatórias assumem conformações diferentes nos novos padrões de acumulação. Nesse sentido, as cidades são uma fronteira decisiva em que o capital se expande, desafiando o conhecimento sobre a relação conflitante entre a reprodução capitalista do espaço urbano e a economia popular. Merecem mais investigações a atuação do Estado na expansão do acúmulo de capital e a consequente fragilização dos recursos comunitários com a espoliação das fontes de sobrevivência, o esfacelamento de tradições e práticas socioespaciais, sobretudo, das trabalhadoras e dos trabalhadores negros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Heloisa de Araújo. Geografia e literatura: um elo entre o passado e o presente no Pelourinho. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Bahia, 2007.

ARAUJO, Heloísa Oliveira de. Inventário da legislação urbanística: 1920-1966 – as novas regras do jogo para o uso e o abuso do solo urbano. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura da UFBA, Salvador, 1992.

ARAUJO, James Amorim. Modernização capitalista e reprodução social da classe trabalhadora na periferia de Salvador/BA: Pero Vaz e as formas e práticas derivadas da escravidão. **Tese** (Pós-graduação em Geografia Humana) – Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ARIAS, Santiane. Movimentos e classes sociais: uma reflexão sobre o caráter de classeddo altermundialismo. **Cadernos Cemarx**, n.5, 2008

AZEVEDO, Cloves Bueno de. **A estrela partida ao meio**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade de Salvador**. Salvador: Itapoã, 1969.

BARROS, Juliana Neves; PUGLIESE, Vanessa Souza. Desapropriação das memórias indesejáveis: opressão e resistência no Centro Histórico de Salvador. In: **Revista Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba: v.43, 2005.

BRAGA, Paula Marques. Intervenções Urbanas em Áreas Centrais Históricas: paisagens particulares versus a banalização da paisagem. Contradições entre a preservação do patrimônio cultural e a promoção do turismo em intervenções realizadas no Centro Histórico de Salvador e no bairro do Recife. **Tese** (doutorado) - Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos 2013.

BRANDÃO, Maria de A. **O último dia da criação**: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. IN: VALLADARES, L. do P. (Org.). **Habitação em questão**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

BITTENCOURT, José M. C. D. A participação popular nos projetos públicos de intervenção urbana: o caso da 7ª etapa de Revitalização do Centro Histórico de Salvador. **Dissertação** (Mestrado) Programa de pós-graduação em ciências sociais. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011.

BOCHICCHIO, Silvia. **Movimento dos Sem-Teto de Salvador**: estratégias de apropriação dos espaços e territorialização. Dissertação de mestrado – UFBA. Salvador, 2009.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na Recuperação dos Centros Históricos**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana; SOUZA, Marcelo; SPOSITO, Maria (Orgs). **A produção do espaço urbano**: agente e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2013.

CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. **Segregação sócio-espacial e dinâmica metropolitana**. In: CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. (coord.). Como anda Salvador. Salvador: EDUFBA, 2006.

COELHO, Aurelino. **Uma esquerda para o capital**: transformismo dos grupos dirigente do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CLOUX, Rafael F. **MSTS**: A Trajetória do Movimento dos Sem-teto de Salvador. Salvador: Livros. 2008.

DOIMO, Ana. **A vez e a voz do popular**. São Paulo: Relume-Dumará, 1995

ELTIS, David (coord). **The Transatlantic Slave Trade Database**. www.slavevoyages.org/tast/index.faces

FALCÃO, Iuri. O sem-teto enquanto trabalhador: um estudo sobre a inserção no mundo do trabalho e a proteção jurídica dos integrantes do Movimento Sem-Teto da Bahia. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre: Globo, 1979.

FERNANDES, Ana. **Grandes projetos urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira? Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador** (Bahia, Brasil), Ana Fernandes (coord), PPG-AU Faculdade de Arquitetura, UFBA, Lincoln Institute of Land Policy, Salvador, 2006.

FERNANDES, Ana; SAMPAIO, Heliodório; GOMES, Marco A. de A. F. **A constituição do urbanismo moderno na Bahia (1900-1950)**: construção institucional, formação profissional e realizações. ANAIS: Encontro Nacional da Anpur, v. 6, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. 5 Ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**.

4. Ed. São Paulo: Global, 2009.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1 – o legado da “raça branca”. São Paulo: Dominus editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

FLEXOR, Maria Helena. Salvador e o higienismo nos séculos XIX e XX. In: NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Orgs.). **A urbanização de Salvador em três tempos – colônia, império e república**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade**: das vendedoras de rua à reforma liberal. São Paulo: Companhia da Letras, 2013.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Movimentos Sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

- _____. Teoria dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs). **Movimentos Sociais na era global**. Petropolis: Vozes, 2014.
- GOMES Marco Aurélio A. de Filgueiras; FERNANDES, Ana. Idealizações urbanas e a construção de Salvador moderna: 1850-1920. In, FERNANDES e GOMES (org.). **Cidade, Historia, Modernização das cidades Brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: UFBA, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992.
- GORDILHO, Ângela. **Limites do Habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador, EDUFBA, 2000.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1978.
- GOTTSCHALL, Carlota de Souza; SANTANA, Mariely Cabral de (Org.). **Centro de Cultura de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2006.
- HAGUETTE, T.M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 8 ed. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2001.
- HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; ŽIŽEK, Slavoj; DAVIS, Mike et. al. **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial. 2013.
- HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Anablume, 2005a.
- _____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2013
- _____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005b
- _____. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Anablume, 2005c.
- _____. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Espaço e debates, São Paulo, ano II, n. 7, p. 6-35, set, 1982.
- KOWARICK, Lucio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006
- _____. **A Revolução Urbana. Belo Horizonte**. EDUFMG, 2004.
- LEHER, Roberto. **Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia**. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). Desenvolvementismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOJKINE, J. **Estado capitalista e a questão urbana**. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes: 1997.
- LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. In: **Revista FEE**, vol. 10, nº 2, 1989.

REIS, Lysiê. **Centro Histórico Patrimônio de quem?** In.: II Encontro Estadual de História: historiador, a que será que se destina? Feira de Santana. II Encontro Estadual de Feira de Santana, 2004.

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil.** In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. 3ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2011.

_____. Nunca fomos tão participativos. Site Carta Maior www.cartamaior.org.br, acessado em 10/04/2008

_____. O impasse da política urbana no Brasil. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTOS, Wilson Roberto de. Negros contra a ordem: Astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008.

MATTOSO, K. M. de Q. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978

MOURAD, Laila Nazem. O processo de gentrificação do centro antigo de Salvador 2000 a 2010/ Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2011.

MOURAD, Laila Nazem; REBOUÇAS, Thais de Miranda. Elegia aos vacantes. Consideração acerca do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador. In: III Seminário Internacional Ubicentros. Salvador, 2012.

MOREIRA, Ruy (Org.). Geografia: teoria e crítica – O saber posto em questão. 1º ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.

MOTA, Ana; AMARAL, Ângela; PERUZZO, Juliane. **O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina.** In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MIRANDA, Luiz Cezar dos Santos. Vizinhos do (in)conformismo: O Movimento dos Sem Teto da Bahia entre a hegemonia e a contra-hegemonia. **Dissertação** (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2008.

NOBRE, Eduardo A. C. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação do Pelourinho. In: **X Encontro Nacional da ANPUR**, Belo Horizonte: 2003.

NOVAIS, Fernando A.. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial** (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Elo Perdido: classes e identidade de classe.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Prefácio: Salvador: os exilados da opulência (expansão capitalista numa metrópole pobre)** In: SOUZA, G. Adeodato de; FARIA, Vilmar (Org.). Bahia de Todos os Pobres. Petrópolis: Vozes, 1980.

PALÁCIOS, Maria das Graças Lima de Souza. Reforma do Pelourinho: o período pré-1992. **Dissertação** (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Mestrado em Sociologia, Belo Horizonte, 2009.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PRADO JR., Caio (1969). **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. Processo de institucionalização do turismo baiano e seus impactos no Centro Histórico. In: GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de (org.). **Centro da Cultura de Salvador**. Salvador: EdUFBA/SEI, 2006.

REBOUÇAS, Thais de M. Costurando escalas: 7ª etapa de recuperação do Centro Histórico de Salvador, programa Monumenta e BID. **Dissertação** (Mestrado) – Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

RISERIO, Antônio. **Uma história da cidade da Bahia**. 2 ed.. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 18 n. 36, São Paulo, 1998. Acesso: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200010>

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. Do EPUCS e PLANDURB ao não-planejamento. In: NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Orgs.). **A urbanização de Salvador em três tempos – colônia, império e república**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011.

_____. Forma urbana: cidade-real e cidade ideal. São Paulo, 1998. **Tese** (doutorado) Programa de Pós-Graduação em estruturas ambientais urbanas da Faculdade de arquitetura e urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo.

SANGODEYI-DABROWSKI, Delphine. As Raízes ideológicas da segregação no Brasil: o exemplo de Salvador. In: JUNIOR, Milton; URIARTE, Urpi (orgs.). **Panoramas Urbanos: reflexões sobre a cidade**. Salvador: EDUFBA, 2003.

SANT'ANNA, Márcia. A cidade-atração: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. **Tese** (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia- PPG-AU/UFBA, Salvador, 2004.

SANTOS Elisabete [coordenação geral], AFONSO, Roseli de Fátima [et al.] **Atlas sobre o direito de morar em Salvador** – Salvador: UFBA, Escola de Administração, CIAGS: Faculdade 2 de Julho, 2012

SANTOS, Janio. **A cidade poli(multi)nucleada: reestruturação do espaço urbano em Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **O Centro de Salvador**: Estudo da geografia urbana. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11ªed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA SANTOS, Mario Augusto da. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). In: **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Vol. 3, No 1, 1990.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

SPOSITO, Maria E. B. O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo, 2004. **Tese** (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **A miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

URIARTE, Urpi Montoya. Antropologia Urbana: problemas e contribuições. In: **Panoramas Urbanos: reflexões sobre a cidade**. JUNIOR, Milton; URIARTE, Urpi (orgs). Salvador: EDUFBA, 2003.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências**. Editus: Ilhéus, 2002.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Pobreza urbana e formação de bairros populares em Salvador na longa duração. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, Nº 20, 19-30, 2006.

VILLAÇA, Flávia. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nóbél, Fapesb, 1998.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. "Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (sécs. XVI a XVIII)". In CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

FONTES DOCUMENTAIS

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria da Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO. Centro Antigo de Salvador, plano de reabilitação participativo. Salvador, 2010.

BAHIA, Governo do Estado. Cadernos do Programa de Habitação do Estado da Bahia: Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Salvador: SEDUR, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL (Bahia). Levantamento sócio-econômico do Pelourinho; pesquisa patrocinada pela SUTURSA em 1967, sob a direção de Vivaldo da Costa Lima e coordenação de Júlio B. Santana. Salvador, 1969.

IPAC. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/noticias/estado-inicia-novas-restauracoes-e-reformas-no-centro-historico-de-salvador-e-interior-da-bahia>> Acesso em: 30 de nov. 2015.

MOVIMENTO SEM TETO DA BAHIA. Dossiê das ocupações do MSTB no Centro Histórico. 2013

PÓLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Lutas populares urbanas: articulação e unificação. Movimento Popular, nº 1, Pólis, abril 1989.

FONTES ORAIS

LIMA, Adriana Nogueira Vieira. Representante da diretoria de Regularização Fundiária da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) de 2007 a 2014, Salvador, 12 de agosto de 2015.

OLIVEIRA, Liana Silvia de Viveiros e. Superintendente de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) de 2007 a 2014, Salvador, 15 de agosto de 2015.

DA SILVA, Maura Cristina. Representante do MSTB, Salvador, 10 de julho de 2015.

COELHO, Sandra. Representante do MSTB, Salvador, 10 de julho de 2015.

Ocupante do MSTB 1, Salvador, 10 de julho de 2015.

Ocupante do MSTB 2, Salvador, 25 de julho de 2015.

Ocupante do MSTB 3, Salvador, 25 de julho de 2015.